



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

Relatório de Atividades 2011



Biênio 2011-2013



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

Relatório de Atividades 2011



Biênio 2011-2013



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL



Des. Adair Longuini
Presidente



Des.ª Eva Evangelista
Membro



Des. Francisco Praça
Membro



Des. Arquilau Melo
Corregedor-Geral da Justiça



Des. Feliciano Vasconcelos
Membro



Des. Samoel Evangelista
Vice-Presidente



Des. Pedro Ranzi
Membro



Des. Roberto Barros
Membro



Des.ª Cezarinete Angelim
Membro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PRESIDENTE

Desembargador Adair José Longuini



VICE-PRESIDENTE

Desembargador Samoel Martins Evangelista



CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador Arquilau Melo

ÍNDICE DE TABELAS, FOTOS, GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS, INFORMATIVOS E FIGURAS

Tabela 1: Tabela das 13 (treze) unidades virtualizadas em 2011.....	19
Tabela 2: Relatório de comunicação mensal.....	24
Tabela 3: Quantidade geral de acessos ao portal do TJAC.....	24
Tabela 4: Visualização mensal do portal do TJAC.....	24
Tabela 5: Quantitativo de conteúdo veiculado na mídia.....	25
Tabela 6: Novas parcerias firmadas.....	34
Tabela 7: A tabela demonstra os recursos externos captados para apoio das ações do TJAC.....	35
Tabela 8: Plano de Ação do Projeto Começar de Novo.....	43
Tabela 9: Cronograma do Projeto Audiência Pública.....	45
Tabela 10: Cronograma da Campanha de Conscientização e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	46
Tabela 11: Atendimentos do Projeto Cidadão em 2011.....	48
Tabela 12: Campanhas desenvolvidas pelo CECAP.....	48
Tabela 13: Relatório de acompanhamento dos reeducandos.....	51
Tabela 14: Provimientos expedidos pela COGER.....	54
Tabela 15: Recomendações expedidas pela COGER.....	55
Tabela 17: Documentos diversos da COGER.....	55
Tabela 16: Documentos recebidos na COGER.....	55
Tabela 17: Atividades desenvolvidas pela Vice-Presidência.....	56
Tabela 18: Tabela das atividades realizadas pelo NPGP.....	59
Tabela 19: Processos tramitados na Comissão de Organização Judiciária que contribuíram para o tema estratégico do item 15.....	62
Tabela 20: Processos tramitados na Comissão de Organização Judiciária que contribuíram para o tema estratégico do item 15.....	62
Tabela 21: Processos tramitados na Comissão de Organização Judiciária que contribuíram para o tema estratégico do item 15.....	62
Tabela 22: Cronograma de execução do Projeto de Gestão Ambiental.....	70
Tabela 23: Resultados apurados dos consumos de energia elétrica, combustível e telefonia.....	70
Tabela 24: Dados do mutirão de conciliação de processos do seguro DPVAT.....	79
Tabela 25: Tabela do total anual de audiências realizadas no CEJUS.....	79
Tabela 26: Custos contratuais coordenados pela CLOG.....	88
Tabela 27: Processos movimentados pela Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos que contribuíram com o objetivo estratégico do item 17.....	95
Tabela 28: <i>Brainstorming</i> da 2ª Reunião de Análise Estratégica.....	100
Tabela 29: Cronograma do agendamento das reuniões para elaboração dos planos de ação.....	105
Tabela 30: Cronograma do agendamento das reuniões para fechamento dos planos de ação.....	105
Tabela 31: Parcerias estratégicas do TJAC com instituições do segmento de justiça.....	108
Tabela 32: Tabela das atividades desenvolvidas pela Câmara Criminal, por relator.....	113
Tabela 33: Tabela das atividades desenvolvidas pela Câmara Criminal, por incidente.....	114
Tabela 34: Composição do Conselho da Magistratura em 2011.....	114
Tabela 35: Tabela dos expedientes do Conselho da Magistratura em 2011.....	115
Tabela 36: Tabela da movimentação processual da Presidência.....	115
Tabela 37: Tabela da movimentação processual do Conselho da Magistratura.....	115
Tabela 38: Tabela das aposentadorias de desembargadores.....	116
Tabela 39: Tabela dos juízes de direito substitutos promovidos.....	116
Tabela 40: Tabela das remoções de juízes.....	117
Tabela 41: Tabela da promoção de juízes de direito.....	117
Tabela 42: Demonstrativo da movimentação forense em 2011.....	118
Tabela 43: Atividades da DRH que colaboraram com a Meta 29.....	126
Tabela 44: Atividades desenvolvidas pela DRH para combater o absenteísmo.....	127
Tabela 45: Cronograma de execução do Projeto de Saúde Preventiva.....	128
Tabela 46: Atividades da DRH que colaboraram com a Meta 31.....	129
Tabela 47: Capacitações oferecidas na comarca de Rio Branco.....	135
Tabela 48: Capacitações oferecidas nas comarcas do interior.....	136
Tabela 49: Quadro geral de atividades realizadas pela ESMAC.....	138
Tabela 50: Cronograma de execução do projeto de virtualização.....	145
Tabela 51: Unidades virtualizadas em 2011.....	147
Tabela 52: Unidades instaladas com a tecnologia virtual.....	147
Tabela 53: Equipamentos adquiridos e/ou doados em 2011.....	156
Tabela 54: Processos movimentados pela Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos que colaboraram com o objetivo estratégico do item 26.....	162
Tabela 55: Demonstrativo da execução das despesas por grupo.....	164
Tabela 56: Demonstrativo das movimentações.....	164
Tabela 57: Demonstrativo da execução orçamentária por unidade.....	164
Tabela 58: Demonstrativo da evolução orçamentária do TJAC nos últimos 4 anos.....	165
Tabela 59: Demonstrativo da Despesa com Pessoal em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.....	165
Tabela 60: Demonstrativo da receita orçada X receita arrecada.....	167
Tabela 61: Demonstrativo da receita orçada X receita arrecada.....	168
Foto 1: Virtualização da 1ª Vara Criminal.....	20
Foto 2: Magistrados no curso sobre a construção da imagem do Poder Judiciário.....	26
Foto 3: Visita de parlamentares ao TJAC no ano de 2011.....	29
Foto 4: Visita de parlamentares ao TJAC no ano de 2011.....	30
Foto 5: Visita da Juíza Federal Tatiana Cardoso, Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	30
Foto 6: Visita do Senador Aníbal Diniz ao TJAC.....	31
Foto 7: Assinatura de convênio entre o TJAC e a SESP.....	32
Foto 8: Atividades do Projeto "Crack, Tô Fora".....	37
Foto 9: Atividades do Projeto Começar de Novo – Coral Redenção.....	37
Foto 10: Atividades do Projeto Começar de Novo - Clínica de Recuperação de Dependência Química - Ebenezer.....	38
Foto 11: Atividades do Projeto Começar de Novo – Reeducandos desenvolvendo atividades de orientação de trânsito.....	40
Foto 12: Juiz Cloves Cabral no Programa Audiência Pública, transmitido pela Rádio Difusora Acreana.....	45

Foto 13: Projeto Cidadão iniciou-se em 1995 a partir de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Rio Branco.....	47
Foto 14: Reunião da Juíza Luana Campos na Escola Orlando Viana	49
Foto 15: Juíza palestrando sobre drogas nas escolas.	49
Foto 16: Aula do Projeto Quintas do Araken no Palácio da Justiça	50
Foto 17: Projeto Sebo do Centro Cultural recebe a comunidade para intercâmbio de livros	51
Foto 18: Solenidade de instalação da VEPMA em Rio Branco.....	63
Foto 19: Equipe da VEPMA, nova unidade judiciária da capital	64
Foto 20: Servidores conhecem o Programa de Gestão Ambiental do TJAC.....	69
Foto 21: Virtualização da 1ª Vara Criminal de Rio Branco	78
Foto 22: Solenidade de instalação do CEJUS em Rio Branco	78
Foto 23: Reunião para discussão das estratégias de trabalho da Semana Nacional da Conciliação	81
Foto 24: Capacitação de estagiários em novembro de 2011	83
Foto 25: Virtualização do 3º Juizado Especial Cível de Rio Branco	83
Foto 26: Abertura dos trabalhos do Projeto de Reestruturação e Modernização	84
Foto 27: Equipe da Auditoria de Controle Interno do TJAC	86
Foto 28: I Jornada de Estudos da ESMAC, realizada entre os dias 27 e 30 de abril de 2011	89
Foto 29: II Jornada de Estudos da ESMAC	90
Foto 30: III Jornada de Estudos da ESMAC em 2011	92
Foto 31: Elaboração do Planejamento Estratégico do Sistema Estadual de Juizados Especiais	93
Foto 32: 1ª Reunião de Análise Estratégica do TJAC em 2011.....	96
Foto 33: 2ª Reunião de Análise Estratégica do TJAC em 2011	97
Foto 34: Reunião de Alinhamento Estratégico	101
Foto 35: Des. Adair Longuini recebendo certificado do CNJ	106
Foto 36: Curso “O Juiz e a Ética”	109
Foto 37: Solenidade de instalação da Vara de Execuções Fiscais de Rio Branco	118
Foto 38: Solenidade de instalação da Ouvidoria de Justiça do Acre.....	119
Foto 39: I Encontro de Servidores do Judiciário Acriano	126
Foto 40: Atividade de capacitação e aperfeiçoamento de magistrados	137
Foto 41: Solenidade de instalação da Ouvidoria de Justiça, em julho de 2011.....	142
Foto 42: Aplicação das provas objetiva e subjetiva do processo seletivo para Juiz Leigo, em fevereiro de 2011	143
Foto 43: Virtualização da Vara de Registros Públicos de Rio Branco	146
Foto 44: Desembargador-Presidente Adair Longuini (D), o Juiz Auxiliar da Presidência, Laudivon Nogueira (C), e o Juiz Marcelo Badaró (E), titular da Vara de Registros Públicos, acompanham os trabalhos	147
Foto 45: Capacitação dos agentes de segurança do TJAC.....	150
Foto 46: Nova sede administrativa do TJAC	152
Foto 47: Ato de doação da área da Cidade da Justiça de Rio Branco	152
Foto 48: Instalação de cartórios na comarca de Feijó	161
Foto 49: Desembargador Adair Longuini, Presidente do TJAC, e o Deputado Elson Santiago, Presidente da ALEAC.....	164
Gráfico 1: Total de notícias veiculadas sobre o Judiciário Acriano de Janeiro a Dezembro de 2011	20
Gráfico 2: Demonstrativo de conteúdo veiculado sobre o Judiciário Acriano no período de janeiro a dezembro de 2011.....	25
Gráfico 3: Número de parcerias estratégicas	29
Gráfico 4: Demonstrativo das novas parcerias no ano de 2011.	33
Gráfico 5: Parcerias dos anos anteriores em vigência	35
Gráfico 6: Cursos oferecidos pela VEPMA em 2011	41
Gráfico 7: Cursos oferecidos pela VEPMA em 2011	41
Gráfico 8: Cursos oferecidos pela VEPMA em 2011	42
Gráfico 9: Cursos oferecidos pela VEPMA em 2011	42
Gráfico 10: Processos administrativos instaurados na COGER	53
Gráfico 11: Decisões proferidas na COGER.....	53
Gráfico 12: Gráfico demonstrativo das atividades da Vice-Presidência	56
Gráfico 13: Gráfico demonstrativo das remessas de processos pela Vice-Presidência.	57
Gráfico 14: Demonstrativo da queda do consumo de energia na capital.....	71
Gráfico 15: Demonstrativo da queda do consumo de energia na capital.....	71
Gráfico 16: Resultado das audiências pré-processuais realizadas no CEJUS.	79
Gráfico 17: Gráfico anual das atividades desenvolvidas no CEJUS	80
Gráfico 18: Gráfico dos resultados das audiências agendadas no CEJUS	80
Gráfico 19: Gráfico demonstrativo das participações nas Jornadas de Estudos da ESMAC.	92
Gráfico 20: Gráfico do número de participantes no grupo de estudo voluntário.....	94
Gráfico 21: Evolução da litigiosidade do 1º grau	110
Gráfico 22: Evolução da quantidade de processos em andamento no 1º grau nos últimos 5 anos.....	111
Gráfico 23: Demonstrativo dos processos distribuídos por magistrado	111
Gráfico 24: Demonstrativo dos julgados da Câmara Cível pelo colegiado.....	112
Gráfico 25: Demonstrativo das decisões monocráticas.....	112
Gráfico 26: Manifestações recebidas pelo sistema da Ouvidoria	121
Gráfico 27: Manifestações recebidas por e-mail	121
Gráfico 28: Manifestações recebidas via teleatendimento	122
Gráfico 29: Manifestações recebidas via atendimento pessoal	122
Gráfico 30: Gráfico das unidades administrativas que receberam capacitações nas áreas estratégicas.....	131
Mapa 1: Mapa das ações sociais institucionalizadas em 2011	36
Quadro 1: Quadro explicativo da tarifa horassazonal verde.....	72
Informativo 1: Informativo Estratégia em Ação, página 1	76
Informativo 2: Informativo Estratégia em Ação, página 2	77
Figura 1: Cartaz da campanha de divulgação da Semana Nacional da Conciliação 2011.....	81
Figura 2: Projeto da Cidade da Justiça de Rio Branco	153
Figura 3: Resultado da estratégia de 2011.	171
Figura4: Quadro demonstrativo das vulnerabilidades e atuação ofensiva para 2012.....	172

SUMÁRIO

Apresentação	13
Introdução institucional	15
I Atuação Institucional	17
11. Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição e a comunicação social, visando ao reconhecimento, credibilidade e transparência.	19
11.1. Meta 3 - Disponibilizar 50% do conteúdo integral dos processos na <i>web</i>	19
11.2. Meta 4 - Aumentar em 50% o número de inserções institucionais na mídia	20
11.3. Meta 5 - Obter 75% de matérias institucionais positivas na mídia	25
11.4. Outras ações que indiretamente vieram a contribuir com o objetivo estratégico	27
12. Fortalecer as relações com os demais Poderes, Instituições e Setores.	28
12.1. Meta 6 - Manter em 100% o índice de parcerias estratégicas	28
12.2. Meta 7 - Aumentar para 26 a quantidade total de parcerias estratégicas	33
13. Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores.	35
13.1. Meta 8 - Número de 48.070 pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais	35
13.2. Outras ações que indiretamente vieram a contribuir com o objetivo estratégico	50
14. Promover a efetividade dos serviços à sociedade preservando os valores éticos.	51
14.1. Meta 9 - Reduzir para 44% a taxa de congestionamento na fase de execução cível	52
14.2. Meta 10 - Aumentar em 5% a produtividade do magistrado na fase de execução	52
14.3. Outras ações que vieram a colaborar com o objetivo estratégico	55
15. Assegurar ao cidadão o acesso à Justiça.	60
15.1. Meta 11 - Aumentar para 82% o número de municípios atendidos com estrutura física e comarca efetivamente instalada	60
15.2. Outras ações desenvolvidas que colaboraram com o tema estratégico	60
II Responsabilidade Social e Ambiental	65
16. Potencializar ações na área de responsabilidade social e ambiental, promovendo o uso sustentável de recursos.	67
16.1. Meta 13 - Reduzir em 25% o consumo de papel (resma)	67
16.2. Meta 14 - Reduzir em 4% o consumo de água (m ³)	68
16.3. Meta 15 - Reduzir o consumo de energia, combustível e telefone	70
III Eficiência Operacional	73
17. Reestruturar a Instituição, com vistas à otimização de recursos e processos do Poder Judiciário do Estado do Acre.	75
17.1. Meta 16 - Reduzir para 55% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento	75
17.2. Meta 17 - Aumentar em 2% o percentual de processos finalizados em um ano – 1º e 2º graus	77
17.3. Meta 18 - Baixar para 40% o índice de processos antigos	82
17.4. Meta 19 - Obter um índice de 70% dos processos de compra dentro do prazo	84
17.5. Meta 20 - Diminuir para R\$ 1.300 o valor da despesa por processo até 2014	85
17.6. Meta 21- Aumentar em 10% a produtividade do magistrado na fase de conhecimento	89
17.7. Meta 22 - Publicar 100% dos acórdãos dentro do prazo padrão	94
17.8. Outras ações que corroboraram com o objetivo estratégico	94
18. Garantir o alinhamento das ações entre as áreas meio e fim do Poder Judiciário do Estado do Acre	95
18.1. Meta 23 - Realizar 100% dos eventos de gestão programados	95
18.2. Meta 24 - Obter 75% de sucesso na execução de projetos estratégicos	101
18.3. Meta 25 - Alcançar 75% das metas	104

19.	Compartilhar as boas práticas com o Poder Judiciário Nacional.	106
19.1.	Meta 26 - Implantar uma prática de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário – CNJ	106
19.2.	Meta 27 - Aumentar para cinco a quantidade de parcerias estratégicas internas ao Judiciário nacional	107
20.	Promover a incorporação de valores éticos e morais nos atores integrantes do Sistema de Justiça.	108
20.1.	Meta 28 - Aumentar para cinco o número de ações relacionadas à disseminação de valores éticos e morais	108
21.	Garantir a qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciárias.	110
21.1.	Meta 12 - Aumentar para 95% o índice de atendimento à demanda	110
IV	Gestão de Pessoas	123
22.	Estimular e comprometer os Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas.	125
22.1.	Meta 29 - Aumentar para 70% o índice de avaliações positivas de clima organizacional	125
22.2.	Meta 30 - Reduzir para 3% o índice de absenteísmo	127
22.3.	Meta 31 - Alcançar 30% no índice de prevenção à saúde	127
22.4.	Outras ações que indiretamente vieram a contribuir com o objetivo estratégico	129
23.	Revitalizar os recursos internos para prestação de serviços do Poder Judiciário do Estado do Acre.	130
23.1.	Meta 32 - Aumentar para 70% o índice de capacitação nas competências estratégicas	130
23.2.	Meta 33 - Atender 80% dos itens do Plano Nacional de Capacitação – CNJ	132
V	Infraestrutura e Tecnologia	139
24.	Fomentar o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos, habilidades e atitudes dos Magistrados e Servidores.	141
24.1.	Meta 35 - Realizar 9 reuniões de Gestão do Conhecimento para magistrados e servidores	141
25.	Garantir às unidades do Judiciário infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada	144
25.1.	Meta 36 - Aumentar para 60% o índice de virtualização de processos	144
25.2.	Meta 37 - Atender 60% dos padrões mínimos de TI	147
25.3.	Meta 38 - Aumentar para 60% as unidades consideradas seguras (segurança armada e/ou eletrônica)	149
25.4.	Meta 39 - Obter 65% de avaliações positivas sobre instalações físicas	151
25.5.	Meta 40 - Atender 40% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais	154
25.6.	Meta 41 - Alcançar 75% das metas do PETI	154
25.7.	Meta 42 - Manter 99% do índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de TI	155
25.8.	Meta 43 - Aumentar para 71% o índice de disponibilização dos sistemas online	156
VI	Orçamento	159
26.	Gerir e assegurar, eficientemente, os recursos do Poder Judiciário, garantindo a execução orçamentária da Instituição.	161
26.1.	Meta 44 - Aumentar em 3% a arrecadação de receitas próprias	161
26.2.	Meta 46 - Aumentar para 99% o índice de execução do orçamento	162
VII	Resultados Estratégicos do Exercício 2011	169

Apresentação

Em cumprimento ao disposto no artigo 51, inciso XIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, apresento à Corte de Justiça e à sociedade acreana este relatório circunstanciado das atividades realizadas no exercício de 2011.

Como se observará adiante, a complexidade administrativa, a estrutura física e de recursos humanos, a movimentação processual, o volume de recursos orçamentários gerenciados, assim como a busca por inovação e a sintonia com a sociedade fazem do Judiciário uma instituição de destaque no setor público e uma das maiores organizações do Estado do Acre.

O trabalho atualmente desenvolvido no Poder Judiciário está orientado por seu Planejamento Estratégico (PE), concebido para o quadriênio 2010-2014, cuja missão é garantir os direitos do jurisdicionado no Estado do Acre, com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a sociedade.

Amparado na visão de ser reconhecido, até 2015, pelo jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, por meio de magistrados e servidores motivados, capacitados e valorizados, o Poder Judiciário vem imprimindo em todas as suas atividades jurisdicionais e administrativas o conceito de gestão estratégica.

Também com base neste conceito é que este Relatório de Atividades está organizado, de forma a apresentar ao leitor uma síntese das principais ações desenvolvidas no último ano, todas elas alinhadas aos objetivos estratégicos do PE, e demonstrar, enfim, os resultados obtidos através de uma gestão transparente e dirigida ao cumprimento da missão e da visão do Poder Judiciário. O comprometimento da Administração nesse processo concorreu para que a execução do Planejamento Estratégico do Judiciário fosse elevada no ano de 2011 ao patamar de 71,8%.

Portanto, meu tributo de gratidão a todos os colegas magistrados, em especial aos que estão envolvidos nesta Administração - Desembargador Samoel Evangelista, Vice-Presidente, e Desembargador Arquilau Melo, Corregedor-Geral da Justiça. Gratidão também a todos os demais membros do Colegiado, Desembargadores Eva Evangelista, Francisco Praça, Feliciano Vasconcelos, Pedro Ranzi, Roberto Barros e Cezarinete Angelim, os quais, imbuídos de espírito público e norteados pela justa aplicação da lei, jamais faltaram com o necessário apoio à Administração do TJAC. Iguais agradecimentos ao Juiz Auxiliar da Presidência e a todos os servidores. Sem essa soma de ideias e de esforços não seria possível aperfeiçoar a Instituição.

Desembargador **Adair Longuini**
Presidente do TJAC – 2011-2013

Introdução institucional

O propósito de buscar traduzir o ano de 2011 neste relatório parece um ato inesgotável, uma pesquisa infinda.

Colher os dados, selecionar imagens, organizar de uma maneira que atendesse a uma sequência que abrisse a oportunidade de observarmos a evolução do TJAC, por intermédio de temáticas definidas no Planejamento Estratégico, foi um caminho percorrido com cuidado e fôlego.

Não obstante o esforço da equipe de pesquisa, pode ter havido algum tipo de omissão, evidentemente, involuntária, face à diversidade de documentos que serviram de fonte de consulta nos mais variados setores da Instituição.

A administração é composta por um vasto e complexo número de ações. Quando se analisa o processo evolutivo por que passaram as organizações, percebe-se quão importantes elas são para as pessoas que utilizam recursos em busca de atingir algum objetivo.

Seguindo essa evolução, as organizações contemporâneas inseriram em suas atividades o conceito de Gestão Estratégica buscando maior eficiência.

E é com base nesse conceito que esse relatório foi estruturado, objetivando apresentar ao leitor as ações desenvolvidas durante o exercício, alinhadas aos objetivos definidos no Planejamento Estratégico e esses, por sua vez, agrupados por temas, facilitando assim a compreensão dos esforços dispendidos no alcance da visão do Poder Judiciário Acriano.

O último capítulo é concluído de maneira a apresentar o resultado estratégico do ano de 2011. Alguns temas ficaram em aberto diante de ações que não se completaram e que terão, ou estão tendo, continuidade no exercício de 2012.



Atuação Institucional

**Resultado do cumprimento desse
tema estratégico: 94,2%**

11. Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição e a comunicação social, visando ao reconhecimento, credibilidade e transparência.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 93%

As metas 3, 4 e 5, estabelecidas no Planejamento Estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

11.1. Meta 3 - Disponibilizar 50% do conteúdo integral dos processos na web

Esta Meta está relacionada ao Projeto de Virtualização de Processos Judiciais, haja vista que uma vez virtualizados os processos estarão disponibilizados na íntegra. Para cumprir esta Meta o projeto previa a virtualização de todas as Unidades Judiciárias da capital em 2011.

Resultado:

Meta cumprida parcialmente 

Em razão dos trabalhos executados, 40,74% dos conteúdos dos processos estão na *web*. Este resultado é bem significativo se comparado aos 12,55% do ano de 2010.

Ações desenvolvidas:

1 Fez parte do portfólio de projetos do TJAC o Projeto de Virtualização das Unidades Judiciais da Comarca de Rio Branco.

A meta era virtualizar todas as unidades da capital, mas, diante de algumas dificuldades que se apresentaram, conseguiu-se a virtualização de apenas 13 (treze) unidades, conforme tabela abaixo.

Conheça e entenda o Projeto no item 25.1.

01	Vara de Execuções Penais
02	Vara de Penas e Medidas Alternativas
03	Vara de Registros Públicos
04	1º Juizado Especial Cível – FAAO – Trânsito
05	2º Juizado Especial Cível
06	3º Juizado Especial Cível – Justiça itinerante
07	1º Juizado Especial Criminal
08	2º Juizado Especial Criminal
09	1ª Vara da Infância e Juventude
10	2ª Vara da Infância e Juventude
11	1ª Vara Criminal
12	2ª Vara Criminal
13	4ª Vara Criminal

Tabela 1: Tabela das 13 (treze) unidades virtualizadas em 2011

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação



Foto 1: Virtualização da 1ª Vara Criminal

11.2. Meta 4 - Aumentar em 50% o número de inserções institucionais na mídia

Esta Meta visa obter melhores resultados no fortalecimento da imagem institucional e maior efetividade nas ações do Judiciário com reflexo no acesso à Justiça.

Resultado da Meta: **Meta cumprida** 

A Meta em 2011 previa obter 2.160 inserções, sendo que o resultado final foi de 3.108.

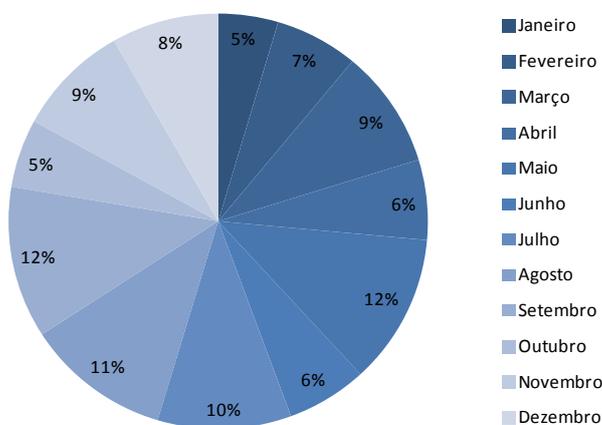


Gráfico 1: Total de notícias veiculadas sobre o Judiciário Acriano de janeiro a dezembro de 2011.

Fonte: ASCOM, período de janeiro a dezembro de 2011

Ações desenvolvidas:

1 Método de trabalho:

A gestão da comunicação desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) no ano de 2011 trabalhou na perspectiva de atuar de modo cada vez mais planejado e articulado com a cultura interna do Judiciário Acriano e a política nacional de comunicação do Judiciário Brasileiro, visando obter melhores resultados no fortalecimento da imagem institucional e maior efetividade nas ações da Justiça.

Assim sendo, por entender que a gestão da comunicação deve ser pensada e executada de modo estratégico, como ação integrada de meios, formas, recursos e canais que, se forem implementados de forma adequada, podem viabilizar importantes mudanças organizacionais e bons resultados sociais, o trabalho desenvolvido pela ASCOM manteve-se articulado em três diretrizes essenciais:

- O Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Acre (2010-2014) a respeito da área de comunicação social;
- A Resolução nº 85/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a comunicação no Poder Judiciário Nacional, visando à criação de uma política nacional em prol da transparência e da democratização de informações no âmbito da Justiça Brasileira;
- A Resolução nº 26/2011, do Conselho de Administração do Tribunal de Justiça do Acre, que estabelece objetivos e diretrizes para o trabalho da ASCOM.

Desse modo, a gestão da comunicação vem buscando conjugar dois objetivos primordiais: efetivar o diálogo transparente entre o Poder Judiciário e a sociedade, ao mesmo tempo que aprimorar a comunicação com o público externo, utilizando linguagem homogênea e integrada, clara e acessível, a fim de disponibilizar informações sobre o papel, ações e iniciativas do Poder Judiciário, bem como sobre o andamento processual, atos judiciais e administrativos, dados orçamentários e de desempenho operacional.

Com o desenvolvimento da sociedade e consolidação da democracia no País, o Poder Judiciário passou a ocupar lugar de destaque na vida da sociedade e no dia a dia do cidadão, uma vez que os direitos e deveres constituídos são essenciais nas relações do cotidiano. Nesse sentido, e reconhecendo o papel que lhe cabe para garantir o direito à cidadania, o TJAC vem garantindo apoio necessário à execução de inúmeros projetos com o objetivo de fortalecer a imagem e a credibilidade do Poder Judiciário. Por sua vez, a gestão da comunicação, a cargo da Assessoria de Comunicação Social, está orientada pela visão de que um Poder Judiciário que investe na comunicação e consequente acesso aos serviços judiciais é exemplo de Justiça cidadã.

2 Ações para aumento de inserções institucionais na mídia

Diante do objetivo de estreitar as relações do TJAC com a sociedade, a ASCOM vem empreendendo um trabalho que visa à ampliação do número de notícias no portal do TJAC na Internet (www.tjac.jus.br) e à intensificação do contato entre o Tribunal de Justiça e os órgãos de imprensa, inclusive com a TV e Rádio Justiça em Brasília (DF), órgãos oficiais do Poder Judiciário Brasileiro.

Ao manter essa sistemática de trabalho, a ASCOM tem assegurado ao Judiciário Acriano a conquista de importantes espaços na mídia nacional, que projetam as suas ações para todo o País. Nesse processo, a principal plataforma de divulgação da ASCOM é a Agência TJAC, composta pelas seções de Notícias, *Clipping*, Artigos e Discursos, Galeria de Imagens, Galerias de Vídeos, Publicações, Glossário Jurídico, Rádio Justiça e TV Justiça.

A Agência TJAC produz conteúdo jornalístico preciso e objetivo para os veículos de comunicação, visando garantir a universalização do acesso à informação jurídica no Estado. Além disso, possui um banco de imagens atualizado com fotografias sobre o cotidiano do Judiciário Acriano. Todo o material produzido é distribuído gratuitamente e pode ser reproduzido à vontade pelos veículos de imprensa, com a devida citação da fonte.

A ASCOM alimenta o espaço de notícias dos portais de Intranet e Internet do Poder Judiciário com uma média de 5 (cinco) publicações a cada dia útil trabalhado, que envolvem desde decisões de

Primeiro e de Segundo Grau, ações de gestão administrativa, encaminhamentos de projetos do Judiciário, entre outras. Assim, o portal oficial do TJAC na Internet passou a servir de referência de pesquisa para as pautas da imprensa local e nacional.

Além disso, a ASCOM realiza o trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – aos jornalistas interessados em obter informações junto ao Judiciário Estadual. Por conta dessa interface entre Instituição e os órgãos de comunicação, facilita-se produção de entrevistas e reportagens a respeito do Poder Judiciário junto a emissoras de rádio e televisão, assim como aos representantes da mídia nacional.

Durante o ano de 2011, a ASCOM produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado e do País 943 publicações, com aproveitamento de 70% na mídia. Entre os meses de janeiro e dezembro de 2011, o *site* do Tribunal de Justiça obteve a marca de 1.487.627 (um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e vinte e sete) acessos, sendo uma média de 125.400 (cento e vinte cinco mil e quatrocentos) acessos mensais e 5.700 (cinco mil e setecentos) acessos diários ao portal, em busca de notícias, consulta processual, serviços e informações diversas.

3 Clipagem

Desde o ano de 2009 a ASCOM emprega em sua análise de gestão de comunicação a ferramenta clipagem, que é de grande importância na medição dos resultados atingidos e no planejamento de mídia, sobretudo quanto ao volume e à quantidade das informações veiculadas.

Desenvolvida pela própria ASCOM, a ferramenta clipagem permite a realização de um detalhado levantamento acerca das notícias relacionadas ao Judiciário Estadual veiculadas nos principais jornais diários, portais, *sites* e *blogs* de notícias locais e nacionais. Esse tipo de controle ainda não é realizado no âmbito do rádio e da televisão por indisponibilidade de equipamentos e pessoal, demanda que deve ser suprida nos próximos anos.

A cada mês, o Relatório de Comunicação, construído por meio da clipagem, registra todas as características das notícias publicadas, conforme demonstra a tabela a seguir. A obtenção desses dados concretos sobre a divulgação do Tribunal de Justiça na mídia impressa e eletrônica oferece um diagnóstico sobre a eficácia das ações desenvolvidas no âmbito da comunicação institucional, além de permitir à ASCOM traçar um perfil do Judiciário Estadual, a partir do que é noticiado pela mídia, e respaldar possíveis planos e estratégias a serem doravante implementados pela Assessoria.

No período de janeiro a dezembro de 2011, foram publicadas 3.108 matérias em diversos veículos impressos e eletrônicos sobre o Poder Judiciário Acriano. Este é o maior número de publicações já registrado desde o início da coleta desse dado pela Assessoria, no ano de 2009.

O assunto mais repercutido pela imprensa local e nacional foi a realização do concurso público para servidores do TJAC, desde a publicação do edital de abertura do certame (2009), passando por todas as fases de inscrição e provas (2010), resultado final (2010) e convocação de aprovados (2010/2011).

4 Acompanhamento das inserções

Objetivando atingir as metas de inserções nas mídias, a ASCOM elabora mensalmente relatório de comunicação mensal conforme exemplo abaixo:

RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO MENSAL

Mês de referência: Setembro de 2011

Produção: Publicadas 366 notícias em 26 veículos

Ranking – Mídias impressas e eletrônicas que mais divulgaram notícias sobre o TJAC		
Mídia impressa	97 notícias	
Jornal A Gazeta	33	
Jornal A Tribuna	42	
Jornal Página 20	14	
Jornal O Rio Branco	8	
Mídia on-line	269 notícias	
Agazeta.net	32	
Ac24horas	26	
Blog da Amazônia / Portal Terra	2	
Blog do Altino Machado	2	
Oriobranco.net	14	
Oaltoacre	3	
Contilnet	17	
Atribuna	7	
Agazetadoacre	17	
Página20	12	
Agenciadenoticiasdoacre	12	
Janelao.net	12	
Rdnoticias	10	
Acrenoticias	8	
Acredigital	5	
Juruaonline	1	
Atribunadojuria	1	
Direito2	50	
Oab-ac	12	
Oestadodoacre	6	
Banzeiro	6	
Oacriano	1	
Ecosdanoticia	4	
Vejaanoticia	1	
Jusbrasil	1	
Mídia TV e Rádio (ainda não há controle)	—	
Material assinado pela Ascom (release)	0 notícias	
Total	366 notícias	
Veículos que mais divulgaram notícias sobre o TJ		
Ranking	Veículos	Notícias
1º	A Tribuna	42
2º	A Gazeta	33
3º	Página 20	14

ESTIMATIVA DE ESPAÇO E ALCANCE EM VEÍCULOS IMPRESSOS			
Espaço da publicação	Quantidade	Valor	Total
Capa	15	11.664,00	R\$ 174.960,00
Página inteira	4	4.836,00	R\$ 19.344,00
1/2 página	8	5.832,00	R\$ 46.656,00
1/4 página	27	2.916,00	R\$ 78.732,00
1/8 página	58	1.458,00	R\$ 84.564,00
Total		-	R\$ 404.256,00
* Valor estimado caso o espaço fosse pago. Média de valores repassados pelo comercial das empresas.			
ORIGEM DAS PUBLICAÇÕES			
Pautadas pela Ascom			128
Espontâneas, com informações prestadas pela ASCOM			328
Total			366

Tabela 2: Relatório de comunicação mensal
Fonte: ASCOM

5 Painel de Controle de Acessos ao Portal Oficial do TJAC na Internet

Controle mensal dos acessos ao portal oficial do TJAC na Internet, período de janeiro a dezembro de 2011.

Quantidade geral de acessos ao portal do TJAC

Relatório geral	Quantidade
Visitantes	1.487.627
Quantidade de páginas visualizadas	2.411.388
Média de visitantes ao dia	5.700

Tabela 3: Quantidade geral de acessos ao portal do TJAC
Fonte: ASCOM, período de janeiro a dezembro de 2011

Visualização mensal ao portal do TJAC

Visualização mensal	Quantidade
Janeiro	200.009
Fevereiro	203.418
Março	192.332
Abril	184.445
Maiο	222.097
Junho	206.827
Julho	128.755
Agosto	133.386
Setembro	120.156
Outubro	122.307
Novembro	124.690
Dezembro	104.275

Tabela 4: Visualização mensal do portal do TJAC
Fonte: ASCOM, período de janeiro a dezembro de 2011

6 Resolução CONAD nº 26/2011

Com o objetivo de instituir uma política nacional em prol da transparência e da democratização de informações no âmbito da Justiça Brasileira, o Conselho Nacional de Justiça editou no ano de 2009 a Resolução nº 85, que dispõe sobre a comunicação no Poder Judiciário.

Em sintonia com as modernas teorias que postulam caráter mais estratégico para a comunicação nos dias atuais, a norma criou o Sistema de Comunicação do Poder Judiciário (SICJUS), composto pela Assessoria de Comunicação Social do CNJ (na qualidade de órgão central) e pelas áreas de comunicação de todos os Tribunais do País. O SICJUS elaborara planos plurianuais para o Poder Judiciário e coordena, em âmbito nacional, as mais diversas ações de comunicação nos Tribunais.

Nessa mesma perspectiva, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre também foi editada uma norma específica. Fruto de estudos e levantamentos realizados pela ASCOM, depois encaminhados à Direção do TJAC, a Resolução nº 26 do CONAD, de 1º-06-2011, estabelece objetivos e diretrizes para o trabalho da Assessoria de Comunicação Social. Desse modo, atualmente, as ações da ASCOM são desenvolvidas e executadas de acordo com o disposto nas duas normas.

11.3. Meta 5 - Obter 75% de matérias institucionais positivas na mídia

A Meta estabelecia que 75% de todo o material veiculado na mídia fosse positivo.

Resultado da Meta:

Meta cumprida 

O resultado final apontou para **94%** de matérias positivas.

Quantitativo de conteúdo veiculado na mídia

Tipo da inserção	Quantidade
Positivo	147
Negativo	15
Neutro	204
Total	366

Tabela 5: Quantitativo de conteúdo veiculado na mídia
Fonte: ASCOM, período de janeiro a dezembro de 2011

Conteúdo veiculado sobre o Judiciário Acriano

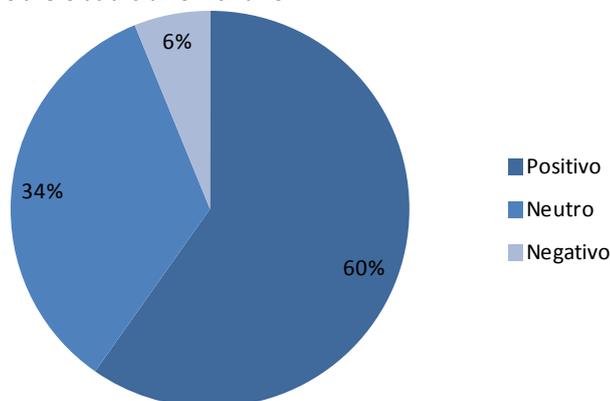


Gráfico 2: Demonstrativo de conteúdo veiculado sobre o Judiciário Acriano no período de janeiro a dezembro de 2011
Fonte: ASCOM, período de janeiro a dezembro de 2011

Ações desenvolvidas:

1 Campanhas Publicitárias

No intuito de promover divulgação específica para algumas ações do Poder Judiciário, no ano de 2011 a ASCOM produziu algumas campanhas especiais de comunicação, entre elas:

- Campanha de Doação de Brinquedos Educativos
- Projeto Quintas do Araken
- Projeto Sebo do Centro Cultural
- Ouvidoria de Justiça
- Programa de Gestão Ambiental do Poder Judiciário Acriano
- Crack, Tô Fora!
- I Encontro de Servidores do Judiciário Acriano
- Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUS)
- Mutirão CEJUS e Seguro DPVAT
- Semana Nacional da Conciliação 2011 – Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos

As peças publicitárias utilizadas nas campanhas foram cartazes, *folders*, *banners* impressos e eletrônicos, e ainda a cobertura jornalística com entrevistas e matérias em todos os veículos de comunicação.



2 Curso – A Construção da Imagem Institucional do Poder Judiciário

A convite da Presidência do Tribunal de Justiça e da Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC), a Assessoria de Comunicação Social ministrou o curso “A construção da imagem institucional do Poder Judiciário” (8 h/a), como parte da programação científica da IV Jornada de Estudos da Escola em 2011, no período de 8 a 10 de dezembro.



Foto 2: Magistrados no curso sobre a construção da imagem do Poder Judiciário

Pela primeira vez o tema “Comunicação e Justiça” integrou a pauta de debates dos magistrados em suas atividades de formação continuada. O curso oferecido pela ASCOM contou com uma palestra inaugural, realizada pelo jornalista Luciano Martins Costa, sobre o tema “Judiciário, Mídia e Opinião Pública”; posteriormente, a equipe da ASCOM conduziu as discussões sobre o tema “A construção da imagem institucional do Poder Judiciário”.

11.4. Outras ações que indiretamente vieram a contribuir com o objetivo estratégico

1 Blog Fique Ligado

Como parte das ações do Projeto de Reestruturação e Modernização do Judiciário Acriano, desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, em 14 de setembro de 2011 a ASCOM lançou o *Blog Fique Ligado*, uma nova ferramenta de comunicação institucional interna, hospedado no portal de Intranet do Poder Judiciário, cujo objetivo é promover a interação entre magistrados e servidores.



O espaço reúne todas as notícias, informações e a agenda de execução do Projeto. Mas sua grande novidade é a possibilidade de interação, já que todos têm a oportunidade de registrar suas sugestões, críticas e dúvidas. Desde o seu lançamento, o *blog* tem estimulado a participação de todos em um espaço dedicado ao debate de ideias, que possam indicar possibilidades de melhorias para o Poder Judiciário do Acre.

2 Pesquisas internas

Na plataforma de Intranet do Poder Judiciário, a ASCOM realizou diversas consultas e pesquisas, por meio de enquetes, assegurando ao público interno – magistrados e servidores – participação nos encaminhamentos administrativos do TJAC.

- Enquete sobre Jornada de Trabalho no Judiciário Acriano (Março de 2011).
- Consulta sobre a promoção de atividade de confraternização (Junho de 2011).
- Pesquisa de satisfação sobre o I Encontro de Servidores do Judiciário Acriano (Setembro de 2011).
- Enquete sobre saúde e realização de exames de prevenção (Novembro de 2011).

3 Blog do JTRAN

A Assessoria de Comunicação Social, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação do TJAC, viabilizou a produção do *Blog do JTRAN*, um novo canal de comunicação institucional, por meio do qual a sociedade pode acompanhar o dia a dia de trabalho do Juizado de Trânsito de Rio Branco.

Lançado pela Presidência do Tribunal de Justiça em 11 de abril de 2011, o *Blog do JTRAN* reúne as fotografias dos acidentes atendidos pelo JTRAN, além de notícias e estatísticas sobre o trânsito na cidade, com informações diversas sobre os serviços prestados pelo Juizado.



Da data de seu lançamento até dezembro de 2011, o *Blog do JTRAN* obteve 1.650 (mil seiscentos e cinquenta) visitas, atingindo a marca de 6.278 (seis mil duzentos e setenta e oito) visualizações de páginas.

12. Fortalecer as relações com os demais Poderes, Instituições e Setores.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 100%

As metas 6 e 7, estabelecidas no Planejamento Estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

12.1 Meta 6 - Manter em 100% o índice de parcerias estratégicas

O papel das parcerias tem sido fundamental para as ações do judiciário, ampliando sua capacidade de atuação para uma melhor prestação de serviços judiciais e sociais à sociedade.

Resultado: **Meta cumprida** 

A partir da concepção de que as parcerias do TJAC junto a órgãos públicos, instituições e empresas privadas objetivaram o cumprimento dos objetivos estratégicos, a Meta foi **100%** cumprida.

Ações desenvolvidas:

1 Parcerias estratégicas:

Atualmente, o Tribunal de Justiça possui 98 parcerias com outras instituições e poderes, as quais proporcionam maior proximidade com as demais entidades e benefícios mútuos. Essas parcerias são de diversas espécies, a saber: Convênios, Termos de Cooperação Técnica, Termos de Cessão, Termos de Adesão e Termos de Doação. Do total de parcerias, 69 são de exercícios anteriores e 29 são concernentes a 2011, totalizando 98 parcerias vigentes, o que pode ser ilustrado percentualmente pelo gráfico abaixo.

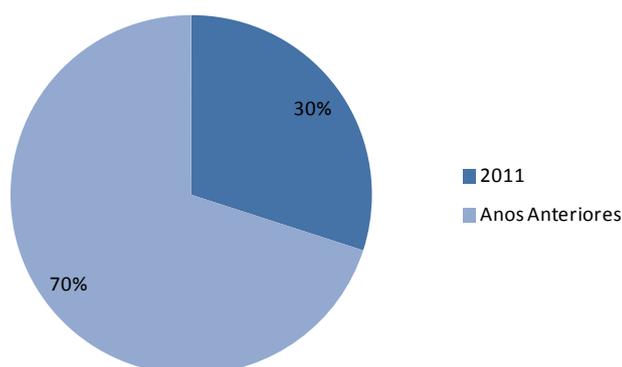


Gráfico 3: Número de parcerias estratégicas
Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento

2 Estreitar as relações entre os poderes

- O Presidente do TJAC recebeu a visita institucional de senadores e deputado.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Desembargador Adair Longuini, recebeu a visita institucional dos senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, e do deputado federal Sibá Machado. O encontro aconteceu no Gabinete da Presidência e contou também com a presença do Vice-Presidente do Tribunal, Desembargador Samoel Evangelista.



Foto 3: Visita de parlamentares ao TJAC no ano de 2011

A comitiva presenteou os desembargadores com exemplares da Constituição Federal, editada pela Gráfica do Senado, com atualização até dezembro de 2010.

Eles se comprometeram a enviar, numa segunda oportunidade, mais exemplares do livro para serem distribuídos a todas as comarcas do Estado.

Os parlamentares colocaram a bancada federal do Acre, cujo coordenador é o senador Aníbal Diniz, à disposição do Tribunal de Justiça, para auxiliar em eventuais necessidades da Corte.

Durante a visita, o senador Jorge Viana, que é membro das Comissões de Constituição e Justiça e da Reforma Política, sugeriu que ele possa participar dos encontros da Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC). Para o Senador, esses eventos seriam uma oportunidade para conversar sobre seus pleitos e ouvir as sugestões da Magistratura.

O Presidente Adair Longuini comprometeu-se a promover essa articulação com a Escola da Magistratura e viabilizar esse debate. Ao agradecer a visita da comitiva, os desembargadores Adair Longuini e Samoel Evangelista reconheceram a boa relação que existe, no Acre, entre os Poderes Judiciário e Legislativo, e indicaram a importância de que esse diálogo seja cada vez mais amplo e fortalecido. “Que possamos sonhar e trabalhar juntos, pois objetivos comuns nos fortalecem”, declarou Longuini.



Foto 4: Visita de parlamentares ao TJAC no ano de 2011

- TJAC recebeu a visita de representante do CNJ para discutir núcleos de conciliação, em 13 de abril de 2011.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Desembargador Adair Longuini, recebeu a visita da Juíza Federal Tatiana Cardoso, Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A magistrada foi designada pelo CNJ para verificar a instalação de centros judiciários e núcleos de conciliação – em cumprimento ao que estabelece a Resolução nº 125, do Conselho.

O encontro ocorreu na nova sede do TJAC, sendo precedido por reunião de trabalho, da qual participaram também o Juiz Auxiliar da Presidência, Laudivon Nogueira, e o Assessor-Chefe do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NEGEST), José Carlos Júnior.



Foto 5: Visita da Juíza Federal Tatiana Cardoso, Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Na ocasião, o Desembargador-Presidente apresentou o projeto de criação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania na Comarca de Rio Branco.

“Já temos no âmbito do Judiciário Acriano diversas unidades que trabalham com a conciliação e a mediação, a exemplo dos juizados, as Varas Cíveis e de Família. No entanto, com a criação do Centro essa prática será contínua e sistemática, o que ampliará o acesso do cidadão à Justiça. Além disso, trata-se de um meio alternativo de solução de conflitos mais simples, célere e eficiente”, explicou Adair Longuini.

Com o objetivo de atender à Resolução nº 125/2010 do CNJ, o Poder Judiciário do Acre vai sistematizar suas práticas de mediação, conciliação e cidadania, aumentando as ações dos programas Justiça Comunitária e Justiça Itinerante, e criando o Centro de Conciliação dos Juizados Especiais, além da Unidade de Conciliação e Mediação nas Varas de Família.

Após a reunião, o Desembargador Adair Longuini e a Juíza Federal Tatiana Cardoso visitaram as instalações dos Juizados Especiais da Comarca de Rio Branco – que concentram no mesmo local três Juizados Especiais Cíveis, além do Juizado Especial da Fazenda Pública e do Juizado de Trânsito.

A Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ elogiou a estrutura das unidades de conciliação do Judiciário Acriano. “Estamos viajando todo o Brasil para conhecer, pelo CNJ, a estrutura de que os tribunais dispõem e fiquei bem impressionada com o Judiciário do Acre. O Tribunal já possui uma prática de conciliação sólida, diferentemente de outros muitos tribunais, e só precisa de pequenos ajustes para reformatá-la nos termos da Resolução. A nossa proposta é institucionalizar e uniformizar essa prática em todo o País”, afirmou Tatiana Cardoso.

- TJAC recebe visita do senador Aníbal Diniz em 19 de setembro de 2011.

O Tribunal de Justiça do Acre recebeu a visita do Senador da República Aníbal Diniz. O parlamentar e seus assessores foram recebidos pelo Desembargador-Presidente Adair Longuini para uma conversa sobre os projetos e programas do Judiciário Acriano, tanto sobre os que estão em fase de execução como os que estão sendo elaborados para o próximo exercício.



Foto6: Visita do Senador Aníbal Diniz ao TJAC

Acompanhado do Diretor de Planejamento do TJAC, Idalécio Galvão, o Presidente expôs ao senador a aplicação das verbas destinadas ao Judiciário por emendas parlamentares e a necessidade de firmar novos acordos para viabilidade de novas ações.

Atualmente o Judiciário executa recursos de emendas 2010/2011, concedidas pelos ex-deputados federais Nilson Mourão e Ilderlei Cordeiro, que agora foram validadas pelo senador Aníbal Diniz.

O senador Aníbal Diniz parabenizou o Tribunal de Justiça pelos avanços conquistados e indicou a possibilidade de o projeto da sala-cofre ser viabilizado por meio de emendas parlamentares individuais ou emendas de bancada. A Diretoria de Planejamento do TJAC irá elaborar o projeto e depois encaminhá-lo ao senador, que atualmente coordena a bancada federal do Acre em Brasília, para exposição aos deputados federais e senadores acrianos. “Como coordenador da bancada, comprometo-me a expor isso aos demais colegas parlamentares durante as reuniões de discussão do plano plurianual do Legislativo”, afirmou Diniz.

Na reunião de Aníbal Diniz com Adair Longuini, outro tema discutido foi a necessidade de integração dos demais órgãos do Sistema de Justiça ao processo de virtualização em curso no Judiciário Acriano.

Tendo em vista que o Ministério Público e as Procuradorias do Estado e do Município já estão integrados aos sistemas virtuais utilizados pelo Judiciário, eles concordaram com a necessidade premente de apoiar a Defensoria Pública, que ainda precisa receber investimentos para participar desse processo.

3 TJAC e Secretaria de Segurança Pública firmam cooperação para modernizar a comunicação institucional

Medidas que irão modernizar a comunicação entre o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e a Secretaria de Segurança Pública do Estado (SESP) foram estabelecidas. As instituições celebraram dois termos de cooperação técnica, assinados pelo Desembargador-Presidente Adair Longuini e pelo Secretário Ildor Graebner.



Foto 7: Assinatura de convênio entre o TJAC e a SESP

O primeiro Termo (nº 06/2011) possibilitou o acesso virtual ao Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO), utilizado pela Secretaria, pelos membros do TJAC que atuam no sistema de Justiça Criminal. Ao mesmo tempo, permitiu o acesso ao Sistema de Automação da Justiça (SAJ), do TJAC, pelos membros da SESP. Já o segundo documento (nº 07/2011) visa à troca de correspondências eletrônicas oficiais por meio do sistema Malote Digital.

A parceria garantiu uma série de vantagens, especialmente, segurança e rapidez.

A permissão de acesso virtual entre os sistemas do Tribunal e da Secretaria (SAJ e SIGO) deu-se

apenas na condição de visitante. Assim, nem o TJAC nem a SESP poderão alterar a estrutura, forma ou o conteúdo dos dados e informações.

A ação conjunta entre as instituições objetiva aperfeiçoar a prestação dos serviços judiciais e aprimorar a execução da política estadual de segurança pública, especificamente no que diz respeito ao acompanhamento dos indicadores estratégicos do Estado, sendo eles: homicídios, tentativa de homicídios, furtos e roubos (vias públicas, residências e comércios).

Com a assinatura da cooperação, o Tribunal de Justiça disponibilizará à Secretaria de Segurança acesso ao Malote Digital, por meio do seu portal eletrônico oficial (www.tjac.jus.br).

O TJAC já havia celebrado um termo de cooperação, de igual teor, em maio deste ano, com o Instituto de Administração Penitenciária do Estado (IAPEN). Desde então, a parceria vem permitindo a troca eletrônica de correspondências oficiais entre as instituições.

12.2. Meta 7 - Aumentar para 26 a quantidade total de parcerias estratégicas

Esta Meta visa fomentar no Poder Judiciário o incremento de parcerias estratégicas com o intuito de cumprimento dos objetivos estratégicos.

Resultado: **Meta cumprida** 

A Meta estabelecida foi ultrapassada, chegando ao final de 2011 com um total de 96 parcerias formalizadas.

Ações desenvolvidas:

1 Novas parcerias

Com a intenção de melhorar a prestação jurisdicional o TJAC canalizou esforços para realizar parcerias que estivessem diretamente ligadas aos objetivos estratégicos, como se observa nos quadros abaixo.

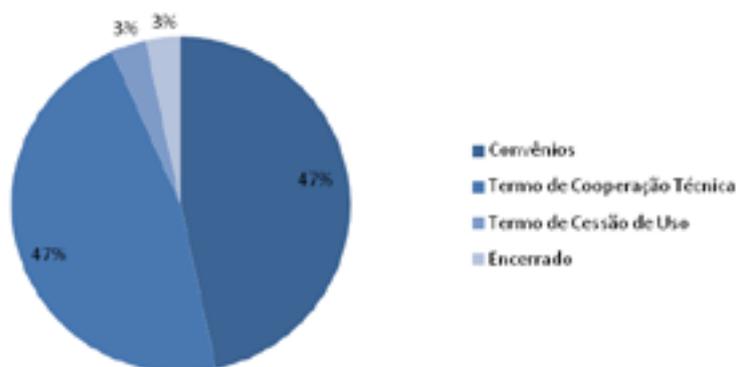


Gráfico 4: Demonstrativo das novas parcerias no ano de 2011

Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento

Tabela das novas parcerias firmadas.

Nº	Instituição	Objeto	Benefício
01/2011	SENAI/AC, ACISA, Restaurante Pão de Queijo e Supermercado Araújo	Contribui para o processo de ressocialização de reeducandos, por meio da realização de cursos profissionalizantes e palestras motivacionais.	Reinserção social dos reeducandos.
03/2011	IAPEN	Concede ao IAPEN permissão de uso do Sistema “Malote Digital”, visando à troca eletrônica de correspondências oficiais.	Agilidade na comunicação entre Justiça e Sistema Penitenciário.
04/2011	Conselho Nacional de Justiça	Cessão do direito de uso do Sistema de Ouvidoria, com os respectivos manuais de instalação, para o registro e a tramitação das manifestações recebidas.	Implantação da Ouvidoria com a redução de custos, ao aproveitar o <i>software</i> nacional.
06/2011	SESP	Concede à SESP permissão de uso do Sistema “Malote Digital”, visando à troca eletrônica de correspondências oficiais.	Agilidade na comunicação entre Justiça e Sistema de Segurança.
07/2011	SESP	Permissão de acesso virtual ao Sistema Integrado de Gestão Operacional – S.I.G.O., da Secretaria de Estado de Segurança Pública pelos membros do Tribunal de Justiça, que atuam no sistema de Justiça Criminal, bem como o acesso ao Sistema de Automação do Judiciário – e-SAJ, do Tribunal de Justiça, pelos membros do Sistema de Segurança Pública do Estado do Acre.	Integração entre Justiça e Segurança Pública, através do acesso recíproco aos sistemas de dados.
11/2011	PGE	Integração dos sistemas de processos digitais do Tribunal de Justiça e da Procuradoria-Geral do Estado, vinculados à plataforma SAJ – Sistema de Automação da Justiça, bem como a racionalização e a redução de custos na tramitação de processos em que seja parte o Estado do Acre, além do compartilhamento na utilização do Sistema de Malote Digital, visando ao fluxo eletrônico de documentos oficiais.	Agilidade na comunicação entre Justiça e Procuradoria, bem como possibilita à Procuradoria agilidade nas manifestações dentro dos processos em que o Estado seja parte.
12/2011	Seguradora Líder	Integração e conjugação de esforços em apoio ao MUTIRÃO DPVAT, visando resolver as demandas massificadas, relativas ao pagamento de indenizações securitárias oriundas de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga a pessoas transportadas ou não.	Acordo entre os litigantes e resolução de conflitos de forma mais célere, reduzindo o número de processos a serem julgados.

Tabela 6: Novas parcerias firmadas

Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento

Além desses acordos citados, há vários outros celebrados entre o Poder Judiciário e órgãos que compõem o Sistema de Justiça, como por exemplo: Ministério Público Estadual, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil – Acre.

2 Parcerias de anos anteriores em vigência

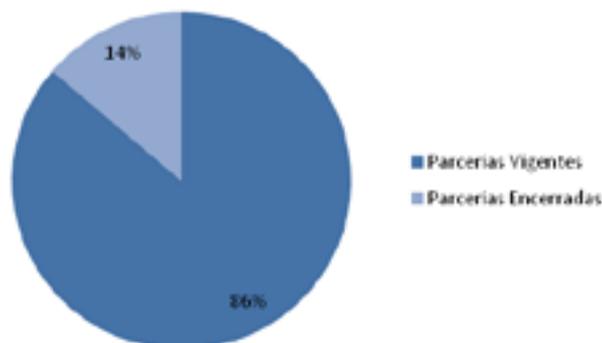


Gráfico 5: Parcerias dos anos anteriores em vigência

Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento

Captação de Recursos Externos

A tabela abaixo demonstra os recursos externos captados para apoio das ações do TJAC.

Projeto	Objeto	Instituição	Valor			Situação
			Concedente	Proponente	Total	
Justiça Volante – Cruzeiro do Sul e Brasileira/AC	Implantar o Juizado de Trânsito, Projeto Justiça Volante, do Tribunal de Justiça do Acre, nas Comarcas de Cruzeiro do Sul e Brasileira/AC.	Ministério da Justiça	R\$ 500.000,00	R\$ 55.600,00	R\$ 555.600,00	Convênio MJ nº 33/2011 – celebrado em 29/12/2011
Justiça Comunitária	O presente Projeto tem por finalidade a implementação de 5 núcleos de Justiça Comunitária.	Ministério da Justiça	R\$ 300.000,00	R\$ 121.309,48	R\$ 421.309,48	Convênio MJ nº 66/2011 – celebrado em 29/12/2011

Tabela 7: A tabela demonstra os recursos externos captados para apoio das ações do TJAC

Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento

13. Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 100%

A Meta 8, estabelecida no Planejamento Estratégico, orientou as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com a Meta.

13.1. Meta 8 – Número de 48.070 pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais

A distribuição da Meta foi reavaliada no início do ano quando da elaboração do Plano de Ação 2011. Ficou estabelecido um montante de 48.070 atendimentos.

Resultado:

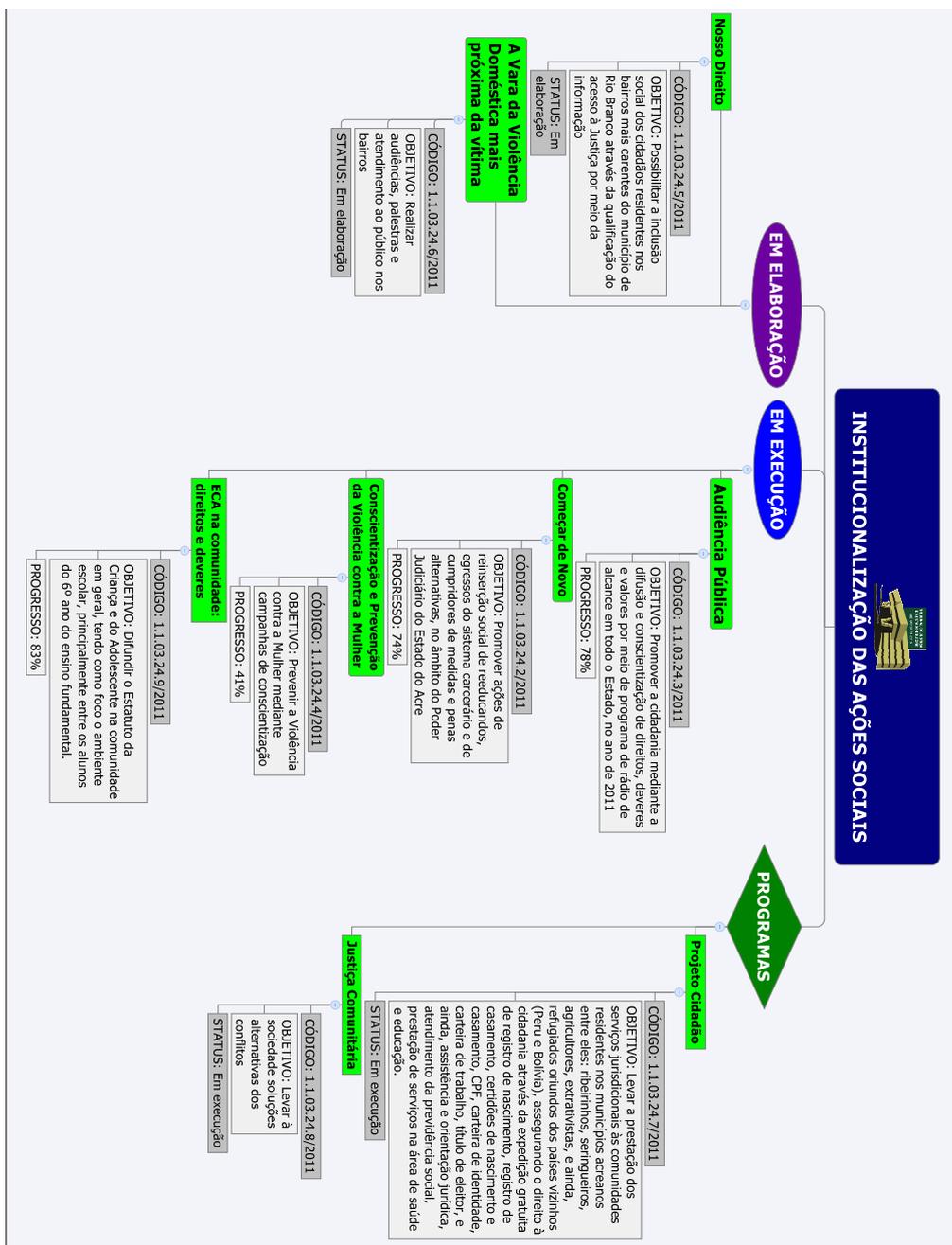
Meta cumprida



Em razão da institucionalização dos projetos sociais e criação do NPRÓS - Núcleo de Programas Sociais, o TJAC fortalece o apoio às ações sociais, tendo como resultado final o beneficiamento de 48.359 pessoas atendidas pelas ações sociais. Meta cumprida.

Ações desenvolvidas:

1 Mapa das ações sociais desenvolvidas em 2011



Mapa 1: Mapa das ações sociais institucionalizadas em 2011

Fonte: Negest/Eproj

No dia 26 de junho de 2011, dia Internacional de Combate às Drogas, o CNJ lançou uma campanha para prevenir o uso do *crack*, devido ao seu alto poder de gerar dependência e destruição. A campanha “Crack Nem Pensar” tem sido desenvolvida no Acre como parte das ações do projeto “Crak, Tô Fora”, que tem promovido palestras informativas e debates na comunidade. Este projeto tem se desenvolvido com presidiários, estudantes de escolas públicas e reeducandos que iniciam a sua prestação de serviço comunitário. O projeto já atendeu 283 pessoas, até setembro de 2011.



Foto 8: Atividades do Projeto “Crack, Tô Fora”

2 Projeto Começar de Novo

Em 22/07/2011, a antiga CEPAL deu lugar à Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas – VEPMA - por meio da aprovação da Resolução nº 155, de março/2011, do Tribunal Pleno Administrativo. A solenidade de inauguração foi realizada na nova Sede, o anterior prédio do anexo do TJ – Av. Ceará, nº 2.692, Bairro Abraão Alab. Na ocasião, destacou-se a apresentação do Coral Redenção, formado por reeducandos atendidos por essa Vara.



Foto 9: Atividades do Projeto Começar de Novo – Coral Redenção

Levando em conta a importância social do Projeto Começar de Novo, o Tribunal de Justiça do Acre, dentro do seu Planejamento Estratégico, promoveu sua institucionalização, o que visa garantir a continuidade de suas ações, independentemente de iniciativas individuais da magistratura. Aliado a essa ideia, foi instalado em 05/08/2011 o Núcleo de Projetos Sociais (NPROS) por meio da Resolução nº 29/2011, do Conselho de Administração, para auxiliar a execução e monitorar os projetos desenvolvidos por este Tribunal.

Atualmente (outubro/2011), tem-se o total de 3.636 processos para cumprimento de pena ou medida alternativa, na Comarca de Rio Branco. Com a estrutura mais ampla, a recém instalada Vara tem melhores condições de aperfeiçoar os procedimentos que envolvem a execução das

penas restritivas, garantindo que sirvam de instrumento eficiente para distribuição da justiça e, ao mesmo tempo, educação e ressocialização do infrator.

À Equipe Técnica cabe todo o acompanhamento da prestação de serviço, realizando inicialmente atendimentos psicossociais, nos quais analisa individualmente a situação dos reeducandos e os destina à prestação de serviço em instituições, à participação em grupos ou cursos oferecidos por essa Vara. Para tanto, procura ver a conveniência de horário, endereço e ocupação compatível com o nível de desempenho e escolaridade de cada um e as instituições conveniadas, aptas a recebê-los. Em alguns casos, sugere atendimento médico ou psicológico e até internação em clínicas para dependência química ou para internação por transtornos psiquiátricos.

Neste acompanhamento de cumprimento de pena, realizam-se visitas institucionais e domiciliares, elaboram-se relatórios, pareceres e comunicações mensais de PSC, cabíveis a cada reeducando. Os grupos e cursos realizados por essa Vara têm o acompanhamento dos técnicos, que se dirigem às sedes de sua realização no dia e horário da prestação de serviço e recolhem as assinaturas de todos os participantes – comprovação da assiduidade destes.

A equipe técnica realiza semanalmente, às sextas-feiras, um encontro com os reeducandos que estão iniciando o seu cumprimento de PSC, a fim de orientá-los quanto às condições exigidas e aos devidos encaminhamentos. Realiza, também, uma palestra com o tema CRACK – TÔ FORA, com vistas à prevenção e reflexão quanto ao uso das drogas, em especial, do *crack*.



Foto 10: Atividades do Projeto Começar de Novo - Clínica de Recuperação de Dependência Química - Ebenezer

Alguns servidores da equipe técnica e da secretaria fazem parte, conjuntamente com voluntários e representantes de instituições públicas e privadas, do Grupo de Fiscalização e Monitoramento Carcerário, onde os quais realizam eventuais visitas a fim de averiguar a situação real das unidades penitenciárias de Rio Branco, fazendo relatórios e encontros de discussão com a participação da juíza dessa Vara, que é a presidente do grupo.

Além disso, há o desenvolvimento de ações de cidadania junto à comunidade, escolas e instituições afins, prestando serviços, como o de corte e higienização de cabelo, realizado por reeducandos.

A equipe psicossocial faz acompanhamento de reeducandos com transtornos psiquiátricos que estão sob medida de segurança, a partir do momento em que passam por audiência e são encaminhados à sua casa, sob os cuidados dos familiares e sob o acompanhamento dessa equipe e de psiquiatras do Hospital de Saúde Mental do Acre - HOSMAC.

Vale salientar que o Estado do Acre não dispõe de manicômio judiciário e os reeducandos que

cumprem medida de segurança ficam em celas separadas dos demais presos, à medida do possível, em presídios comuns.

3 Equipe de Fiscalizações de PSC

A fiscalização e o monitoramento da prestação de serviço à comunidade são realizados pelos técnicos da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas – VEPMA, por meio de eventuais visitas às instituições parceiras, acompanhamento mensal de relatórios de frequência dos reeducandos e contatos telefônicos.

A visita realizada nas instituições beneficia tanto o acompanhamento dos reeducandos como as parcerias com as redes sociais, no tocante às demandas que surgem durante o atendimento psicossocial.

Anualmente são realizados recadastramentos das instituições, por regional, através de reuniões. Nessa oportunidade, são convidados novos parceiros, quando é explicada a importância das instituições na reinserção social e o cumprimento regular da Prestação de Serviço à Comunidade - PSC. São ainda esclarecidas as dúvidas sobre o trabalho da VEPMA.

A Equipe Técnica dessa Vara dispõe de uma cartilha de orientação destinada aos prestadores de serviço, na qual são abordados os seguintes procedimentos:

- Início da PSC;
- Aspectos objetivos e subjetivos da apresentação do reeducando junto à instituição parceira;
- Reposição de faltas;
- Mudança de local da PSC;
- Preenchimento do relatório de acompanhamento da PSC.

Publicações desenvolvidas durante o ano

A Cartilha de Orientação às Instituições Parceiras e Manual do Prestador de Serviço foram elaboradas pela equipe técnica, com o objetivo de dirimir os possíveis questionamentos que podem surgir a partir da relação estabelecida entre o reeducando e a instituição conveniada.

Instituições parceiras

Durante todo o trabalho desenvolvido por essa Vara, desde sua criação (CEPAL, 2002) aos dias atuais, foram desenvolvidas ações juntamente com instituições públicas e privadas, entre as quais o acolhimento de reeducandos para prestação de serviço comunitário. Parcerias estas fundamentais para o alcance de resultados positivos no objetivo maior de reinserção social.

Um exemplo deste modelo é o convênio existente entre o DETRAN/AC e TJAC, desde 2008, e que foi renovado no mês de outubro/2011.

Departamento de Trânsito

Em 24 de agosto de 2008, a Central de Penas e Medidas Alternativas – CEPAL firmou parceria com o Departamento de Trânsito do Estado do Acre – DETRAN-AC, tendo como objetivo encaminhar os prestadores de serviço que cometeram delitos de trânsito, para atividades de caráter pedagógico ligadas ao sistema de trânsito estadual. Esses reeducandos são capacitados e orientados a rea-

lizar palestras em escolas públicas para educação no trânsito; acompanhamento no tráfego dos pedestres e alunos nas principais vias; orientação aos condutores em abordagens pelos guardas de trânsito; prestar informação no balcão dos órgãos do DETRAN-AC, dentre outras atividades.

No final da prestação de serviço, os reeducandos passam a ter mais conhecimento sobre as Leis de Trânsito e tornam-se colaboradores para efetivação dessas leis.

Do início da parceria até o fim do ano de 2009 foram encaminhados para prestação de serviço junto ao DETRAN 37 reeducandos, com prestação de serviço semanal que varia de 06 a 08 horas.

Atualmente, conta-se com 50 reeducandos desenvolvendo serviço no Detran/AC, no setor de Educação de Trânsito.



Foto 11: Atividades do Projeto Começar de Novo – Reeducandos desenvolvendo atividades de orientação de trânsito

Serviço de encaminhamento aos centros de referência à assistência social

No segundo semestre de 2009 foram iniciadas ações voltadas para viabilizar o encaminhamento dos reeducandos atendidos pela CEPAL aos Centros de Referência existentes nas regionais do município de Rio Branco, tendo em vista os contatos estabelecidos com os CRAs. Este serviço continua até o momento presente.

Tal ação foi pensada no intuito de dar o devido encaminhamento aos apenados que necessitam de uma assistência em prol de sua integração no meio social.

A constatação da necessidade do reeducando dá-se no ato da entrevista psicossocial, quando assistentes sociais, pedagogo e psicólogos detectam quais as necessidades de cada um e a regional à qual deverá ser encaminhado.

Projeto para emprego aos reeducandos

No ano de 2009, foi realizada uma reunião com o Prefeito Municipal da cidade de Rio Branco, Sr. Raimundo Angelim, que encaminhou as técnicas da Cepal para manter contato com representantes de algumas instituições públicas e privadas, como FUNTAC; Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Turismo, Ciência e Tecnologia – SDCT e Sistema Nacional do Emprego, com o objetivo de reinserir os reeducandos na sociedade. Foi prevista a contratação de 100 reeducandos após regularização da prestação de contas do convênio anterior com o IAPEN.

O Tribunal de Justiça do Acre, em convênio com IAPEN, também ofereceu 10 empregos para reeducandos, sendo a maioria no regime semiaberto. De acordo com uma notícia publicada no *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, datada de 28 de setembro de 2009, esses 10 reeducandos que foram contratados atuaram na área administrativa do Poder Judiciário. Tais contratados foram escolhidos por critérios de bom comportamento. Estes desenvolvem até hoje atividades nos setores de almoxarifado, patrimônio, arquivo geral, logística, área administrativa, informática e serviços gerais.

Já neste ano, a Maison Borges, entidade parceira, ofereceu trabalho para três garçons, após o curso de garçom, oferecido pela contratante.

Portanto, a nossa meta é criar mais grupos especializados, tentando tratar cada reeducando com mais individualidade, respeito e dignidade, não olvidando que nosso objetivo é que, ao término da pena, ele esteja mais habilitado para o convívio na sociedade.

Cursos oferecidos pela VEPMA em 2011 aos reeducandos

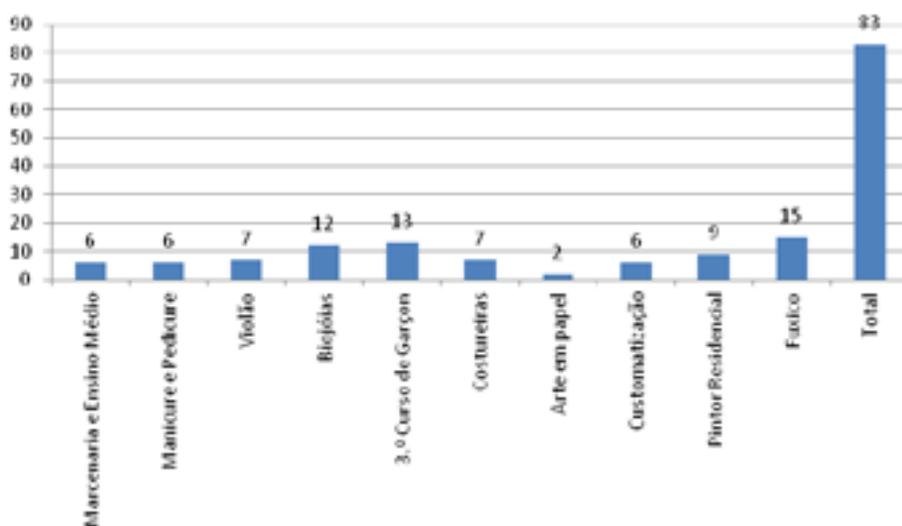


Gráfico 6: Cursos oferecidos pela VEPMA em 2011
Fonte: VEPMA

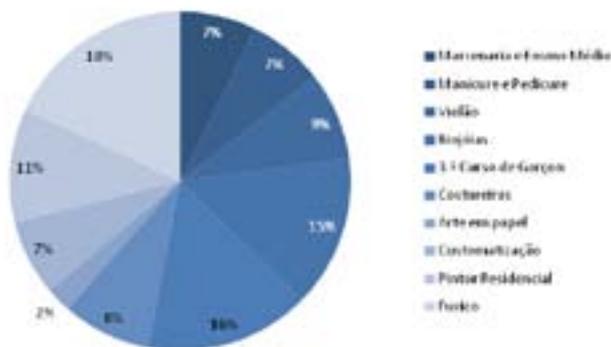


Gráfico 7: Cursos oferecidos pela VEPMA em 2011
Fonte: VEPMA

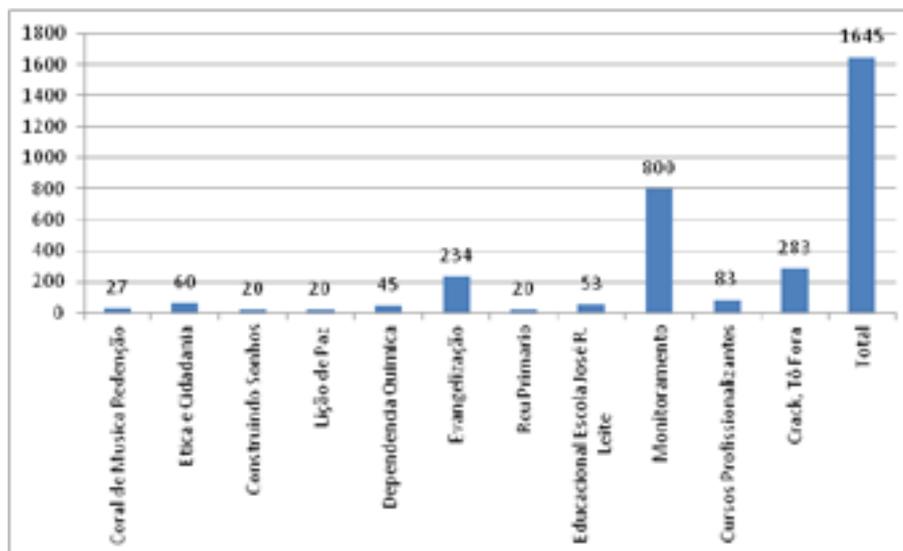


Gráfico 8: Cursos oferecidos pela VEPMA em 2011
Fonte: VEPMA

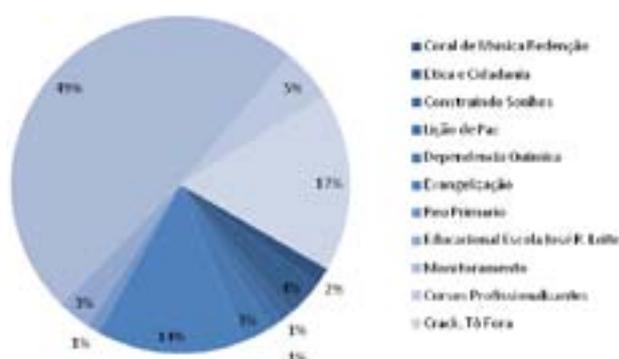


Gráfico 9: Cursos oferecidos pela VEPMA em 2011
Fonte: VEPMA

Subprojetos e grupos

Os grupos surgiram em atendimento às determinações da Lei de Execuções Penais – LEP, como condição necessária à individualização da pena e, ainda, para facilitar o processo de reinserção do reeducando no convívio social.

Cada pessoa é detentora de especificidades próprias, tanto relacionadas à sua conduta pessoal individual quanto ao seu convívio social, razão pela qual os projetos e grupos são fundamentais para facilitar a reintegração.

Os grupos procuram valorizar as aptidões e habilidades particulares da cada reeducando, como potencial ao processo de reinserção e superação de barreiras.

Segue abaixo a relação dos grupos e subgrupos:

- Projeto Grupo Educacional;
- Projeto Grupo Construindo Sonhos;
- Projeto Grupo Coral de Música Redenção;
- Projeto Grupo de Dependência Química;
- Projeto Grupo Ética e Cidadania;

- Projeto Grupo de Evangelização;
- Projeto Grupo Lição de Paz;
- Projeto Grupo Cursos Profissionalizantes;
- Projeto Grupo Réu Primário;
- Grupo Crack, Tô fora;
- Minuta atualizada do Projeto Institucionalizado (Começar de Novo).

Projeto Começar de Novo criado pelo Escritório de Projetos

NOME DO PROJETO	CÓDIGO
Começar de Novo	1.1.03.24.2/2011

Objetivo

Promover ações de reinserção social de reeducandos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Cronograma de execução do Projeto:

Meses de 2011

FASE	MARCOS E ENTREGAS	M	J	J	A	S	O	N	D
INICIAÇÃO	Realizar <i>benchmarking</i>								
	Definir os <i>stackholders</i> do Projeto								
PLANEJAMENTO	Alinhamento do Projeto à metodologia do EPROJ								
	Elaboração do Plano de Ação do subprojeto								
	Elaboração do plano de gerenciamento do Projeto								
EXECUÇÃO	Sensibilização dos membros do Poder Judiciário acerca da importância do programa social					26	31		
	Campanha de sensibilização						31		
	Remessa do plano ao gestor do Projeto						3		
	Remessa de cópia ao DPO e captação de recursos externos						3		
	Divulgação das atividades do Projeto						3		30
	Captação de recursos externos para o Projeto						4		30
	Assinatura de convênio para captação de recursos externos								31
	Desenvolver as ações do Plano de Ação do subprojeto							3	30
MONITORAMENTO	Implementação do Portal de Oportunidades							3	30
	Implementar o grupo de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário							3	30
	Viabilidade da implantação da Rede de Reinserção Social							3	30
	Implementar os Conselhos da Comunidade							3	30
	Monitorar a execução do subprojeto							3	30
ENCERRAMENTO	Reunião de avaliação do subprojeto								1-20

Tabela 8: Plano de Ação do Projeto Começar de Novo
Fonte: VEPMA

3 Projeto ECA na comunidade: direitos e deveres

NOME DO PROJETO	CÓDIGO
ECA na comunidade: direitos e deveres	1.1.03.24.9/2011

Objetivo

Difundir o Estatuto da Criança e do Adolescente entre alunos e demais atores da educação escolar.

Cronograma

O ECA na comunidade: direitos e deveres				
nome da tarefa	dur.	%	início	término
Processo de Iniciação	88 h	100	01/07/2011	15/07/2011
Benchmarking de boas práticas	88 h	100	01/07/2011	15/07/2011
Processo de planejamento	776 h	100	15/07/2011	20/12/2011
Planejamento do plano do projeto	72 h	100	15/07/2011	29/07/2011
Elaborar o plano de gerenciamento.	416 h	100	18/07/2011	20/10/2011
Planejamento das palestras do Cic.	288 h	100	09/08/2011	20/12/2011
Processo de Execução	2605 h	24	09/08/2011	14/12/2012
Sensibilizar os servidores e magi.	288 h	20	09/08/2011	21/11/2011
Aquisição de material permanente	274 h	15	10/08/2011	20/12/2011
Divulgar os eventos na mídia inte.	212 h	20	22/08/2011	30/12/2011
Divulgar os eventos nas escolas	176 h	35	29/08/2011	30/11/2012
Realização do ciclo de palestras .	104 h	35	12/09/2011	14/12/2012
Ressaca do plano de execução do s.	0 h	100	14/10/2011	14/10/2011
Cartilha "Violência Sexual contra.	383 h	50	14/10/2011	20/12/2011
Contratação de 4 estagiários para.	432 h	30	17/10/2011	30/12/2011
Entregar o plano de gerenciamento.	38 h	100	20/10/2011	26/10/2011
Captação de recursos externos	347 h	0	20/10/2011	20/12/2011
Cartilha "Adoção"	351 h	5	02/04/2012	31/05/2012
Processo de Monitoramento e Contr.	182 h	33	13/09/2011	21/12/2012
Gerenciamento dos dados estatísti.	94 h	30	13/09/2011	20/12/2012
Controlar e monitorar a execução .	88 h	35	13/09/2011	21/12/2012
Processo de encerramento	2080 h	0	26/12/2011	21/12/2012
Avaliação dos resultados do subpr.	2080 h	0	26/12/2011	21/12/2012

4 Projeto Audiência Pública

NOME DO PROJETO	CÓDIGO
AUDIÊNCIA PÚBLICA	1.1.03.24.3/2011

Objetivo

Promover a cidadania mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores por meio de programa de rádio de alcance em todo o Estado, no ano de 2011.



Foto 12: Juiz Cloves Cabral no Programa Audiência Pública, transmitido pela Rádio Difusora Acreana

Cronograma

Nr	Pacotes / Entregas	Data	Responsável
1.1	Processo de iniciação	12/08/2011	Sr. Arnaldo
1.1.1	<i>Benchmarking</i> de boas práticas	08/08/2011	Sr. Arnaldo
1.1.2	Definição dos <i>Stackholder</i>	12/08/2011	Sr. Arnaldo
1.2	Processo de execução	14/12/2012	M.M. Juiz Cabral
1.2.1	Remessa do cronograma à ASCOM	26/12/2011	Sr. Arnaldo
1.2.2	Captação de recursos externos	30/11/2011	Sr. José Idalécio
1.2.3	Remessa do plano de gerenciamento do subprojeto ao gestor para execução	1º/09/2011	Sr. Arnaldo
1.2.4	Estágio supervisionado de 3 estudantes	30/03/2012	M.M. Juiz Cabral
1.2.5	Aquisição de material permanente	31/01/2012	Sra. Sinete
1.2.6	Plano de Divulgação do Projeto	30/03/2012	Sra. Letícia Mamed
1.2.6.1	Produção de logomarca, <i>folder</i> e cartazes de divulgação sobre o programa	30/03/2012	Sra. Letícia Mamed
1.2.6.2	Produção de <i>banner</i> eletrônico	30/03/2012	Sr. Arnaldo
1.2.6.3	Produção de conteúdo jornalístico	29/02/2012	Sra. Letícia Mamed
1.2.6.4	Divulgação semanal das edições do programa	29/02/2012	Sra. Letícia Mamed
1.2.6.5	Divulgação do <i>spot</i> (gravação em MP3) da edição que foi ao ar na semana	29/02/2012	Sra. Letícia Mamed
1.2.7	Execução das atividades e programas propostos	14/12/2012	M.M. Juiz Cabral Fe
1.3	Processo de planejamento	30/09/2011	Sr. Arnaldo
1.3.1	Formatar a programação até o final do ano	15/08/2011	M.M. Juiz Cabral Fe
1.3.2	Elaboração do formato dos programas	31/08/2011	M.M. Juiz Cabral Fe
1.3.3	Elaboração do plano de gerenciamento do Projeto	30/09/2011	Sr. Arnaldo
1.4	Processo de monitoramento e controle	26/12/2011	Sr. Franco
1.4.1	Monitoramento e controle das atividades	26/12/2011	M.M. Juiz Cabral Fe
1.4.2	Monitoramento do subprojeto	26/12/2011	Sr. Franco

Tabela 9: Cronograma do Projeto Audiência Pública

Fonte: NEGEST/EPROJ

5 Projeto Campanha de Conscientização e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

NOME DO PROJETO	CÓDIGO
Campanha de Conscientização e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	3.4.13.27/2011

Objetivo

Conscientizar a comunidade em geral para o alto índice de violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito do município de Rio Branco, com a realização de uma campanha envolvendo a sociedade e as escolas situadas nos bairros de maior índice de violência, a partir de ações de impacto social de conhecimento e divulgação dos direitos e garantias das mulheres.

Cronograma

Nr	Pacotes / Entregas	Data	Responsável
1.1	INICIAÇÃO	10/02/2012	Sr. Arnaldo
1.1.1	realização de <i>benchmarking</i>	31/08/2011	Sr. Arnaldo
1.1.2	Definir os envolvidos no Projeto	10/02/2012	Sr. Arnaldo
1.2	PROCESSOS DE PLANEJAMENTO	28/02/2012	Sr. Arnaldo
1.2.1	Elaboração e validação do Plano de Ação do Projeto	17/02/2012	Sr. Arnaldo
1.2.2	Aprovação e entrega do plano de gerenciamento ao gestor	28/02/2012	Sr. Arnaldo
1.3	PROCESSOS DE EXECUÇÃO	31/10/2012	Sra. Rosângela
1.3.1	Cicleata de lançamento e início da campanha	07/03/2012	Sra. Rosângela
1.3.1.1	Definir o público alvo da cicleata	15/02/2012	Sr. Arnaldo
1.3.1.2	Realização de parcerias institucionais para realização e apoio à cicleata	02/03/2012	M.M. Juíza Olívia
1.3.1.2.1	Reuniões com os bancos	02/03/2012	M.M. Juíza Olívia
1.3.1.3	Autorização e logística de trânsito	02/03/2012	M.M. Juíza Olívia
1.3.1.4	Material de identificação, uniformização e propaganda	06/03/2012	Sra. Rosângela
1.3.1.5	Realização de uma fala em cada parada durante a cicleta	07/03/2012	Sra. Letícia Mamed
1.3.2	Ciclo de Palestras nas escolas da rede de ensino	31/10/2012	M.M. Juíza Olívia
1.3.2.1	Seleção dos bairros e escolas onde se realizará a campanha	15/02/2012	Sra. Rosângela
1.3.2.2	Definir o cronograma das palestras	29/02/2012	M.M. Juíza Olívia
1.3.2.3	Disponibilizar materiais e recursos audiovisuais	31/10/2012	M.M. Juíza Olívia
1.3.2.4	Apoio logístico nos eventos	26/10/2012	Sr. Abraão
1.3.3	Equipe de Estagiários Voluntários para apoio	31/05/2012	Sr. José Idalercio
1.3.4	Concursos de frases e redação entre os alunos	25/10/2012	M.M. Juíza Olívia
1.3.4.1	Regulamento dos concursos	30/03/2012	M.M. Juíza Olívia
1.3.4.2	Realização dos concursos de frases e redação	28/09/2012	Sra. Rosângela
1.3.4.3	Premiação dos concursos	25/10/2012	M.M. Juíza Olívia
1.3.5	Plano de Comunicação da Campanha	28/09/2012	Sra. Letícia Mamed
1.3.5.1	Elaborar o plano de comunicação	28/09/2012	Sra. Letícia Mamed
1.4	PROCESSOS DE MONITORAMENTO E CONTROLE	25/10/2012	Sra. Rosângela
1.5	PROCESSOS DE ENCERRAMENTO	31/10/2012	Sra. Letícia Mamed
1.5.1	Conferência com a participação da Maria da Penha	28/09/2012	M.M. Juíza Olívia
1.5.1.1	Definir data, local e conferencista	28/09/2012	M.M. Juíza Olívia
1.5.1.2	Planejar a logística do evento	28/09/2012	Sra. Rosângela
1.5.1.3	Estabelecer o programa da conferência	27/09/2012	M.M. Juíza Olívia
1.5.2	Reunião de avaliação do Projeto	31/10/2012	M.M. Juíza Olívia

Tabela 10: Cronograma da Campanha de Conscientização e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
Fonte: NEGEST/EPROJ

6 Projeto Cidadão

O Projeto Cidadão é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Acre e tem como principal objetivo garantir a emissão gratuita de documentação à população de baixa renda, de forma rápida e desburocratizada. Ele surgiu da preocupação em reverter dados fornecidos pelo IBGE, cuja estatísticas mostravam que, em 1995, aproximadamente 68% dos habitantes do Estado não possuíam nenhum tipo de registro legal. O trabalho, que se iniciou em 1995 a partir de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Rio Branco, conta com o apoio de diversas organizações governamentais e não governamentais e consiste em operações democráticas que garantem às pessoas do interior e da capital a retirada de documentação gratuita, consultas jurídicas, atendimento médico-odontológico, palestras educativas e atividades culturais e esportivas.



Foto 13: Projeto Cidadão iniciou-se em 1995 a partir de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Rio Branco

Parceria é uma das palavras-chaves do Projeto Cidadão. Graças a ela, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre vem conseguindo envolver setores da administração pública, sociedade civil e o próprio cidadão no desafio de democratizar os serviços públicos e fortalecer o exercício da cidadania. Mais de 15 órgãos públicos fazem parte das atividades oferecidas pelo Projeto, além de organizações não governamentais e empresários locais.

Atendimentos do Projeto Cidadão em 2011

Local	DATA	Nº ATENDIMENTO
Escola Justiniano de Serpa – mun. de Marechal Thaumaturgo	29, 30 de abril e 1º de maio de 2011	3.966
Escola Borges de Aquino – mun. de Porto Walter	05 e 06 de maio de 2011	3.774
Escola Nazira Anute de Lima – mun. de Manoel Urbano	08 e 09 de agosto de 2011	1.725
Escola Imaculada da Conceição – mun. de Feijó	11 e 12 de agosto de 2011	2.589
Escola Plácido de Castro – mun. de Tarauacá	15 e 16 de agosto de 2011	3.742
Escola Leovigildo Ferreira de Moura – mun. de Rodrigues Alves	25 e 26 de agosto de 2011	1.737
Centro de Multiuso Padre Edson – mun. de Mâncio Lima	28 e 29 de agosto de 2011	2.242
Associação de Moradores do Bairro da Baixa – mun. de Cruzeiro Sul	1º, 02 e 03 de setembro de 2011	2.144
Escola Messias Rodrigues de Souza – mun. de Sena Madureira	08 e 09 de agosto de 2011	4.428
Escola Jairo Figueiredo de Melo – mun. de Jordão	10, 11 e 12 de 2011	1.069
Escola União e Progresso – mun. de Porto Acre	21 e 22 de outubro de 2011	1.155

Escola Prof. Noélia Maria Alves Souza - mun. de Capixaba	11 e 12 de novembro de 2011	2.071
Esc. Bela Flor – mun. de Epitaciolândia	18 e 19 de novembro de 2011	2.307
Escola Pedro de Castro Meireles – mun. de Acrelândia	25 e 26 de novembro de 2011	4.095

Tabela 11: Atendimentos do Projeto Cidadão em 2011

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

7 Campanhas desenvolvidas pelo CECAP

ORDEM	CAMPANHA	COMARCA	INÍCIO	OBSERVAÇÃO
01	Doação de brinquedos para a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Rio Branco	14-03-2011 a 16-05-2011	
02	Natal Solidário – Doação de Roupas e Brinquedos para Crianças Carentes do Município de Brasileia	Brasileia	21-11-2011 a 16-12-2011	
03	Arrecadação de alimentos em todos os processos seletivos para estágio de estudantes de nível superior para doação a entidades não governamentais	Feijó, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Senador Guiomard, Brasileia, Capixaba, Epitaciolândia, Rio Branco, Plácido de Castro, Acrelândia	março a novembro de 2011	
TOTAL	03 campanhas	10 arrecadações de alimentos	12 atividades	

Tabela 12: Campanhas desenvolvidas pelo CECAP

Fonte: CECAP

8 Ações desenvolvidas por magistrados em escolas promovem a aproximação do Judiciário com a sociedade e contribuem para a formação do cidadão

Na tentativa de promover a aproximação do Judiciário com a comunidade, o Tribunal de Justiça do Acre e sua Magistratura têm realizado diversas ações ao longo dos últimos anos, como, por exemplo, o Projeto “Juiz na Escola”, iniciado em outubro de 2010.

O Projeto recomenda a visita periódica de juízes ao ambiente escolar para debater com a comunidade temas jurídicos e sociais, buscando combater e prevenir os problemas que mais afetam crianças e adolescentes.

O TJAC, ao viabilizar atividades dessa natureza, assume o seu compromisso na formação do cidadão, reforçando valores e facilitando o acesso à informação por crianças e jovens em todo o Estado.

- **Juíza debate ECA com gestores escolares e pais de alunos**

No dia 10 de junho de 2011, a Juíza de Direito Luana Campos, titular da Vara Cível de Senador Guiomard e responsável por julgar as causas relacionadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, realizou palestra na Escola Orlando de Souza Viana.

A convite da gestora da escola, professora Ademildes Nunes, a Juíza fez questão de conversar com a comunidade escolar e especialmente com os pais de alunos sobre a responsabilidade de todos em relação à vida escolar dos filhos.



Foto 14: Reunião da Juíza Luana Campos na Escola Orlando Viana

- **Juíza e Promotor discutem tráfico de drogas e violência escolar com estudantes**

Na Comarca de Cruzeiro do Sul, a Juíza de Direito Substituta Evelin Campos, que desempenha suas funções jurisdicionais na 2ª Vara Criminal, e o Promotor de Justiça Iverson Bueno, também atuante no município, realizaram, no final do mês de junho, uma palestra com os alunos da Escola Estadual Flodoardo Cabral.

Evelin Campos falou aos estudantes sobre o intenso tráfico de drogas na região e seus efeitos na sociedade e na família. A Juíza explicou os tipos de droga existentes, seu processo de fabricação e as consequências no organismo do usuário, destacando também a penalização, na área criminal, a que o usuário e o traficante estão sujeitos.

Na oportunidade, os alunos também conheceram os caminhos para a carreira na área jurídica. A Juíza destacou o meio para ingressar no Poder Judiciário, explicando os trâmites de um concurso público. Por fim, especificou as áreas de atuação e o papel do magistrado na sociedade.

Iverson Bueno, por sua vez, esclareceu sobre a carreira do Ministério Público. Ele destacou a importância do Promotor do Júri, mencionando a atuação deste profissional em alguns casos conhecidos, como o do “Mandin”, acusado de matar três pessoas em Cruzeiro do Sul.



Foto 15: Juíza palestrando sobre drogas nas escolas

O Promotor de Justiça abordou ainda questões do universo escolar, como a violência e a prática do *bullying* entre os alunos e a necessidade de preservação do patrimônio público.

13.2. Outras ações que indiretamente vieram a contribuir com o objetivo estratégico

1 Quintas do Araken

O Projeto Quintas do Araken, lançado em maio de 2011, consistiu em um curso gratuito de atualização jurídica, cuja primeira edição aconteceu no primeiro semestre de 2011. De cunho social e educacional, o Projeto do TJAC buscou fortalecer o debate de ideias sobre sociedade, justiça e direito.

Organizado em aulas temáticas, realizadas quinzenalmente no plenário do Palácio da Justiça – Centro Cultural do TJAC, teve como facilitador o advogado, professor e desembargador aposentado Jorge Araken.

A ASCOM foi a unidade responsável pelo desenvolvimento e execução do Projeto, além de elaborar o material de divulgação a respeito dele. No portal oficial do Poder Judiciário Acriano na Internet há uma seção com todas as informações sobre o Projeto. Todas as seis aulas ministradas durante a primeira edição do projeto estão disponíveis para *download*.



Foto 16: Aula do Projeto Quintas do Araken no Palácio da Justiça

2 Projeto Sebo do Centro Cultural do TJAC

Lançado em junho de 2011, o Projeto visava incentivar a leitura, o intercâmbio de conhecimento e fomentar um espaço de socialização no âmbito do Poder Judiciário Acriano.

A iniciativa segue a mesma perspectiva do Projeto Quintas do Araken, ou seja, dinamizar o Palácio da Justiça – Centro Cultural do TJAC, tornando-o um ponto de encontro da cultura e de integração social.

Para início do Projeto, o Palácio da Justiça recebeu a doação de mais de 2 mil livros, feita por desembargadores, juízes, promotores, defensores públicos, advogados, estudantes, além de livrarias e faculdades.

Quando efetuada uma doação, os livros são cadastrados e disponibilizados em exposição para qualquer cidadão. As obras permanecem acessíveis para troca, mas as doações podem ser realizadas a qualquer momento.

As trocas podem ser feitas por outras obras ou por um quilo de alimentos não perecíveis, que posteriormente serão doados a instituições filantrópicas do Estado.

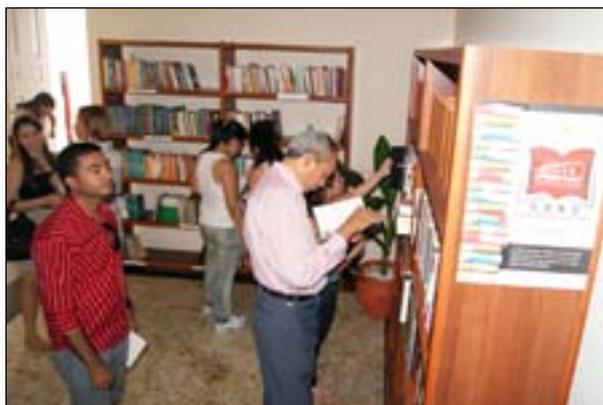


Foto 17: Projeto Sebo do Centro Cultural recebe a comunidade para intercâmbio de livros

3 Atividades desenvolvidas pela CEPAL de Brasileia

Relatório de acompanhamento de 2011	
Atendimento individual	171
Encaminhamento para PSC	100
Visita institucional	12
Visita domiciliar	0
Visita de fiscalização às Instituições Parceiras	12
Encaminhamento para tratamento de dependência química	4
Levantamento individual de Instituições Parceiras	45
Grupo PSC (reuniões)	2
Encaminhamento médico	4
Contatos telefônicos	0
Relatório de acompanhamento	12
Total	362

Tabela 13: Relatório de acompanhamento dos reeducandos
 FONTE: CEPAL da Comarca de Brasileia

14. Promover a efetividade dos serviços à sociedade preservando os valores éticos.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 89%

As metas 9 e 10, estabelecidas no Planejamento Estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

14.1. Meta 9 - Reduzir para 44% a taxa de congestionamento na fase de execução cível

Essa taxa mede a efetividade da Justiça, pois leva em conta o total de casos novos que ingressaram na Justiça, os julgados e os pendentes.

Resultado: **Meta cumprida** 

Os resultados apresentam características distintas no primeiro grau e juizados. No primeiro, apesar de ainda não alcançar a Meta, representa avanços significativos em relação a 2010, passando de 66,71 para 54,20%.

Área	META	CUMPRIMENTO DA META
1º Grau	44%	81%
2º Grau	s/ medição	
Juizados Especiais	44%	100%

14.2. Meta 10 - Aumentar em 5% a produtividade do magistrado na fase de execução

Esta Meta traduz a produção dos magistrados por área da Justiça. A relação dá-se em função dos magistrados providos nas respectivas áreas e o total de julgados.

Resultado: **Meta cumprida parcialmente** 

Os resultados apresentam características distintas no primeiro grau e juizados. No primeiro grau, a Meta foi cumprida, já nos juizados ficou parcialmente cumprida.

Área	Meta	2011	% atingimento
1º Grau	143 p/ magistrado	271	100%
2º Grau	nd		
Juizados Especiais	115 p/ magistrado	65	56,38%

Ações desenvolvidas:

1 As ações desenvolvidas para corroborar a Meta foram as mesmas descritas no item 14.1

2 Ações da Corregedoria-Geral da Justiça

a) Processos em tramitação

Com fundamento no art. 54, incisos II, III e X, do Regimento Interno do TJ/AC, bem como o art. 19, incisos II e III, da Lei Complementar Estadual nº 221/10, foram instaurados, desde o início da gestão do atual Corregedor, 111 (cento e onze) processos administrativos e 54 (cinquenta e quatro) procedimentos relacionados a requerimentos de indisponibilidade de bens.

Dos processos administrativos instaurados 48 (quarenta e oito) referem-se a Magistrados, 11 (onze) a Delegatários e 52 (cinquenta e dois) tratam de temas diversos. O gráfico abaixo ilustra melhor tal dado:

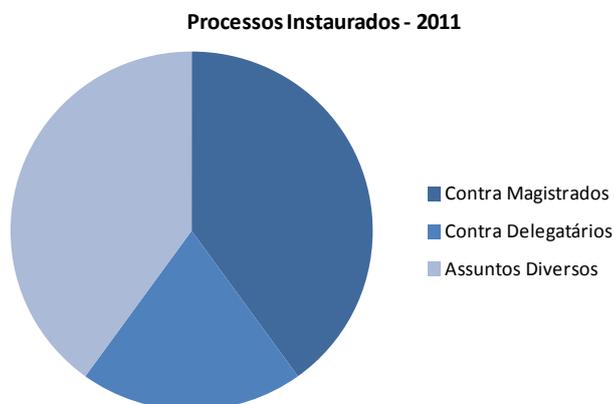


Gráfico 10: Processos administrativos instaurados na COGER
Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

O Corregedor-Geral da Justiça proferiu 84 (oitenta e quatro) decisões no decorrer do ano de 2011. Da totalidade das decisões exaradas, 39 (trinta e nove) relacionavam-se a processos que tramitaram na Corregedoria contra magistrados, 18 (dezoito) referiam-se a processos contra delegatários e 27 (vinte e sete) dispuseram sobre assuntos diversos.

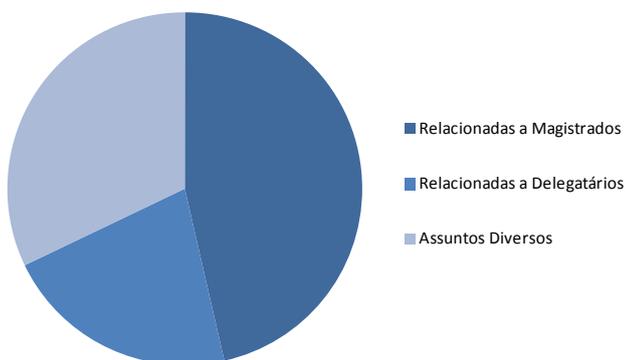


Gráfico 11: Decisões proferidas na COGER
Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

b) Correições

Cabe à Corregedoria supervisionar e exercer o poder disciplinar, relativamente aos serviços forenses, para isso se utiliza das correições, bem como do monitoramento nas Unidades Jurisdicionais.

O monitoramento ora referido vem sendo feito, através do SAJ, em todas as 56 (cinquenta e seis) Unidades Jurisdicionais do Estado do Acre, desde o segundo semestre do ano de 2011. Tal acompanhamento visa à otimização do serviço prestado aos jurisdicionados e à padronização das movimentações processuais no SAJ, para tanto são identificados os problemas recorrentes das varas buscando-se saná-los através de correições à distância.

Em 2011, foram correicionadas à distância 22 (vinte e duas) unidades jurisdicionais, quais sejam:

- Comarca de Rio Branco - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Cíveis; 1ª, 2ª e 3ª Varas de Família; 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública; 1ª Vara da Infância e Juventude; Vara de Órfãos e Sucessões; 2ª e 3ª Varas Criminais;

- Comarca de Cruzeiro do Sul – 1ª e 2ª Varas Cíveis; 1ª e 2ª Varas Criminais;
- Comarca de Sena Madureira – Vara Cível e Vara Criminal;
- Comarca de Brasileia - Vara Cível e Vara Criminal;
- Comarca de Acrelândia – Vara Única.

Os Juízos acima mencionados foram instados a sanar as impropriedades detectadas em suas respectivas unidades, tais como: processos sem movimentação há mais de 60 dias, mandados pendentes de cumprimento por mais de 60 dias, processos em carga por mais de 30 dias, além de movimentações equivocadas no SAJ, dentre outras, que se encontravam em desalinhamento com o Provimento nº 03/2007 (Normas Gerais da Corregedoria), ou com os demais normativos do Tribunal de Justiça do Acre.

Também foi feita a correção na Vara de Violência Doméstica, porém, naquela unidade, tal procedimento foi realizado *in loco*.

Durante o período de 12 a 15 de setembro de 2011, uma equipe da Corregedoria deslocou-se à dita Vara e analisou a unidade como um todo, através do módulo estatístico do Sistema de Automação Judicial – SAJ, além de analisar uma amostragem de, aproximadamente, 10% dos processos que lá estavam em trâmite.

Após tal análise, foram constatadas algumas impropriedades na condução administrativa dos processos, as quais foram destacadas no Relatório de Correção (encaminhado à Magistrada titular da respectiva unidade). No referido relatório, além de terem sido apontados os problemas detectados, foram apontadas também as formas de corrigi-los, seja por meio de indicação dos mecanismos adequados para “alimentação” do SAJ, a fim de serem padronizadas as nomenclaturas, seja através da sugestão de novas rotinas de trabalho para melhorar o gerenciamento da unidade.

c) Atos normativos expedidos em 2011

d) Provimentos

No uso de suas atribuições e amparada pelo art. 54, inciso VIII, do Regimento Interno do TJAC, a Corregedoria-Geral da Justiça editou 11 Provimentos e 08 Recomendações, conforme apresentado no quadro abaixo:

Nº DO PROVIMENTO	EMENTA
01	Revoga o § 1º do Provimento nº 01, de 16 de janeiro de 2009.
02	Institui o Manual de Procedimentos das Varas Cíveis.
03	Institui o Manual de Procedimentos das Varas Criminais.
04	Altera a norma inserta no item 2.3.16 e renumera o item 2.3.16.1 da Consolidação de Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça.
05	Dispõe sobre a regulamentação do Serviço de Distribuição de Títulos – SDT, apresentados aos Tabelionatos de Protestos.
06	Suspende os efeitos do Provimento nº 4/2011, da Corregedoria-Geral da Justiça.
07	Altera o Provimento nº 03/2011 e dá outras providências.
08	Dispõe sobre o regime de plantão judiciário no Primeiro Grau de jurisdição.
09	Dispõe sobre a remuneração dos notários e registradores interinos nas serventias extrajudiciais vagas do Estado do Acre e dá outras providências.
10	Autoriza os Diretores de Secretaria a assinarem mandados judiciais, exceto os de força.
11	Aprova o Manual de Orientação para Atualização de Dívidas e Contagem de Custas e dá outras providências.

Tabela 14: Provimentos expedidos pela COGER

Fonte: COGER

e) Recomendações

Nº DA RECOMENDAÇÃO	EMENTA
01	Dispõe sobre práticas a serem adotadas pelos juízos criminais em procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança.
02	Dispõe sobre a obrigatoriedade do reconhecimento de firma por autenticidade nos documentos de autorização de viagem internacional de menor. "Sem efeito conforme decisão publicada no DJE nº 4.448, de 3/6/2011, fls. 4/5."
03	Dispõe sobre a obrigatoriedade do reconhecimento de firma por autenticidade nos documentos de compra e venda e promessa de compra e venda de veículos.
04	Assenta a isenção de custas ou emolumentos para registro de títulos translativos de domínio de imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária e dá outras providências. "Suspensa, conforme deliberado no Pedido de Providências nº 0000102-91.2011.8.01.8001".
05	Dispõe sobre o procedimento para compensação de precatórios, mediante intimação prévia da entidade pública devedora por parte do juiz de execução e dá outras providências.
06	Dispõe acerca do direito dos servidores à compensação pelo trabalho em regime de plantão efetivo, bem como a autoridade administrativa competente para deliberação do benefício.
07	Dispõe sobre procedimentos relativos aos pagamentos de honorários de advogados dativos e de peritos, em casos de assistência judiciária gratuita, no âmbito da jurisdição federal delegada para os juízos estaduais e dá outras providências.
08	Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicar ao Instituto Nacional de Seguro Social o registro de óbitos ocorridos no mês de referência e dá outras providências.

Tabela 15: Recomendações expedidas pela COGER

Fonte: COGER

f) Documentos diversos da COGER

Documentos diversos expedidos - 2011

Portarias	41
Ofícios	749
Ofícios Circulares	122
Comunicado Interno	75

Tabela 17: Documentos diversos da COGER

Fonte: COGER

Documentos recebidos em - 2011

Ofícios e outros	4.070
------------------	-------

Tabela 16: Documentos recebidos na COGER

Fonte: COGER

14.3. Outras ações que vieram a colaborar com o objetivo estratégico

1 Ações da Corregedoria-Geral da Justiça

- Cadastro de usuários (magistrados e servidores) nos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOSEG e sistemas do CNJ;
- Acompanhamento quanto à inserção dos relatórios de inspeção nos estabelecimentos penais por parte das Unidades Jurisdicionais;
- Inserção de processos no Sistema de Acompanhamento de Processos Disciplinares contra Magistrados;
- Acompanhamento quanto à inserção de dados pelas Varas no Sistema Justiça Aberta;

- Gestão quanto ao projeto de implementação do Banco Nacional de Mandados de Prisão (Resolução nº 137 do CNJ);
- Inserção dos dados da Semana da Conciliação;
- Acompanhamento do Projeto de Virtualização das Unidades Jurisdicionais;
- Elaboração de relatórios de Magistrados para fins de promoção;
- Apoio técnico aos usuários quanto às resoluções do CNJ, inserção de dados no Sistema de Automação da Justiça (Resolução nº 46 do CNJ);
- Apoio técnico quanto à interpretação de dados estatísticos no Sistema de Automação da Justiça (SAJ/EST);
- Inclusão de dados no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Acre relativos à Meta 7 do CNJ;
- Relatório trimestral dos presos provisórios;
- Acompanhamento da Resolução nº 107 do CNJ (assistência à saúde);
- Acompanhamento quanto ao cumprimento da Meta 3/2011 do CNJ;
- Monitoramento do Sistema de Automação da Justiça – módulo estatístico, para fins de detecção de erros nos resultados das pesquisas, contatando a Softplan para solucionar problemas encontrados.

2 Ações da Vice-Presidência

No ano de 2011, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Acre recebeu 2.681 processos, como se observa no quadro abaixo. No que concerne aos Recursos Extraordinário e Especial, 63 foram admitidos e 1.293 foram inadmitidos. Quanto aos Recursos Ordinários e Agravo de Instrumento, 921 foram remetidos aos Tribunais Superiores, restando um resíduo de 335 processos para o corrente ano, conforme segue:

Recursos	Entrada	Diversos	Admitidos	Inadmitidos	Remessa		Resíduo
					STF	STJ	
Recurso extraordinário	339	2	19	284	-	-	34
Recurso especial	1.349	46	44	1.009	-	-	250
Recurso ordinário	31	8	-	-	0	22	1
Agravo de instrumento	962	13	-	-	161	738	50
Total	2.681	69	63	1.293	161	760	335

Tabela 17: Atividades desenvolvidas pela Vice-Presidência

Fonte: Vice-Presidência

*Retidos, seguimentos negados, prejudicados, etc.

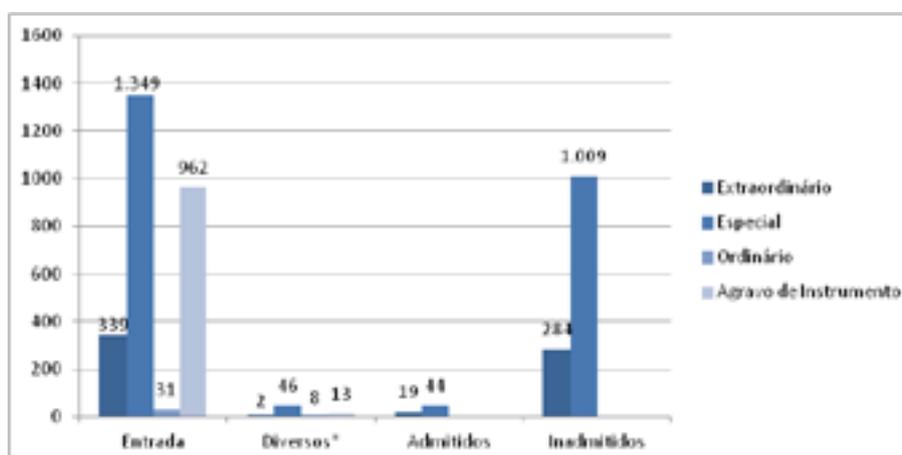


Gráfico 12: Gráfico demonstrativo das atividades da Vice-Presidência

Fonte: Vice-Presidência

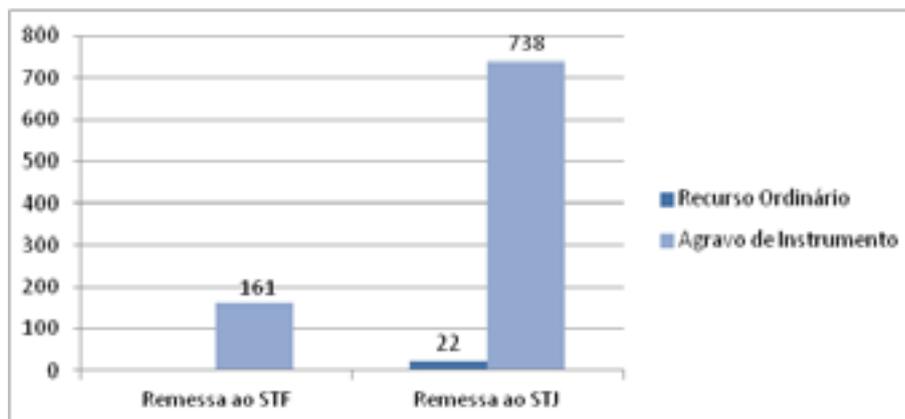


Gráfico 13: Gráfico demonstrativo das remessas de processos pela Vice-Presidência
Fonte: Vice-Presidência

3 Ações do Núcleo de Precatórios

a) Recursos recebidos para o pagamento de precatórios no ano de 2011

No decorrer do ano de 2011, as contas administradas pelo Tribunal de Justiça para o pagamento dos precatórios do Estado do Acre e dos municípios acrianos submetidos ao Regime Especial receberam um volume de R\$ 12.359.655,43 - doze milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta e três centavos.

b) Pagamentos realizados

No ano de 2011, foi liberado um total de R\$ 6.892.437,84 - seis milhões, oitocentos e noventa dois mil, quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos - para o pagamentos de precatórios. Desse total, foram pagos R\$ 4.959.946,51 - quatro milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos - em precatórios do Estado do Acre; e R\$ 1.932.491,33 - um milhão, novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e trinta e três centavos - em precatórios do município de Rio Branco.

Os pagamentos concentraram-se nos precatórios do Estado do Acre e do município de Rio Branco em razão desses dois entes serem os únicos que, regularmente, depositaram recursos nas contas administradas pelo Tribunal de Justiça para o pagamento dos seus débitos no decorrer do ano de 2011.

c) Outras atividades que contribuíram para efetivar os serviços à sociedade.

- Atualização, divulgação e publicação das Listas Cronológicas de Precatórios por ente no âmbito do Estado do Acre, englobando os precatórios oriundos do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.
- Organização, divulgação e publicação mensal da lista de pagamento preferencial dos créditos dos idosos e portadores de doenças graves.
- Solicitação de inclusão de aproximadamente 39 precatórios no orçamento dos entes públicos.
- Instauração de processos administrativos visando ao sequestro de valores dos municípios que não repassaram ao Tribunal de Justiça a parcela do ano de 2010 dos recursos para o pagamento dos seus precatórios.
- Concessão do pagamento preferencial de aproximadamente 38 credores idosos e portadores de doenças graves.

Tabela dos pagamentos de precatórios:

ENTE	DÉBITO TOTAL	CONTA ESPECIAL	SALDO EM 2010	VALOR DEPOSITADO EM 2011	VALOR PAGO EM 2011	SALDO EM 31/12/2011
MUNICÍPIO DE RIO BRANCO		Ordem Cronológica	R\$ 461.529,64	R\$ 1.897.817,65	R\$ 1.783.899,75	R\$ 605.211,59
	R\$ 77.500.895,13	Acordos	R\$ 1.111.434,26	R\$ 1.897.817,65	R\$ 148.591,58	R\$ 2.989.850,20
		TOTAL	R\$ 1.572.963,9	R\$ 3.795.635,31	R\$ 1.932.491,33	R\$ 3.595.061,79
ESTADO DO ACRE		Ordem Cronológica	R\$ 5.153.657,58	R\$ 4.102.340,91	R\$ 2.632.536,83	R\$ 7.064.870,04
	R\$ 91.725.591,14	Acordos	R\$ 1.634.001,28	R\$ 4.102.340,91	R\$ 2.327.409,68	R\$ 3.545.233,86
		TOTAL	R\$ 6.787.658,86	R\$ 8.204.681,82	R\$ 4.959.946,51	R\$ 10.610.103,90
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL		Ordem Cronológica	-	R\$ 27.337,19	-	R\$ 27.344,11
	R\$ 792.598,50	Acordos	-	R\$ 27.337,19	-	R\$ 27.344,11
		TOTAL	-	R\$ 54.674,38	-	R\$ 54.688,24
MUNICÍPIO DE SENADOR GUIOMARD		Ordem Cronológica	-	R\$ 15.188,21	-	R\$ 15.188,21
	R\$ 596.335,01	Acordos	-	R\$ 15.188,21	-	R\$ 15.188,21
		TOTAL	-	R\$ 30.256,42	-	R\$ 30.256,42
MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA		Ordem Cronológica	-	R\$ 2.500,00	-	R\$ 2.640,48
	R\$ 48.724,20	Acordos	-	-	-	-
		TOTAL	-	-	-	-

MUNICÍPIO DE ASSIS BRASIL	R\$ 352.485,83	Ordem Cronológica	-	R\$ 9.690,63	-	R\$ 9.690,63
		Acordos	-	R\$ 9.690,62	-	R\$ 9.690,62
		TOTAL	-	R\$ 19.391,85	-	R\$ 19.391,85
MUNICÍPIO DE TARAUACÁ	R\$ 1.388.119,20	Ordem Cronológica	-	R\$ 23.444,05	-	R\$ 23.444,05
		Acordos	-	R\$ 23.444,05	-	R\$ 23.444,05
		TOTAL	-	R\$ 46.888,10	-	R\$ 46.888,10
MUNICÍPIO DE BRASILEIA	R\$ 2.281.581,92	Ordem Cronológica	-	R\$ 73.988,67	-	R\$ 74.007,34
		Acordos	-	R\$ 73.988,67	-	R\$ 74.007,34
		TOTAL	-	R\$ 147.977,34	-	R\$ 148.014,74
MUNICÍPIO DE PLÁCIDO DE CASTRO	R\$ 89.469,94	Ordem Cronológica	-	R\$ 7.115,49	-	R\$ 7.115,49
		Acordos	-	R\$ 7.115,49	-	R\$ 7.115,49
		TOTAL	-	R\$ 14.230,98	-	R\$ 14.230,98
MUNICÍPIO DE XAPURI	R\$ 1.545.506,44	Ordem Cronológica	-	R\$ 21.654,92	-	R\$ 21.654,92
		Acordos	-	R\$ 21.654,92	-	R\$ 21.654,92
		TOTAL	-	R\$ 43.309,84	-	R\$ 43.309,84
TOTAL	R\$ 176.321.307,31**	-	R\$ 8.360.622,76	R\$ 12.359.655,43	R\$ 6.892.437,84	R\$ 14.564.695,66

*Não houve movimentação nas contas dos municípios de **Capixaba** (Débito de R\$ 258.933,95), **Feijó** (Débito de R\$ 850.437,72), **Marechal Thaumaturgo** (Débito de R\$ 850.905,95) e **Sena Madureira** (Débito de R\$ 416.671,93). **Saldo estimado com base no valor requisitado dos precatórios, sem atualização.

Tabela 18: Tabela das atividades realizadas pelo NPGP

Fonte: Núcleo de Processamento e Gestão de Precatórios - NPGP

15. Assegurar ao cidadão o acesso à Justiça.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 89%

A Meta 11, estabelecida no Planejamento Estratégico, orientou as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com a Meta.

15.1. Meta 11 - Aumentar para 82% o número de municípios atendidos com estrutura física e comarca efetivamente instalada

Para o alcance da Meta seria necessária a instalação das Comarcas de Rodrigues Alves e Porto Acre.

Resultado:

Meta não
cumprida 

Mediante o acordo com o Governo do Estado, essas obras serão executadas no exercício de 2012.

Como forma de proporcionar maior proximidade com os demais poderes, alinhado aos objetivos traçados no Planejamento Estratégico, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre abriu uma série de discussões com o Poder Executivo e Poder Legislativo, objetivando discutir tanto as definições dos limites orçamentários previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) como as diretrizes do Plano Plurianual (PPA) deste Poder. Essa proximidade fortaleceu a independência entre os Poderes e, conseqüentemente, a democracia, como também garantiu ao Poder Judiciário participação na revisão da redação da LDO em momento oportuno.

Além desses, vários foram os benefícios advindos do estreitamento da relação entre os poderes, dentre os principais podem ser citados: foram iniciadas as tratativas sobre a construção da “Cidade da Justiça” em Rio Branco, tendo como fonte de recursos financeiros o BNDES, bem como foi possível celebração de parceria entre o Poder Judiciário e Executivo para destinação de imóvel que acomodará a “Cidade da Justiça” em Cruzeiro do Sul. Ainda, foram realizados os encaminhamentos necessários à construção dos fóruns das Comarcas de Rodrigues Alves, Porto Acre e Santa Rosa.

Ações desenvolvidas:

1 Reuniões junto ao Governo do Estado para discussão dos projetos estratégicos do TJAC

15.2. Outras ações desenvolvidas que colaboraram com o tema estratégico

1 Ações da Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos

De acordo com a Portaria nº 735/2011, da Presidência do Tribunal de Justiça, a Comissão é composta pelos seguintes membros:

- Presidente

Desembargador Samoel Evangelista

- Membros Titulares

Desembargadores Eva Evangelista e Arquilau Melo

- Membro Suplente

Desembargador Pedro Ranzi

Durante o ano de 2011, foram movimentados 27 (vinte e sete) processos no âmbito da Comissão e realizadas 9 (nove) sessões, conforme alguns demonstrados abaixo:

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA		RELATOR: Des. Samoel Evangelista	
PROCESSO	OBJETO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0000639-34.2011.8.01.0000	Proposta de Resolução para instalação do Juizado de Trânsito na Comarca de Rio Branco.	Sobrestado	Aguardando o próximo exercício financeiro.
0000204-60.2011.8.01.0000	Instalação do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Cruzeiro do Sul.	Julgado em 5/4/2011	Remetido ao Pleno Administrativo.
0002142-90.2011.8.01.0000	Proposta de Anteprojeto de Lei. Alteração de Lei. Aumento do número de Desembargadores.	Julgado em 4/10/2011	Proposta de Anteprojeto de Lei aprovada no Pleno Administrativo em 5/10/2011.
0002335-08.2011.8.01.0000	Isonomia de Emolumentos para o registro do Título Definitivo aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.	Julgado em 5/12/2011	Proposta remetida à Presidência deste Tribunal de Justiça para encaminhamento ao Chefe do Poder Executivo, a quem cabe a iniciativa do Projeto de Lei.
0002380-12.2011	Minuta de Resolução sobre a Organização do Plantão Judiciário.	Julgado em 8/11/2011	Proposta aprovada no Pleno Administrativo em 10.11.2011.
0001664-82.2011	Proposta de alteração da Resolução nº 154/11.	Julgado em 12/8/2011	Proposta aprovada no Pleno Administrativo em 17/8/2011.
0003190-55.2009	Instalação da Comarca de Rodrigues Alves.	Julgado em 5/10/2011	Remetido ao Pleno Administrativo.
0002738-45.2009	Proposta de instalação do Juizado de Trânsito da Comarca de Cruzeiro do Sul.	Sobrestado	Aguardando o próximo exercício financeiro.

0002366-62.2010	Varas Criminais da Comarca de Cruzeiro do Sul – Segurança para os Magistrados.	Sobrestado	Aguardando a alteração da Lei nº 1.422/01.
0003850-15.2010	Partidoria/Contadoria.	Sobrestado	Apensado ao Proc. nº 0500401-89.2010.

Tabela 19: Processos tramitados na Comissão de Organização Judiciária que contribuíram para o tema estratégico do item 15

Fonte: Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA		RELATOR: Des. Arquilau Melo	
PROCESSO	OBJETO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0000324-06.2011.8.01.0000	Proposta de Resolução que instituiu o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.	Julgado em 2/3/2011	Proposta de Resolução aprovada no Conselho da Magistratura em 4/3/2011.
00001665-67.2011	Proposta de Anteprojeto de Lei que institui a renda mínima dos Cartórios de Registro Civil.	Julgado em 4/10/2011	Proposta de Anteprojeto de Lei aprovada no Pleno Administrativo em 5/10/2011.
0001239-55.2011.8.01.0000	Instalação de mais uma Vara na Comarca de Tarauacá.	Objeto Prejudicado	Arquivado em 14/10/2011, conforme Despacho do Relator.
0500411-36.2010	Proposta de adequação da Seção de Acervo Bibliográfico do TJAC.	Concluso ao Relator	
0000579-13.2001	Proposta de Resolução que institui o expediente interno do Poder Judiciário.		Arquivado em 26/7/2011
2006.001321-8	Proposta de Emenda Regimental – Horário Interno		Arquivado em 26/7/2011
0000703-15.2009	Projeto de Revisão do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Concluso ao Relator	

Tabela 20: Processos tramitados na Comissão de Organização Judiciária que contribuíram para o tema estratégico do item 15

Fonte: Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA		RELATORA: Des. Eva Evangelista	
PROCESSO	OBJETO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0001372-97.2011.8.01.0000	Proposta de Resolução que regulamenta a prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência.	Julgado em 5/10/2011	Remetido ao Pleno Administrativo.
0002181-87.2011.8.01.0000	Anteprojeto de Lei Complementar que regulamenta a instalação de Serventias Notariais e de Registro.	Julgado em 5/12/2011	Proposta de Anteprojeto de Lei aprovada no Pleno Administrativo em 7/11/2011.

Tabela 21: Processos tramitados na Comissão de Organização Judiciária que contribuíram para o tema estratégico do item 15

Fonte: Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos

2 TJAC instala Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas em 22 de julho de 2011

“Hoje, estamos aqui para tornar concreto um sonho que não era só meu, mas de todos que integram o Judiciário do Acre. Esta unidade vem em um momento bastante oportuno, em virtude do grande contingente de apenados que temos. É necessário que ajudemos essas pessoas a se ressocializarem”, disse o Desembargador-Presidente Adair Longuini, que conduziu a solenidade de instalação da VEPMA.



Foto 18: Solenidade de instalação da VEPMA em Rio Branco

A Juíza de Direito Maha Manasfi, que responde pela nova unidade judiciária, destacou a contribuição dos servidores da CEPAL, para consolidação da VEPMA. “A criação e a instalação desta Vara é fruto de muitas lutas, que vem sacramentar um trabalho que já vinha sendo feito pela CEPAL desde 2002. O trabalho era executado por muitos autores invisíveis, autores humildes que se identificaram com a causa, vestiram a camisa e se fizeram presentes todas as vezes que foram solicitados, independentemente de dia e horário. Autores que sempre serão lembrados pela dedicação e doação, pelo amor, cuidado e amor”, disse.

A antiga Central de Execução de Penas Alternativas (CEPAL), instituída pelo Tribunal de Justiça do Acre no ano de 2002, deu lugar, a partir dessa sexta-feira (22), à Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Rio Branco.

Com o objetivo de melhor estruturar a unidade, garantindo que ela cumpra adequadamente com as suas funções no gerenciamento e fiscalização do cumprimento de penas e medidas alternativas, o TJAC aprovou a Resolução nº 155/2011, em março de 2011, que estabelece a instalação da VEPMA.

Atualmente, 3.212 reeducandos cumprem algum tipo de pena ou medida alternativa na Comarca da Capital. Assim, com uma infraestrutura mais ampla e uma equipe técnica reforçada, a nova Vara terá condições de aperfeiçoar os procedimentos que envolvem a execução das penas restritivas de direitos, principalmente para garantir que elas sirvam de instrumento eficiente para a distribuição de Justiça, por um lado, e para a educação e ressocialização do infrator, por outro.

Nesse sentido, a VEPMA não apenas dará prosseguimento como fortalecerá os programas e projetos que auxiliam os apenados no processo de ressocialização, até então desenvolvidos pela CEPAL. Dentre eles, destacam-se os projetos educacionais e de qualificação profissional, bem como os grupos de dependência química.



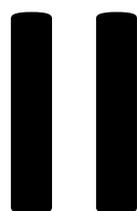
Foto 19: Equipe da VEPMA, nova unidade judiciária da capital

A VEPMA será a 25ª Vara Ordinária de Rio Branco e, como outras cinco unidades judiciárias, também será virtualizada, de maneira que a prática e a comunicação dos atos processuais da unidade ocorrerão exclusivamente por meios eletrônicos.

Na Vara irão tramitar os processos em que o indivíduo recebe pena de prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária, ou que obtém os benefícios do regime semiaberto, aberto, livramento condicional, suspensão condicional do processo e suspensão condicional da pena.

A Juíza de Direito Maha Manasfi, titular da Vara, terá a seguinte competência:

- Designar a entidade credenciada para cumprimento da pena ou medida alternativa, em cada caso, supervisionando e acompanhando seu cumprimento;
- Inspeccionar os estabelecimentos onde se efetive o cumprimento de penas ou medidas alternativas;
- Decidir os pedidos de unificação das penas, bem como julgar os respectivos incidentes;
- Decidir casos de revogação do livramento condicional, da suspensão condicional da pena, da suspensão condicional do processo, da transação penal e da regressão do regime aberto.



Responsabilidade Social e Ambiental

**Resultado do cumprimento desse
tema estratégico: 97%**

16. Potencializar ações na área de responsabilidade social e ambiental, promovendo o uso sustentável de recursos.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 97%

As metas 13, 14 e 15, estabelecidas no Planejamento Estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

16.1. Meta 13 - Reduzir em 25% o consumo de papel (resma)

Considerando o consumo de 2010 de 19.330 resmas, a Meta previa reduzir o consumo para 14.934 resmas no ano.

Resultado:

**Meta cumprida
parcialmente** 

O resultado apurado foi de 16.800 resmas, representando uma redução de 15,05%.

Ações desenvolvidas:

- 1 **Privatização das serventias extrajudiciais**
- 2 **Melhoria no gerenciamento da distribuição de papel pelo almoxarifado, observar a média de consumo de papel das unidades**
- 3 **Projeto de virtualização das unidades judiciais da comarca de Rio Branco, conforme apresentado no item 25.1**
- 4 **TJAC veda recebimento de petições em papel nas Varas Virtuais**

O Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Acre decidiu vedar a distribuição e o protocolo de petições e documentos apresentados em meio físico (papel) nas unidades jurisdicionais já virtualizadas. Desse modo, as petições deverão ser apresentadas em meio digital, no formato PDF, e distribuídas diretamente à Seção de Distribuição e Protocolo de cada Comarca ou no *link* do Peticionamento Eletrônico do Portal do TJAC – www.tjac.jus.br.

Na sessão realizada, os Desembargadores Adair Longuini (Presidente), Samoel Evangelista (Vice-Presidente) e Arquilau Melo (Corregedor-Geral da Justiça) aprovaram a medida por meio do Provimento nº 4/2011. A decisão foi publicada na edição nº 4.446 do Diário da Justiça Eletrônico.

Para o Juiz Auxiliar da Presidência do TJAC, Laudivon Nogueira, a medida justifica-se para garantir maior celeridade processual: “As Varas Virtuais foram implantadas para funcionar em meio eletrônico e, dessa forma, conferir maior rapidez e eficiência no trâmite processual. O que está acontecendo é que os advogados, defensores e promotores estão peticionando com o uso do

papel. Assim, estamos tendo trabalho dobrado, pois temos de escanear essas ações e inseri-las no sistema, o que faz com que as outras que chegam tenham de esperar. Isso representa um retrocesso, pois enquanto nossas unidades judiciárias estão prontas, preparadas, as petições continuam chegando em papel, o que atrasa os serviços judiciários”, explicou.

5 Peticionamento eletrônico

Em abril de 2010, o TJAC havia firmado com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Acre (OAB/AC) o Termo de Cooperação Técnica nº 03/2010, visando viabilizar o peticionamento eletrônico no âmbito das varas virtuais instaladas no Estado.

O que ficou acordado foi que o Tribunal, inicialmente, realizaria o treinamento de um funcionário da OAB, que iria digitalizar (escanear) as petições que chegassem em papel. Assim, os advogados iriam se dirigir à Sede da OAB para o escaneamento e assinatura desses documentos.

A segunda etapa consistia em que cada advogado adquirisse sua certificação digital (assinatura eletrônica) e, dessa forma, elaborasse e enviasse sua petição de casa, do escritório ou de qualquer lugar com acesso à Internet.

Para tanto, o TJAC disponibilizou na Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) um equipamento (protocoladora digital), por meio do qual era possível peticionar com assinatura digital.

Com o peticionamento eletrônico, os advogados podem ingressar com as ações sem a necessidade de digitalização de documentos ou posterior envio de originais, o que simplifica os procedimentos.

16.2. Meta 14 - Reduzir em 4% o consumo de água (m³)

O consumo de água é uma das variáveis trabalhadas no projeto de responsabilidade ambiental do TJAC, pois trata do consumo sustentável dos recursos.

Resultado:

Meta cumprida



Em 2011 o resultado apurado foi de 25.268m³ de água consumida, enquanto que a meta estabelecia um consumo de 30.688m³, representando uma redução de 22,85%.

Ações desenvolvidas:

- 1 **Elaboração de um diagnóstico do sistema de abastecimento, reservação e utilização do consumo de água pela DAD**
- 2 **Nas localidades onde foram detectados problemas houve solução, tendo como resultado a diminuição do consumo**
- 3 **Está sendo incluído o sistema de reutilização de água pluviais nos novos projetos de construção do TJAC**

4 Elaboração e execução do Projeto de Gestão Ambiental do TJAC

NOME DO PROJETO	CÓDIGO
PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL	1.2.06.25/2011

O Programa foi lançado no I Encontro de Servidores do Judiciário Acriano, que ocorreu nos dias 9, 10 e 11 de setembro de 2011.

Esse Programa visa promover o uso racional e sustentável de recursos, fomentando a conscientização e responsabilidade social e ambiental de magistrados e servidores.



Foto 20: Servidores conhecem o Programa de Gestão Ambiental do TJAC



Objetivo

Constituir o Programa de Gestão Ambiental do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, a partir das ações ambientais propostas no Plano Estratégico 2011-2014.

Cronograma de execução

FASE	MARCOS E ENTREGAS	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INICIAÇÃO	Definir os <i>stackholders</i> (envolvidos)						
	Definir a natureza do Programa de Gestão Ambiental do TJAC						

PLANEJAMENTO	Realizar o diagnóstico do problema						
	Validar o plano de ação do Programa de Gestão Ambiental						
	Elaborar o plano do projeto do Programa de Gestão Ambiental						
EXECUÇÃO	Remessa do plano ao gestor do Projeto – Diretor Geral						
	Remessa de cópia à DPO para captar recursos e realizar as parcerias						
	Realizar as ações propostas no Plano de Ação do Projeto						
	Realizar as parcerias com a PMRB e o Projeto CATAR						
	Realizar o planejamento e divulgação das ações e do Programa de Gestão						
MONITORAMENTO	A DG (Ana) irá manter controle das ações pelos gestores executivos						
ENCERRAMENTO	Implantação do Programa de Gestão Ambiental no TJAC						

Tabela 22: Cronograma de execução do Projeto de Gestão Ambiental
Fonte: NEGEST/EPROJ

16.3 Meta 15 - Reduzir o consumo de energia, combustível e telefone

O desafio desta Meta era o de reduzir o consumo anual de energia elétrica, combustível e telefonia fixa.

Resultado:

Meta cumprida



Os resultados apurados revelam ganhos significativos, como a redução de 48% nos valores das contas de energia elétrica conforme tabela abaixo:

Item	Meta	Resultado	% Atingimento
Energia elétrica	4.319.481 kw	3.467.932 kw	100%
Combustível	R\$ 246.000,00	R\$ 239.840,17	100%
Telefonia fixa	R\$ 699.064,75	R\$ 646.789,18	100%

Tabela 23: Resultados apurados dos consumos de energia elétrica, combustível e telefonia
Fonte: DAD

Ações desenvolvidas:

As ações abaixo relacionadas foram planejadas e executadas pela Diretoria Administrativa.

- 1 Realizar revisão de todos os contratos com a Eletroacre
- 2 Elaborar programa de conscientização de consumo de energia
- 3 Instalar placas solares para iluminação noturna
- 4 Lâmpadas econômicas
- 5 Revisar as instalações elétricas e sensores de presença



6 Análise da viabilidade dos pedidos de expansão de pontos elétricos e lógicos

7 Demonstrativo da queda do consumo de energia elétrica na capital

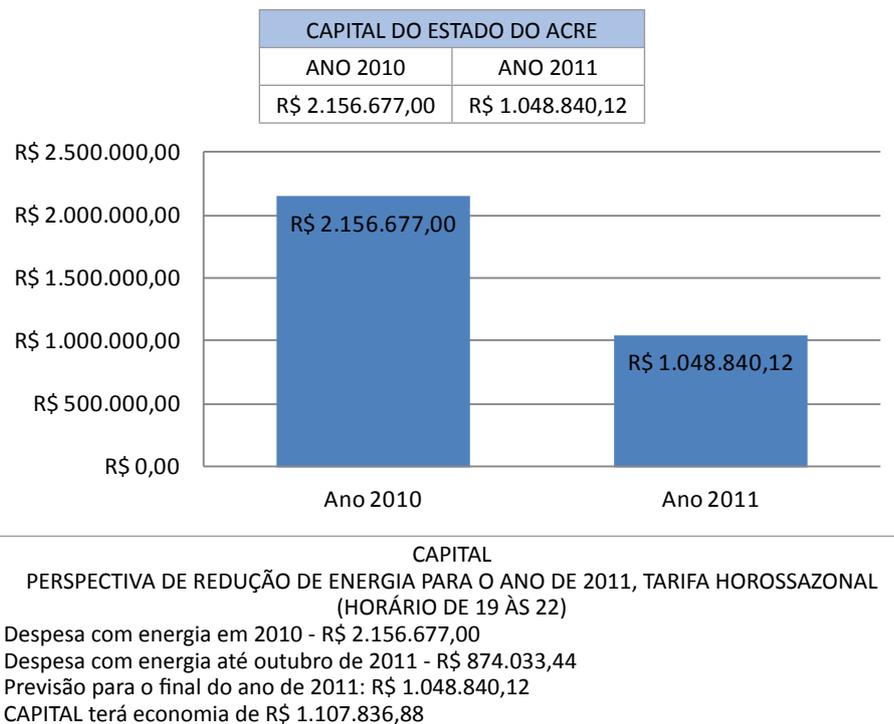


Gráfico 14: Demonstrativo da queda do consumo de energia na capital

Fonte: DAD

Demonstrativo da queda do consumo de energia elétrica nas comarcas do interior.

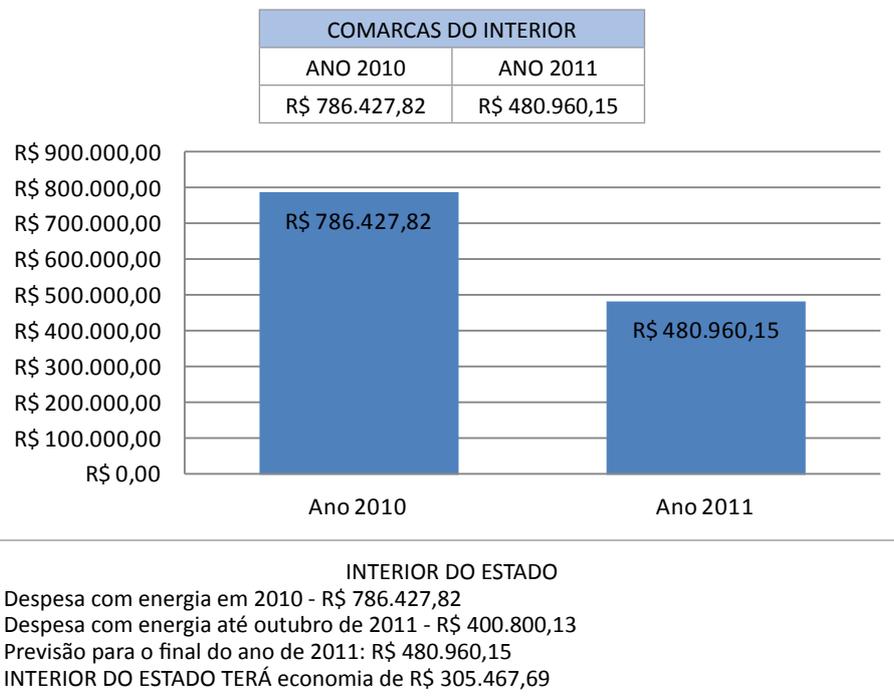


Gráfico 15: Demonstrativo da queda do consumo de energia na capital

Fonte: DAD

9 Portaria instrui magistrados e servidores para evitar o desperdício de energia elétrica

Em portaria publicada, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargador Adair Longuini, determinou uma série de ações para evitar o desperdício de energia elétrica. As instruções a serem seguidas pelos magistrados, diretores, assessores, coordenadores, chefes de seções, chefes de setores e todos os demais servidores, além dos agentes responsáveis pela segurança das unidades judiciárias.

A determinação baseia-se na Meta Prioritária nº 6 do Conselho Nacional de Justiça, bem como na Meta nº 15 do TJAC, que visam à redução de pelo menos 2% do consumo *per capita* com energia elétrica. Também considera o teor do Contrato nº 72/2010, firmado entre o Tribunal e a Eletrobrás, que alterou a estrutura tarifária convencional para a horossazonal, modalidade tarifa verde (ver Quadro 1).

Entre as 19 e as 22 horas, a tarifa de energia elétrica sofre um aumento aproximado de 900%. Este horário, portanto, foi estabelecido como prioritário nas ações de racionalização de energia. Para demonstrar a necessidade dessa medida, a Portaria traz como exemplo a conta de energia elétrica do Fórum Barão do Rio Branco referente ao mês de janeiro. O consumo durante o dia (60.480kW) foi significativamente maior que durante a noite (9.600kW). No entanto, o gasto diurno atingiu um montante de R\$ R\$ 8.057,75, enquanto que o valor cobrado pelo uso de energia após as 19 horas foi de R\$ 12.168,67.

Entre as ações para redução dos gastos com energia, a Portaria estabelece que sejam desligados, pelo último servidor que se ausentar do local de trabalho, todos os equipamentos, aparelhos elétricos e lâmpadas. Os filtros de linha e estabilizadores também devem ser desligados, com exceção daqueles que mantêm as redes e os sistemas de dados ativos. Também devem ser desconectados das tomadas os carregadores de telefones celulares, bem como os aparelhos condicionadores de ar das salas que não estiverem em uso.

Aos agentes responsáveis pela segurança dos prédios ocupados pelo Poder Judiciário fica determinado que, após as 14 horas, percorram as áreas externas, apagando lâmpadas de corredores, banheiros e demais dependências comuns, se desocupadas. Os casos de desobediência a essa norma devem ser reportados por eles ao diretor do respectivo Foro, por meio da Assessoria Militar nos casos da Capital, e diretamente nas demais comarcas.

Os diretores de Foro devem manter assídua fiscalização quanto ao cumprimento dessa Portaria, bem como ao uso indevido de energia elétrica fora do horário de expediente. Eles têm competência para a apuração de responsabilidade caso o servidor, advertido por escrito, persistir na prática vedada.

A Portaria nº 1.061/2011, que dispõe sobre a racionalização do uso de energia elétrica, foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 4.394, fls. 2 e 3, de 17 de março de 2011.

O que é a tarifa horossazonal modalidade verde?

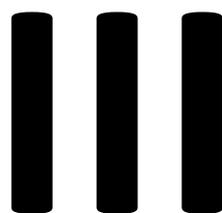
As tarifas horossazonais são caracterizadas pela aplicação de valores diferenciados de consumo de energia elétrica e demanda de potência de acordo com as horas de utilização do dia e dos períodos do ano.

A tarifa verde é composta por quatro valores diferenciados de acordo com o horário do dia (na ponta e fora de ponta) e a época do ano (período seco e período úmido), além de um valor fixo para qualquer nível de demanda de potência contratada.

A faixa de consumo classificada como “ponta” refere-se ao horário compreendido entre as 19 e 22 horas. O valor da tarifa de consumo na ponta é significativamente maior que o fora da ponta.

Quadro 1: Quadro explicativo da tarifa horossazonal verde.

Fonte: http://www.light.com.br/web/tehome_empresas.asp?mid=8687942772287229



Eficiência Operacional

**Resultado do cumprimento desse
tema estratégico: 73,6%**



17. Reestruturar a Instituição, com vistas à otimização de recursos e processos do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 77%

As metas 16 a 22, estabelecidas no Planejamento Estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

17.1. Meta 16 - Reduzir para 55% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento

A Meta apresenta a efetividade da unidade judicial na prestação jurisdicional.

Resultado: **Meta cumprida parcialmente** 

Considerando que as unidades de 1º e 2º graus não cumpriram a respectiva Meta, já os Juizados Especiais e Turmas Recursais cumpriram, considera-se a Meta parcialmente cumprida.

Área	Meta	Resultado
1º Grau	50%	62,35%
2º Grau		68,44%
Juizados Especiais		17,08%
Turmas recursais		28,26%

Ações desenvolvidas:

1 Reunião da equipe do NEGEST nas unidades judiciais

A equipe de estatística do NEGEST reuniu-se com algumas unidades judiciais objetivando esclarecer ao magistrado e servidores quanto à taxa de congestionamento, consumo de papel, água, luz e telefone. As unidades visitadas foram:

- a) 1ª Vara Cível
- b) 3ª Vara Cível
- c) 4ª Vara Cível
- d) 1ª Vara de Família
- e) 2ª Vara de Família
- f) 3ª Vara de Família
- g) Vara de Órfãos e Sucessões
- h) Vara de Violência Doméstica

2 Divulgação do informativo do NEGEST

O informativo do NEGEST, intitulado “Estratégia em Ação”, disseminou os resultados conquistados a partir das reuniões de esclarecimento da taxa de congestionamento.



Informativo 1: Informativo Estratégia em Ação, página 1
Fonte: NEGEST



Informativo 2: Informativo Estratégia em Ação, página 2
Fonte: NEGEST

17.2. Meta 17 - Aumentar em 2% o percentual de processos finalizados em um ano – 1º e 2º graus

Esta Meta tem como objetivo a finalização dos novos processos no mesmo ano de sua entrada.

Resultado: **Meta cumprida parcialmente** ●

A Meta previa um índice de 64% dos processos sendo finalizados em um ano. O resultado apontou para 54% no 1º grau e 68,44% no 2º grau.

Ações desenvolvidas:

1 Projeto de virtualização das unidades judiciais da comarca de Rio Branco, conforme apresentado no item 25.1



Foto 21: Virtualização da 1ª Vara Criminal de Rio Branco

2 Instalação do Centro de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUS

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre instalou o Centro de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Rio Branco.

A nova unidade, localizada no Fórum da Avenida Ceará, tem como principal propósito oferecer meios consensuais para a solução de conflitos, além de disseminar a cultura de pacificação social.

Desse modo, o grande desafio do CEJUS será o de assegurar maior rapidez às pendências judiciais, com a promoção de uma cultura de solução consensual e pacífica dos conflitos, contribuindo para uma maior aproximação entre o Judiciário e o cidadão.

O CEJUS foi concebido (Provimento nº 03/2011) a partir da instituição do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Poder Judiciário do Acre, órgão de apoio vinculado à Presidência do TJAC, voltado à implementação, desenvolvimento e aprimoramento da Política Judiciária Estadual de tratamento dos conflitos de interesses (Provimento nº 01/2011).



Foto 22: Solenidade de instalação do CEJUS em Rio Branco



No Centro serão realizadas sessões de conciliação e de mediação pré-processuais e processuais a cargo de conciliadores e mediadores, bem como o atendimento e a orientação ao cidadão nas mais diversas áreas. Serão atendidas, preferencialmente, as demandas processuais das Varas Cíveis, Fazendária, Previdenciária, de Família e Juizados Especiais Cíveis e Fazendários.

A instalação da unidade atende à determinação contida na Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.

A primeira atividade desenvolvida neste Centro foi o mutirão de conciliação de processos do seguro DPVAT, em que se obteve um índice de 636 audiências designadas, sendo que houve um total de 211 ausências, dessa forma realizando-se 425 audiências, com um resultado de 280 acordos e 145 não acordos.

TOTAL GERAL DE ACORDOS	280	R\$ 2.135.484,39
TOTAL DE NÃO ACORDOS	145	
TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS	425	
TOTAL GERAL DE NÃO COMPARECIMENTOS	211	

Tabela 24: Dados do mutirão de conciliação de processos do seguro DPVAT
Fonte: CEJUS

TOTAL ANUAL GERAL INCLUINDO MUTIRÃO DPVAT			
AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS COM ACORDO	AUDIÊNCIAS REALIZADAS SEM ACORDO	AUSÊNCIA DAS PARTES
747	311	156	249

Tabela 25: Tabela do total anual de audiências realizadas no CEJUS
Fonte: CEJUS

Gráfico do resultados das audiências pré-processuais realizadas no ano de 2011

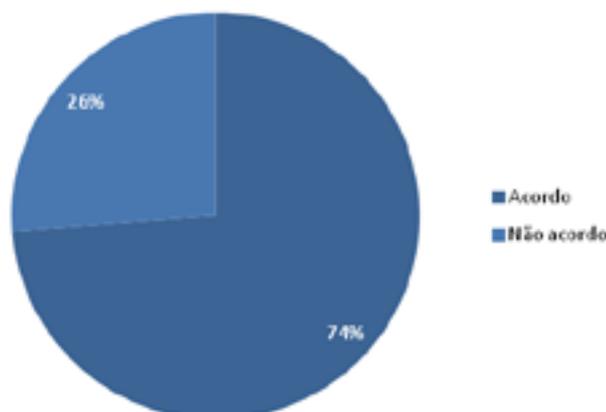


Gráfico 16: Resultado das audiências pré-processuais realizadas no CEJUS
Fonte: CEJUS

Gráfico Anual Geral Mutirão DPVAT + pré-processual + processual

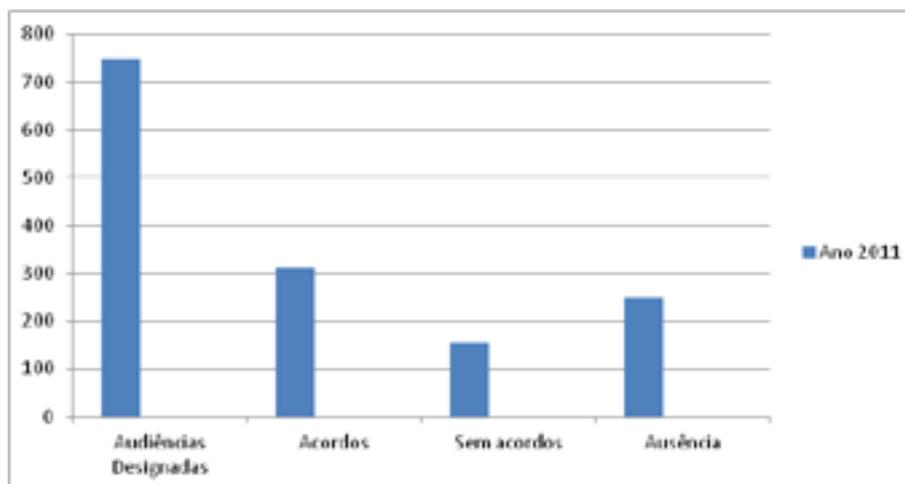


Gráfico 17: Gráfico anual das atividades desenvolvidas no CEJUS
Fonte: CEJUS

Gráfico dos resultados das audiências agendadas no CEJUS em 2011

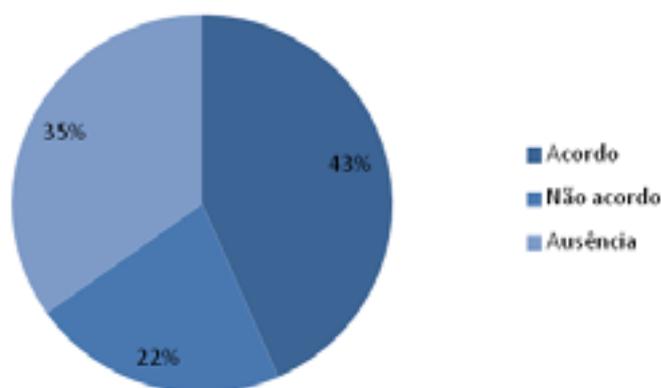


Gráfico 18: Gráfico dos resultados das audiências agendadas no CEJUS
Fonte: CEJUS

3 Participação na 6ª edição da Semana Nacional de Conciliação promovida pelo CNJ

A 6ª edição da Semana Nacional de Conciliação teve início na segunda-feira (28), envolvendo todos os tribunais brasileiros. Realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com todas as esferas e instâncias da Justiça no País, o evento incentiva a promoção da conciliação entre partes litigantes, buscando uma solução mais rápida para processos judiciais.

O intuito é criar uma cultura de resolução pacífica dos conflitos, evitando o congestionamento da Justiça e tornando os trâmites dos processos menos morosos.

Em Rio Branco, o Centro Judiciário de Mediação e Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUS) iniciou a Semana de Conciliação com uma pauta de 18 audiências de conciliação. Instalado em setembro deste ano, o CEJUS é responsável pela realização de sessões de conciliação e de mediação pré-processuais e processuais a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão.



Figura 1: Cartaz da campanha de divulgação da Semana Nacional da Conciliação 2011



Foto 23: Reunião para discussão das estratégias de trabalho da Semana Nacional da Conciliação

4 Recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça para que os juízes nomeassem Defensores Dativos

Para evitar que a população sofra com a deficiência da Defensoria Pública do Estado, a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Acre está recomendando aos juízes a nomeação de advogados dativos.

O Corregedor-Geral do TJAC, Desembargador Arquilau Melo, justificou a decisão. “É fundamental respeitar o cidadão, que muitas vezes percorre longas distâncias até o fórum para comparecer a uma audiência e tem o direito de ser atendido. O Estado precisa garantir essa prestação de serviços”, afirmou.

O Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça Acriano já havia julgado em maio deste ano o Processo nº 2011.000021-7, sobre a nomeação de defensores dativos.

Conforme essa decisão, os magistrados devem proceder com “a nomeação de advogado, quando houver necessidade ante a ausência de defensor público, fixando-lhe os honorários advocatícios”.

O defensor dativo é aquele nomeado por um juiz para representar o réu que não tenha condições financeiras de contratar um advogado.

Nesse caso, a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária gratuita com a simples afirmação, na petição inicial, de que não tem condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado.

No entanto, os advogados aptos à nomeação como defensor dativo precisam estar inscritos re-

gularmente no quadro de advogados da OAB/AC; estar em dia com a tesouraria e não ter sido punido disciplinarmente no exercício da profissão pela Ordem.

Com a medida, o TJAC visa garantir aos cidadãos acrianos uma prestação jurisdicional mais rápida e eficiente; algo que está previsto no artigo 5º, inciso 78, da Carta Constitucional: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

17.3. Meta 18 - Baixar para 40% o índice de processos antigos

Esta Meta avalia se os processos estão sendo finalizados dentro do prazo razoável (dois anos).

Resultado:

**Meta cumprida
parcialmente**



Previa-se que 40% dos processos fossem finalizados nesse prazo, no entanto o resultado apontou para 47,34%.

Ações desenvolvidas:

1 Convocação de juízes leigos e conciliadores para todo o Estado

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre publicou convocação dos aprovados no Processo Seletivo para Contratação de Juízes Leigos.

Eles foram convocados em virtude da demanda crescente a ser atendida nas unidades judiciárias.

O Processo Seletivo Simplificado para a Contratação de Juízes Leigos ofereceu 16 vagas, mas houve a aprovação de 30 candidatos. Por necessidade, o TJAC convoca até os candidatos remanescentes.

Comarcas atendidas: Bujari, Plácido de Castro e Rio Branco, Comarca de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Feijó e Epitaciolândia, Manoel Urbano, entre outras.

2 Convocação de estagiários

O Tribunal de Justiça do Acre, por meio do seu Centro de Capacitação de Servidores (CECAP), promoveu em novembro de 2011 a capacitação de 46 novos estagiários, aprovados em processo seletivo e convocados para atuar na Comarca de Rio Branco (Edital de Convocação nº 07/2011 e Edital nº 06/2011).

As atividades de capacitação foram realizadas durante os dias 28 e 29 de novembro, no próprio CECAP, envolvendo palestras sobre temas diversos. O primeiro facilitador foi o coordenador da Ouvidoria, servidor Marcos Vitorino, que trabalhou tópicos ligados à Resolução nº 24/2011, que instituiu a Ouvidoria do TJAC, e a Resolução nº 103/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que orienta a criação de ouvidorias nos tribunais em todo o País.

Os estagiários conheceram os objetivos e o funcionamento do órgão, assim como discutiram a importância da Ouvidoria para a melhoria das relações entre o Poder Judiciário e seus públicos interno e externo, além do aprimoramento dos serviços jurisdicionais.

Logo em seguida, o assessor jurídico do TJAC, Alexandre Bomfim, abordou o tema “Conhecendo o



Poder Judiciário: aspectos teóricos e práticos”. A facilitadora Gardene Araújo, bacharel em línguas e servidora do Tribunal, ministrou a oficina “Português e redação oficial”.

Ainda no primeiro dia de capacitação, a coordenadora da Seção de Estágio Probatório do TJAC, Goreth Amorim, ministrou palestra sobre “A importância da ética profissional nas relações humanas”.

Já no segundo dia, os estagiários conheceram o Sistema de Automação da Justiça (SAJ), tendo como facilitadores o chefe do Setor de Automação Judiciário, Alexandre Prado, o analista de sistemas, Vinícius Paiva, e o auxiliar judiciário, Alessandro Mendonça, todos do quadro técnico da Diretoria de Tecnologia da Informação.

Concluída a agenda de capacitação, o CECAP encaminhou a distribuição dos novos estagiários, que já estão colaborando em diversas unidades administrativas e jurisdicionais do Poder Judiciário na Comarca de Rio Branco.



Foto 24: Capacitação de estagiários em novembro de 2011

3 Convocação de novos servidores

Para atender às necessidades das unidades judiciais e administrativas o TJAC convocou 243 novos servidores aprovados no último concurso, nomeando-os em cargos de auxiliar judiciário, assistente jurídico, contador, economista, motorista, oficial de justiça, técnico judiciário, entre outros.

4 Projeto de virtualização das unidades judiciais da comarca de Rio Branco, conforme apresentado no item 25.1.



Foto 25: Virtualização do 3º Juizado Especial Cível de Rio Branco

17.4. Meta 19 - Obter um índice de 70% dos processos de compra dentro do prazo

Esta Meta visa melhorar o tempo de duração dos processos de compra (bens e serviços) de acordo com os prazos fixados na Lei nº 8.666. Em 2010, apenas 40,24% dos processos finalizavam nos prazos.

Resultado:

Meta não
cumprida



Em 2011 houve uma melhora sensível nesse indicador, apontando para um resultado de 51,41%.

Ações desenvolvidas:

1 Projeto de Reestruturação e Modernização Institucional do Poder Judiciário

Desde agosto de 2011 a Fundação Getúlio Vargas vem desenvolvendo um projeto de consultoria para implantação de nova estrutura organizacional e administrativa do Judiciário Acriano.

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre deu início no dia 04/08/2011 àquele que deverá ser o maior projeto de modernização de sua história.

Pelo menos 150 pessoas, entre magistrados e servidores, prestigiaram o lançamento do plano de nova estrutura organizacional e administrativa, a ser conduzido pela FGV.



Foto 26: Abertura dos trabalhos do Projeto de Reestruturação e Modernização

O Presidente Adair Longuini conclamou os magistrados e servidores a integrar essa etapa de mudança na Justiça Acriana: “Que todos participem e colaborem, para que tenhamos pleno sucesso neste processo de reestruturação e modernização administrativa, que o Tribunal atravessará durante os próximos nove meses”.

O professor Armando Cunha conduziu a apresentação do projeto, assinalando o significado desse novo momento na história do Judiciário do Estado. “É com muita honra que a FGV se junta ao Tribunal na missão de buscar uma gestão de excelência na Justiça. Temos a convicção de que a segurança jurídica decorre deste processo de transformação institucional, administrativa e gerencial. O projeto que iniciamos hoje, fruto do compromisso social e coragem institucional do Tribunal Acriano, pode ser expresso em uma única palavra – inovação”, afirmou.

Desburocratizar processos administrativos, padronizar rotinas, otimizar a aplicação de recursos financeiros de pessoal, ampliar a obtenção de produtos e resultados, são alguns dos objetivos a serem perseguidos.



Dessa maneira, os técnicos da Fundação Getúlio Vargas irão ajudar a implantar uma nova estrutura organizacional e administrativa no Tribunal de Justiça Acriano. A ideia é tornar o Tribunal mais gerencial, de modo a atender à demanda por um serviço público de qualidade, a um custo adequado e justo para o orçamento atual da Justiça Acriana.

Para tanto, os consultores da Fundação irão ouvir cada área do TJAC e identificar os problemas de cada setor, tanto do ponto de vista estrutural como de pessoal. Após esse levantamento situacional, a FGV irá apresentar uma proposta de estrutura organizacional e administrativa baseada na redução dos níveis hierárquicos e facilitação do fluxo de informações necessárias à tomada de decisão. Com isso, espera-se alcançar mais qualidade e produtividade dos serviços públicos prestados à sociedade.

2 Elaborar termo de referência e projeto básico padrão da Instituição

Foi elaborado o modelo do termo de referência e do projeto básico padrão da instituição pela equipe do NEGEST em conjunto com as unidades administrativas, objetivando minimizar as falhas nos processos de compra.

3 Alinhamento entre as diretorias e acessórias para maior celeridade dos trâmites dos processos administrativos

Reuniões ocorridas para discussão dos casos emblemáticos, vazão dos pareceres, evitando exigências incompatíveis com a realidade local.

4 Melhorar o processo de cotação de compra

Foi repassado a FGV os fluxos dos processos com estrangulamento para implementação de melhorias.

17.5. Meta 20 - Diminuir para R\$ 1.300 o valor da despesa por processo até 2014

A Meta tem como objetivo manter o custo do processo judicial em valores a baixo de R\$ 1.300,00.

Resultado:

Meta cumprida



Comparativamente ao resultado do ano de 2010 (R\$ 1.144,00), o resultado em 2011 foi de R\$ 1.253,63, indicando um pequeno aumento na relação despesa total da justiça com o número de processos baixados.

Ações desenvolvidas:

1 TJAC regulamenta o controle interno das atividades administrativas do Poder Judiciário do Acre

Criada pela Lei Complementar nº 181/2008, e com importância ressaltada pela Meta nº 9 do Conselho Nacional de Justiça, a Auditoria de Controle Interno (ACI) do Poder Judiciário do Acre e suas funções foram recentemente regulamentadas.

Em sessão realizada no mês de agosto, o Tribunal Pleno Administrativo editou a Resolução nº 159/2011 (Diário da Justiça Eletrônico nº 4.494, de 10/08/2011, fls. 1 a 3), considerando que as ações do administrador devem ser pautadas pela estrita legalidade e, portanto, controladas de forma preventiva e corretiva para o fiel atendimento das normas legais e tendo por finalidade precípua o interesse público.

A medida também considerou a necessidade de assegurar a correta gestão administrativa, sobretudo, de recursos financeiros, por meio de um controle interno sistematizado, de forma centralizada em uma estrutura organizacional dotada de autonomia.

Nessa perspectiva, a Resolução define que a Auditoria de Controle Interno do Poder Judiciário irá assessorar a Presidência do TJAC nos assuntos de fiscalização, orientação e auditoria das ações administrativas do Poder Judiciário. As atividades jurisdicionais, por sua vez, permanecem sujeitas a órgãos de controle específicos.

O trabalho desenvolvido pela ACI tem por finalidade assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, publicidade e transparência da gestão administrativa. No entanto, a atuação da Auditoria não exime os titulares dos comandos hierarquizados do Judiciário da responsabilidade individual de controle no exercício de suas funções, conforme estabelece a Lei Complementar nº 101/2000.

2 Controle Interno realiza gestão da folha de pagamento do Poder Judiciário

Regulamentada no mês de maio do ano de 2011, a Auditoria de Controle Interno (ACI) tem desenvolvido diversas atividades com vistas a contribuir para uma melhor administração do Poder Judiciário do Acre.

Entre o mês de novembro de 2011 e fevereiro de 2012, por exemplo, o órgão realizou a primeira auditoria de folha de pagamento de magistrados e servidores. Para executar a tarefa, a equipe do Controle Interno participou em outubro de um curso promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O setor também acompanha os contratos administrativos firmados pelo TJAC, com intervenção naqueles em que são detectadas possíveis divergências. Além disso, o Controle Interno atua na Comissão de Levantamento Patrimonial da Instituição, com o objetivo de implantar das novas regras contábeis.



Foto 27: Equipe da Auditoria de Controle Interno do TJAC

O trabalho desenvolvido pela ACI tem como intuito assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, publicidade e transparência da gestão administrativa.



Com a regulamentação desse órgão, a Direção do Tribunal de Justiça Acriano visa assegurar a correta gestão administrativa, principalmente de recursos financeiros, por meio de um controle interno sistematizado, de forma centralizada em uma estrutura organizacional dotada de autonomia.

3 Outras ações do controle interno

Elaboração do Plano Anual de Auditoria – PAA, para o exercício 2012, em consonância com a legislação vigente, bem como as normas internas de procedimentos e diretrizes adotadas pela administração do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

A planificação dos trabalhos de auditoria pautou-se ainda nos seguintes fatores:

- Efetivo de servidores atuais na auditoria;
- Necessidades do Tribunal de Justiça;
- Atendimento às demandas internas;
- Materialidade;
- Observações que foram efetuadas no decorrer do exercício; e
- Possíveis fragilidades nos controles dos setores.

Com base no apresentado e, considerando a importância dos riscos de cada setor, foram selecionadas as seguintes áreas para serem objeto de auditoria no exercício de 2012: finanças, materiais, recursos humanos, patrimônio, operacionais, compras, etc.

4 Ações realizadas pela Coordenadoria de Logística para otimização dos recursos

O desenvolvimento das atividades deu-se em consonância com as prerrogativas traçadas pela Administração, ou seja, otimizando ao máximo os recursos sem que para isso fosse comprometida a qualidade e/ou disponibilidade dos serviços ofertados.

Para tanto, foi necessário um controle mais rigoroso na gestão dos contratos e contratação de novos fornecedores/prestadores de serviços, o que gerou uma grande economia para o Tribunal no decorrer do ano de 2011.

No que diz respeito à utilização do sistema de transporte – veículos – houve avanços no que diz respeito ao controle de chamadas e deslocamentos, gerando uma economia anual de 9,59% no consumo de combustível, no contrato da capital, e 19,58% nos contratos do interior.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado também foram intensificados, com o acompanhamento rigoroso de todos os chamados abertos e os consequentes reparos realizados, diminuindo consideravelmente o tempo de espera. Ainda, importante mencionar, que foram iniciados no mês de outubro/2011 manutenções preventivas em todos os condicionadores de ar utilizados na capital e interior, serviço este que deve ser concluído ainda no primeiro trimestre de 2012, motivo pelo qual se obteve um aumento de 6,57% no ano.

Ainda, por meio da centralização das requisições/solicitações de água na Coordenadoria de Logística, obteve-se redução de 25,69% no contrato de fornecimento de água mineral da Capital.

Com a inauguração da nova sede do Tribunal de Justiça, abrigaram-se os Setores de Arquivo em local mais amplo e com maior capacidade de arquivamento.

Relatório de Custos Contratuais da Coordenadoria de Logística - Exercício 2011

		Jan a Dez /2011	
1	CUSTO	MARMITEX CAPITAL	Valor Total R\$ 108.510,78
2	CUSTO	MARMITEX INTERIOR	Valor Total R\$ 39.295,90
3	CUSTO	DESPESAS: KIT LANCHE, COFFEE BREAK, MATUTINO, VESPERTINO - CAPITAL	Valor Total R\$ 147.914,20
4	CUSTO	POLPA DE FRUTAS - CAPITAL	Valor Total R\$ 9.593,40
5	CUSTO	ÁGUA MINERAL 20 LTS - CAPITAL	Valor Total R\$ 26.547,00
6	CUSTO	ÁGUA MINERAL 20 LTS - INTERIOR	Valor Total R\$ 6.248,29
7	CUSTO	ÁGUA POTÁVEL - CAPITAL	Valor Total R\$ 4.058,50
8	CUSTO	CARGA DE GÁS GLP	Valor Total R\$ 6.552,00
9	CUSTO	IMPRESSORA E XÉROX - CAPITAL E INTERIOR	Valor Total R\$ 36.914,00
10	CUSTO	CARIMBOS E CHAVES - CAPITAL	Valor Total R\$ 11.399,28
11	CUSTO	CÓPIAS E DOCUMENTOS - CAPITAL E INTERIOR	Valor Total R\$ 32.776,35
12	CUSTO	DEDETIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO - CAPITAL E INTERIOR	Valor Total R\$ 33.382,32
13	CUSTO	AR CONDICIONADO - CAPITAL E INTERIOR	Valor Total R\$ 166.804,17
14	CUSTO	COMBUSTÍVEL - CAPITAL	Valor Total 220.118,39
15	CUSTO	COMBUSTÍVEL - INTERIOR	Valor Total 109.323,10
16	CUSTO	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS C/ PEÇAS	Valor Total 73.155,18
17	CUSTO	TROCA DE ÓLEO - ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO	Valor Total 8.979,25
18	CUSTO	LAVAGEM - ENCERRAMENTO E POLIMENTO - CAPITAL E INTERIOR	Valor Total 22.351,00
19	CUSTO	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS EM GARANTIAS	Valor Total 66.664,34
20	CUSTO	TELEFONIA	Valor Total 5.573,61
21	CUSTO	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - CAPITAL	
22	CUSTO	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - INTERIOR	Valor Total 579.006,45
		CUSTO TOTAL	Valor Geral 3.226.792,01

Tabela 26: Custos contratuais coordenados pela CLOG

Fonte: CLOG

17.6. Meta 21- Aumentar em 10% a produtividade do magistrado na fase de conhecimento

A Meta tem como objetivo fomentar o aumento da produtividade do magistrado.

Resultado: **Meta cumprida** 

Com exceção do 2º grau, que teve prejudicada a aferição dos dados, segue abaixo o resultado da Meta em 2011.

Área	Meta	Resultado
1º grau	906	988
2º grau	nd	nd
Juizados	599	641

Ações desenvolvidas:

1 Juízes de todo o Estado participam da I Jornada de Estudos da ESMAC

Dando início às atividades presenciais do exercício 2011, a Escola Superior da Magistratura do Acre promoveu, entre os dias 27 e 30 de abril, a I Jornada de Estudos, destinada à capacitação de juízes de todas as comarcas do Estado. No evento, os magistrados puderam debater e compartilhar suas experiências nas diversas áreas em que atuam.



Foto 28: I Jornada de Estudos da ESMAC, realizada entre os dias 27 e 30 de abril de 2011

A personalidade do magistrado foi um dos temas propostos para reflexão, pelo advogado Antoin Abou Khalil, provocando-os a pensarem sobre a influência das características individuais no exercício de suas atividades. Segundo o ministrante, as formas como os juízes veem o mundo, como eles tendem a se comportar, pensar e decidir são fatores humanos que interferem na sua atuação.

O tema foi objeto de pesquisa de Abou Khalil como dissertação do Curso de Mestrado em Filosofia do Direito, realizado na Universidade de São Paulo (USP). O resultado da investigação foi publicado em livro, “A Personalidade do Juiz e a Condução do Processo”, lançado pelo autor durante a programação da Jornada, em Rio Branco.

No curso “A influência da personalidade do magistrado no exercício profissional”, o ministrante trouxe aos juízes a teoria dos tipos psicológicos, de Carl Gustav Jung, em que baseou seu trabalho

de pesquisa. A intenção, como afirmou Abou Khalil, foi fazer com que os juízes se autoavaliem e, assim, abrir para eles uma porta para que busquem desenvolver aquilo que eles percebem ter menos desenvolvido.

Diversos outros temas foram debatidos pelos magistrados no curso da Jornada de Estudos. A aula inaugural, sobre o Plano Nacional de Capacitação, foi ministrada pelo Desembargador Antônio Rulli Júnior, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e Presidente do Colégio Permanente de Diretores das Escolas de Magistratura (COPEDEM).

Na sequência, o tema “Filosofia do Direito e Magistratura” foi abordado pela Juíza de Direito Regina Célia Ferrari Longuini. Também foram realizadas mesas redondas sobre algumas das questões mais recorrentes na Justiça, como contratos bancários, seguro DPVAT e violência doméstica.

Os magistrados participaram ainda de um debate sobre a Teoria da Asserção, tendo como facilitador o Juiz de Direito Giordane de Souza Dourado. A Jornada foi coordenada pela Juíza de Direito Maria Penha Sousa Nascimento.

Como parte da programação cultural da atividade, no último dia, o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Arquilau Melo, apresentou aos participantes o filme documentário “Borracha para a vitória”. A obra reconstrói a história do Segundo Ciclo da Borracha na Amazônia para abordar a saga dos chamados “soldados da borracha”. Na década de 1940, mais de 50 mil trabalhadores foram alistados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SENTA), criado pelo Estado Novo, e transferidos para a região. A partir de um acordo firmado entre os governos brasileiro e americano, esses trabalhadores dedicaram-se no Acre à extração de látex para viabilizar a produção de borracha e armamentos durante a Segunda Guerra Mundial.

2 II Jornada de Estudos da ESMAC: Magistrados participam de atividades de capacitação e aperfeiçoamento

O destaque da programação, executada entre os dias 16 e 18 de junho de 2011, é o curso “O Juiz e a Ética”, credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

“A ESMAC pretende se tornar um centro de acolhida dos magistrados, onde possamos intensificar o debate acerca dos temas propostos. Estamos trazendo desta vez, como diferencial, boas práticas, como mesas-redondas, painéis e atividades de multiplicação, nas quais o próprio juiz discute temas recorrentes e atuais. A nossa proposta é a capacitação e o contínuo aperfeiçoamento dos magistrados.” As palavras são da Desembargadora Eva Evangelista, Diretora da Escola, que promoveu a sua II Jornada de Estudos – edição comemorativa aos 24 anos do Órgão de Ensino.



Foto 29: II Jornada de Estudos da ESMAC



A atividade científica também tem o propósito de fomentar o melhor desempenho na prestação jurisdicional, vez que possibilita uma ampla oportunidade para o intercâmbio de ideias, experiências e conhecimento.

O curso “O Juiz e a Ética”, credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), foi ministrado pelo Dr. José Ricardo Cunha, professor adjunto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O professor assinalou que é preciso debater a produtividade dos juízes pelo viés da ética. “A Jornada de Estudos é importante, primeiro porque atende à demanda do Conselho Nacional de Justiça, que tornou obrigatória a necessidade de o juiz se aperfeiçoar permanentemente. Mas, principalmente, porque serve para que se rediscuta o Direito, para que se faça uma readequação para cada caso. É preciso levar em consideração os contextos, muitos dos quais delicados ou polêmicos”, disse Ricardo Cunha.

Segundo ele, durante algum tempo, o tema da ética foi uma questão menor, vista apenas como um padrão de conduta que o juiz via como sendo necessário para lidar com as suas atividades jurisdicionais. “Hoje a ética é muito mais que uma deontologia profissional. Na verdade ela diz respeito a nossa capacidade de lidar com o outro, reconhecendo a sua singularidade, a sua diferença e, sobretudo, a consideração que ele merece. É importante que o magistrado julgue seus processos e cumpra suas metas, sim. Mas não é suficiente. A ética diz que é importante que a quantidade seja atendida, desde que seja mantida a qualidade, em função do outro, que é o jurisdicionado, a sociedade, e merece a consideração,” explicou o professor.

O primeiro momento da programação foi a “Atividade de Multiplicação – Administração Financeira e Orçamentária” (promovida pela ENFAM), compartilhada no Acre pela Juíza Mirla Cutrim. Em seguida, houve a “Atividade de Multiplicação - XXIX Fórum Nacional dos Juizados Especiais” (promovido pelo Fonaje), tendo como colaborador o Juiz Edinaldo Muniz.

Mesa-redonda “Aspectos Polêmicos da Lei nº 12.403/11”, com a participação dos Juízes Cloves Ferreira, Hugo Torquato e Erik Farhat, e coordenação da Juíza Maha Manasfi. No período da tarde, o Juiz Laudivon Nogueira coordenou o *workshop* “Virtualização de Unidade Jurisdicional – Processo Eletrônico – Capacitação”. Ao final do dia, o Corregedor-Geral da Justiça Acriana, Desembargador Arquilau Melo, reuniu-se com os magistrados para discutir a utilização de ferramentas estatísticas no cálculo da produtividade dos magistrados.

3 III Jornada de Estudos tem a participação de 40 magistrados de diversas comarcas do Estado

Pelo menos 40 magistrados de diversas comarcas do Estado reuniram-se no período de 13 a 16 de setembro de 2011 para participar da III Jornada de Estudos da ESMAC.

A programação contou com uma palestra do professor Paulo Roberto Motta, da Fundação Getúlio Vargas, intitulada “Inovação Organizacional no Setor Público”, posteriormente complementada com uma reunião de trabalho entre os consultores da FGV e os magistrados.

Cursos, *workshops* e mesas-redondas também fizeram parte da programação. A Desembargadora Eva Evangelista, Diretora da ESMAC, coordenou o evento e, em caráter especial, a Atividade de Multiplicação – II Encontro de Diretores e Coordenadores Pedagógicos das Escolas da Magistratura, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e XXV Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais (COPEDEM).



Foto 30: III Jornada de Estudos da ESMAC em 2011

Jornadas de Estudos

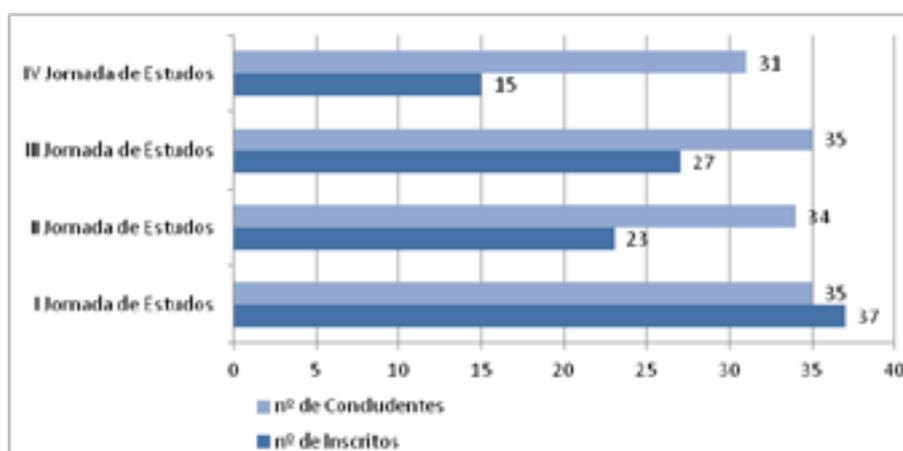


Gráfico 19: Gráfico demonstrativo das participações nas Jornadas de Estudos da ESMAC
Fonte: ESMAC

4 Juizados Especiais do Acre elaboram seu Planejamento Estratégico

Um conjunto de metas, objetivos e indicadores do documento buscam realizar uma Justiça com qualidade, simplicidade e rapidez.

“Realizar justiça com qualidade, simplicidade e rapidez”, essa é a Missão dos Juizados Especiais do Judiciário Acriano, definida oficialmente durante a III Jornada de Estudos da Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC), que aconteceu na semana passada.

Durante o evento, que contou com a presença de todos os magistrados da Justiça Estadual, foi apresentada a Visão dos órgãos julgadores, qual seja: “ser reconhecido pela eficiência na solução dos conflitos e pacificação social”.

A Missão e Visão fazem parte do Planejamento Estratégico do Sistema Estadual de Juizados Especiais, construído a partir de um estudo realizado com a participação de todos os magistrados do Acre.



Foto 31: Elaboração do Planejamento Estratégico do Sistema Estadual de Juizados Especiais

A equipe do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NEGEST) também integrou a elaboração do documento, que foi oficialmente apresentado e discutido na Jornada de Estudos, por meio de uma oficina específica sobre o tema.

Os trabalhos foram conduzidos pelos servidores do NEGEST, Hélio de Carvalho e Sílvia Pereira. Na ocasião, foram explicitadas a Missão, a Visão e os Valores do Sistema Estadual de Juizados Especiais. Além disso, foi delineada a estratégia, composta por objetivos, metas e indicadores, que deverão ser observados anualmente.

O Planejamento dos Juizados Especiais está alinhado ao Planejamento Estratégico do TJAC e perseguirá, em sua execução, os seguintes objetivos principais:

- Promover capacitação continuada para servidores, juízes leigos e conciliadores (atendimento, direito, ética, imparcialidade e postura);
- Efetuar mapeamento, simplificação e padronização de procedimentos;
- Aperfeiçoar os processos de seleção para juízes leigos e conciliadores, de modo a identificar perfis adequados;
- Aprofundar as discussões acerca da possibilidade (ou não) de servidores efetivos ou cargos comissionados atuarem como juízes leigos e conciliadores;
- Melhorar o atendimento e qualidade dos serviços;
- Aumentar as conciliações, estimulando a convivência pacífica;
- Atuar junto à Defensoria Pública, para ampliar a quantidade de defensores públicos;
- Atuar junto às Prefeituras, para que seja realizada a atualização dos endereços urbanos (numeração e nomes de ruas) e rurais.

5 ESMAC desenvolve projeto de Grupo de Estudos Voluntário em Filosofia Política e do Direito

Objetivo é aprofundar os conhecimentos na área da teoria filosófica e contribuir na análise dos casos concretos trazidos para apreciação do Poder Judiciário.

Possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos na área da teoria filosófica, em seu eixo político e jurídico, como forma de subsidiar a análise dos casos concretos trazidos para apreciação do Poder Judiciário do Acre. É com esse objetivo que a Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC) irá desenvolver o Projeto de Grupo de Estudos Voluntário em Filosofia Política e do Direito.

Destinado aos magistrados, o Projeto será dirigido pela Desembargadora Eva Evangelista, Diretora da ESMAC, auxiliada por três coordenadores: os Juízes Regina Longuini, Anastácio Menezes e Giordane Dourado.

Com uma carga horária de 48 horas-aula, o escopo da iniciativa é fomentar o estudo e a pesquisa sobre a evolução do pensamento filosófico, político e jurídico, desde os primeiros pensadores gregos até a pós-modernidade, visando à convergência do debate dialético com a resolução de casos concretos vivenciados no cotidiano da magistratura.

O Projeto ocorrerá sempre na sede da Escola, sem ônus de diárias e passagens aéreas para os eventuais magistrados interessados, já que o programa de estudo desenvolver-se-á na modalidade de trabalho e frequência voluntários, não havendo qualquer obrigatoriedade de participação.

Os principais objetivos do Projeto são:

- Possibilitar o intercâmbio de experiências e do saber jurídico-político entre os aplicadores do Direito.
- Desenvolver ambiente acadêmico de atividades no sentido de compreender a teoria e a prática, a partir da integração de todos os atores do Direito.
- Fomentar e divulgar a produção intelectual dos integrantes do grupo.

Gráfico demonstrativo do nº de participantes no grupo de estudo voluntário.

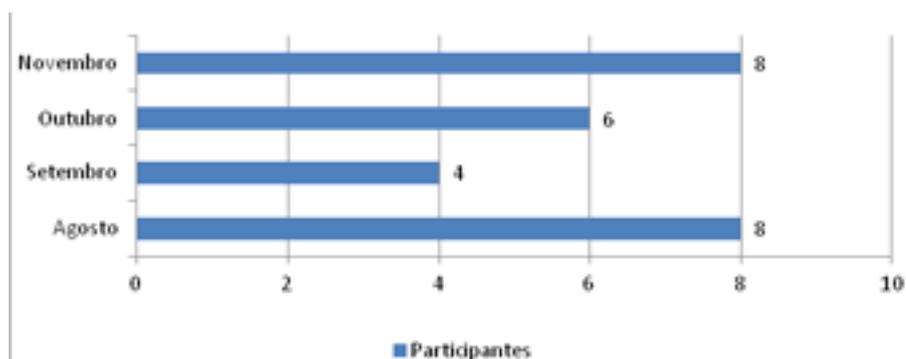


Gráfico 20: Gráfico do número de participantes no grupo de estudo voluntário
Fonte: ESMAC

17.7. Meta 22 - Publicar 100% dos acórdãos dentro do prazo padrão

O CNJ estabeleceu em seu planejamento nacional que os acórdãos dos Tribunais deverão ser publicados no prazo máximo de 10 dias.

Resultado:

Meta cumprida



Meta alcançada. 100% dos acórdãos foram publicados dentro do prazo de 10 dias.

17.8. Outras ações que corroboraram com o objetivo estratégico

- 1 Atividades desenvolvidas pela Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos



Processos movimentados pela Comissão:

0002081-35.2011.8.01.0000	Implantação do pagamento de Auxílio-Alimentação para os Magistrados de 1º e 2º Graus.	Julgado em 5/12/2011	Encaminhado à Presidência para, se for o caso, apresentar proposta de normatização da matéria.
0002216-47.2011	Proposta de Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre a criação de Cargos e Função de Confiança no Quadro de pessoal do Poder Judiciário.	Julgado em 5/12/2011	Anteprojeto de Lei aprovado no Pleno Administrativo em 7/12/2011.
0001263-59.2006	Proposta de Resolução para criação do Estatuto do Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário.	Sobrestado	Aguardando a reformulação da atual estrutura do Poder Judiciário.
0500401-89.2010	PCCR.	Sobrestado	
0004536-41.2009	Regulamentação do pagamento de Gratificação Prêmio de Produtividade dos Oficiais de Justiça.	Encaminhado à Presidência, conforme solicitação feita pelo OF. GAPRE nº 823, em 5/10/2011	
0000707-81.2011.8.01.0000	Compensação ou Renumeração dos Magistrados pelos dias trabalhados no Plantão Judiciário.	Julgado em 5.10.2011	Arquivado.
0000703-15.2009	Projeto de Revisão do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.	Concluso ao Relator	
0000643-71.2011.8.01.0000	Proposta de realização de leilão público de bens inservíveis.	Concluso à Relatora	

Tabela 27: Processos movimentados pela Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos que contribuíram com o objetivo estratégico do item 17

Fonte: Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos

18. Garantir o alinhamento das ações entre as áreas meio e fim do Poder Judiciário do Estado do Acre

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 66%

As metas 23, 24 e 25, estabelecidas no Planejamento Estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

18.1. Meta 23 - Realizar 100% dos eventos de gestão programados

A Meta tem como objetivo avaliar se a programação da gestão estratégica está sendo posta em prática.

Resultado:

Meta cumprida parcialmente 

A Meta previa a realização de três eventos de gestão participativa, porém foram realizados dois eventos.

Ações desenvolvidas:

1 1ª Reunião de Análise Estratégica

Apresentação dos resultados do Planejamento Estratégico de 2010 e definição pela Presidência das metas prioritárias para 2011.

Com o propósito de delinear as ações e projetos estratégicos que serão desenvolvidos nos próximos meses, a Direção do Tribunal de Justiça do Acre promoveu no final do mês de julho a 1ª Reunião de Alinhamento Estratégico.

O encontro foi conduzido pelo Desembargador-Presidente Adair Longuini, pelo Juiz Auxiliar da Presidência, Laudivon Nogueira, e pela equipe do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NEGEST). Pelo menos 40 servidores do TJAC, entre diretores, assessores e coordenadores, participaram do evento.

“É preciso ressaltar a importância do Planejamento Estratégico aprovado pelo Tribunal Pleno Administrativo no final de 2009. Por meio dele, podemos programar as nossas estratégias e as metas a serem cumpridas, mantendo o foco na excelência da prestação de serviços à sociedade. Por isso, cada setor aqui representando precisa estar em sintonia, a fim de que possamos, conjuntamente, encontrar o caminho que nos permita implementar nossas ações e projetos, seja na área administrativa ou judicial”, destacou Adair Longuini na abertura da reunião.



Foto 32: 1ª Reunião de Análise Estratégica do TJAC em 2011

Inicialmente, foram discutidos os três projetos prioritários da atual gestão do Tribunal de Justiça Acriano:

- Virtualização de todas as unidades judiciárias da capital até o final do ano de 2011, bem como das Comarcas do interior do Estado até 2012;
- Consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para reestruturação administrativa do Tribunal de Justiça;
- Construção da Cidade da Justiça.

O Juiz Auxiliar Laudivon Nogueira assinalou a necessidade de profissionalizar a gestão do Tribunal. “Se a nossa visão é ser reconhecido, até 2015, pelo jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, precisamos ser mais gerenciais, mais profissionais e agirmos baseados em informações técnicas e precisas. Para tanto, é fundamental a padronização de nossos processos de trabalho, com métodos, fluxos e organização”, disse.



2 2ª Reunião de Análise Estratégica

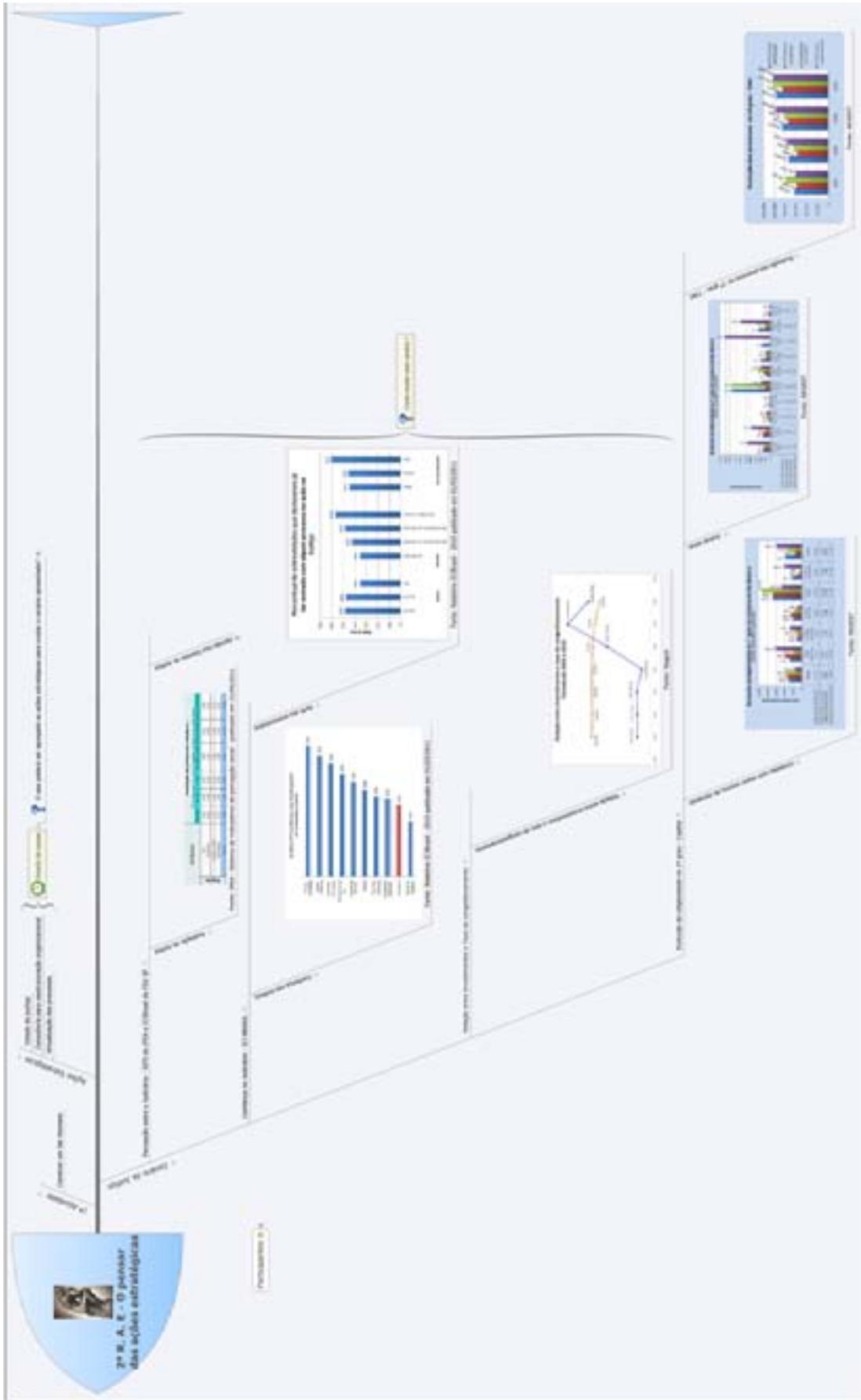
Teve como objetivo apresentar o cenário do Poder Judiciário no tocante à percepção, à confiança da sociedade, à relação de investimentos X taxa de congestionamento e à evolução da litigiosidade no 1º grau.



Foto 33: 2ª Reunião de Análise Estratégica do TJAC em 2011

Num segundo momento foi lançado o desafio: O que poderá ser agregado às ações estratégicas para mudar o cenário apresentado?

Através da metodologia de *BrainStorming* foram apresentados as sugestões de como mudar o cenário, conforme quadro a seguir:



BRAINSTORMING 2ª R.A.E.		Cidade da Justiça	
O que poderá ser agregado as ações estratégicas para mudar o cenário apresentado?		AÇÕES ESTRATÉGICAS	
ATIVIDADE	QUEM IRÁ FAZER	QUANDO FAZER	COMO FAZER
Concurso Público para Magistratura	VIPRE	Em andamento	Através de delegação pela Presidência
Concurso Público para áreas específicas	DRH/PRESI	Em andamento	Através de delegação
Identificar com etiquetas processos relacionados com os projetos estratégicos	DG	Imediato	a definir
Participação na capacitação no sistema GP-Web	Todos os Gestores	Imediato	a definir
Comprometimento nas ações estratégicas	Todos os Gestores	Imediato	Reunião dos gestores com suas equipes
Melhoria na comunicação interna	Todos os Gestores	Imediato	a definir
Identificar as Varas com problemas	COGER/NEGEST	Imediato	Identificar demandas estranguladas
Apoiar as varas em dificuldades, implementando novos métodos de gestão	COGER/NEGEST	Imediato	a definir
Interação dos magistrados e servidores na Gestão Estratégica	PRESI/NEGEST	Imediato	a definir
Dar <i>feedback</i> aos magistrados e servidores nos aspectos positivos da virtualização	ASCOM	Seguir cronograma de Ação	Internet e intranet
Publicar uma matéria por semana no site sobre virtualização e outra sobre reestruturação organizacional	ASCOM	Imediato	Internet e intranet
Trazer os magistrados e diretores de secretaria para conhecer o Bureau da Virtualização	PRESI/ASCOM	Seguir cronograma de Ação	a definir
			QUANTO CUSTARÁ
			R\$ 300.000,00
			Virtualização dos processos da capital
			Cidade da Justiça
			Todas
			Virtualização dos processos da capital
			Consultoria da FGV
			Todas
			Virtualização dos processos da capital
			Virtualização dos processos da capital
			Virtualização dos processos da capital



Encontro de Magistrados e servidores para apresentação das ações estratégicas	DRH/ESMAC/COGER/NEGEST	Em andamento	Apresentar na Jornada ESMAC/ Encontro setembro	Todas
Realizar intercâmbio de unidade não virtualizada com uma virtualizada	PRESI/NEGEST	Imediato	criar cronograma para intercâmbio	Virtualização dos processos da capital
Convidar o MP e a DP para conhecer o processo de virtualização no <i>Bureau</i>	PRESI/ASCOM	Imediato	Convidar conforme cronograma da virtualização	Virtualização dos processos da capital
Publicar experiências sobre virtualização de processos	ASCOM	Imediato	Internet e intranet	Virtualização dos processos da capital
Investimento maciço na fase pré-processual (Centro de Conciliação e Mediação - CEJUS)	PRESI/COGER	Imediato	a definir	Todas
Ideias inovadoras para Centro de convivência na Cidade da Justiça	Todos os Gestores	Em andamento	DAD e CEAM deverão buscar as ideias junto às unidades	Cidade da Justiça
Discutir com os <i>Stakeholders</i> sobre o projeto Cidade da Justiça	PRESI/DAD	Após a contratação do projeto	a definir	Cidade da Justiça
Difundir o que representa a Consultoria da FGV para o TJ	ASCOM	A partir de agosto	Divulgar importância da Consultoria	Consultoria da FGV
Maior divulgação da valorização dos servidores efetivos	ASCOM/DHR	Imediato	Divulgar ações de valorização	Todas
Divulgação semestral da evolução das metas do Planejamento Estratégico	ASCOM/NEGEST	Imediato	Relatório das ações estratégicas	Todas
Divulgação da evolução dos trabalhos da Consultoria Prestados pela FGV	ASCOM/NEGEST	Imediato	Divulgar as fases	Consultoria da FGV
Reuniões entre áreas afins para discussão de temas comuns	Todos os Gestores	Imediato	a definir	Todas
Fortalecimento do Controle Interno	ACI	Em andamento	a definir	Todas
Criação do Centro de Custos	NEGEST/DAD	Em andamento	Através de projeto	Consultoria da FGV

Tabela 28: *Brainstorming* da 2ª Reunião de Análise Estratégica

Fonte: Negest



18.2. Meta 24 - Obter 75% de sucesso na execução de projetos estratégicos

A Meta tem como objetivo acompanhar a relação entre projetos estratégicos concluídos com as metas internas alcançadas e o total de projetos estratégicos previstos no plano para o período.

Resultado:

Meta não
cumprida 

Dos projetos iniciados durante o ano 33% deles foram finalizados. Os demais encontram-se em execução.

Ações desenvolvidas:

1 TJAC define ações e projetos em Reunião de Alinhamento Estratégico

Com o propósito de delinear as ações e projetos estratégicos que serão desenvolvidos nos próximos meses, a Direção do Tribunal de Justiça do Acre promoveu no final de julho deste ano a 2ª Reunião de Alinhamento Estratégico.

O encontro foi conduzido pelo Desembargador-Presidente Adair Longuini, pelo Juiz Auxiliar da Presidência, Laudivon Nogueira, e pela equipe do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NE-GEST). Pelo menos 40 servidores do TJAC, entre diretores, assessores e coordenadores, participaram do evento.



Foto 34: Reunião de Alinhamento Estratégico

Inicialmente, foram discutidos os três projetos prioritários da atual gestão do Tribunal de Justiça Acriano:

- Virtualização de todas as unidades judiciárias da capital até o final do ano de 2011, bem como das Comarcas do interior do Estado até 2012. A Vara de Registros Públicos foi escolhida como piloto da primeira etapa do projeto, a qual irá abranger 29 unidades da Capital até o final do ano de 2011.

Antes disso, seis unidades já tinham sido virtualizadas em Rio Branco: Vara de Delitos de Drogas e Acidentes de Trânsito; Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; 2ª Vara do Tribunal do Júri; Vara de Execuções Penais; Juizado Especial da Fazenda Pública e Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas.

Uma das vantagens imediatas do processo de virtualização é a possibilidade de se divulgar



na Internet – com amplo acesso à população - os dados básicos de todos os processos em tramitação, incluindo o interior do teor das decisões.

Além disso, a modernização diminuiu também os gastos com o transporte físico dos processos, permitindo a redução de despesas com gasolina e com remessas pelos Correios. Essa despesa tornava-se ainda maior quando processos de muitos volumes eram remetidos a instâncias superiores, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

- Consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para reestruturação administrativa do Tribunal de Justiça. A FGV foi escolhida por sua experiência no planejamento de outros tribunais brasileiros, e por ser reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade dos seus serviços.

Durante os próximos nove meses, os técnicos da FGV irão ajudar a implantar uma nova estrutura organizacional e administrativa no Tribunal de Justiça Acriano. A ideia é tornar o Tribunal mais gerencial, de modo a atender à demanda por um serviço público de qualidade, a um custo adequado e justo para o orçamento do Poder Judiciário Acriano.

- Construção da Cidade da Justiça.

Também foi discutido, durante o encontro, o projeto que prevê a centralização de todos os serviços da Justiça em um mesmo espaço físico. O complexo arquitetônico que será construído em Rio Branco chamar-se-á Cidade da Justiça.

Essa ação também faz parte do Planejamento Estratégico, que estabelece, de forma prioritária, a necessidade de se garantir, às unidades do Judiciário, infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnológica apropriada.

Atualmente boa parte das unidades judiciárias da Comarca da Capital encontra-se espalhada, muitas delas em edifícios alugados e inadequados, o que gera encargos elevados de conservação e manutenção e reflete de modo negativo na celeridade dos serviços e processos.

Desse modo, com o novo projeto, o acesso à Justiça será facilitado. Haverá unificação dos serviços judiciários em um mesmo local e em edificações propícias à eficiência operacional, com economia e racionalização no uso de materiais e recursos financeiros.

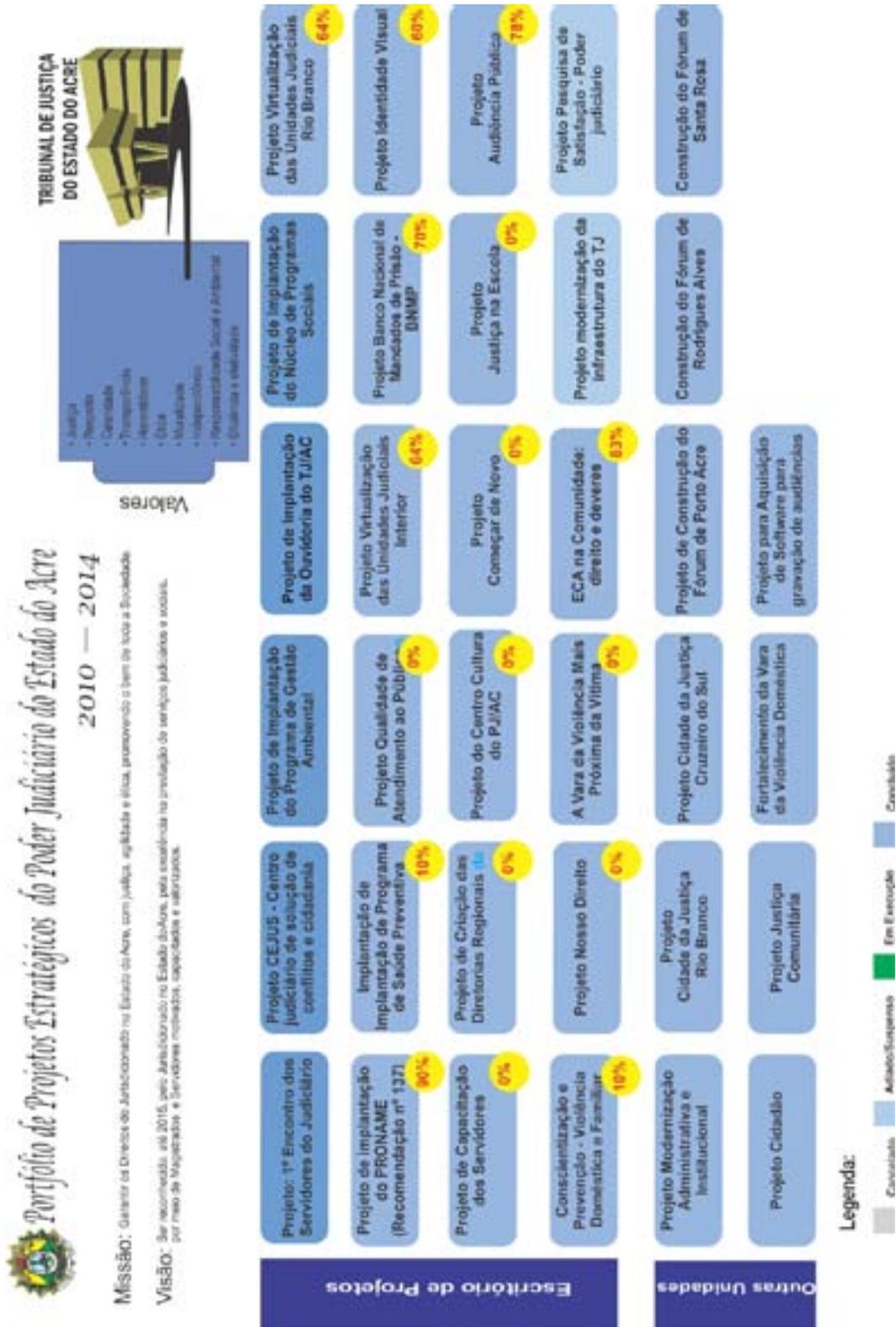
As atividades desenvolvidas durante a 2ª Reunião de Alinhamento Estratégico estão orientadas pela missão e visão do Judiciário, quais sejam:

Missão: “Garantir os direitos do jurisdicionado no Estado do Acre, com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a sociedade”.

Visão: “Ser reconhecido, até 2015, pelo jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, por meio de magistrados e servidores motivados, capacitados e valorizados”.

Durante mais de cinco horas, todos os participantes foram ouvidos e puderam dar opiniões, sugestões, discutir problemas e apresentar soluções. Dessa forma, foi possível avaliar como a instituição está atualmente, os projetos em andamento, os resultados que se quer alcançar, bem como a priorização de ações e projetos para 2011.

2 Elaboração do portfólio de projetos estratégicos pelo Escritório de Projetos



3 Processo de seleção de novos servidores para compor o Escritório de Projetos

O Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NEGEST) promoveu um processo seletivo interno para recrutamento de novos servidores para compor o Escritório de Projetos do Tribunal de Justiça.

O processo seletivo, realizado no período de 2 a 9 de junho de 2011, no Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário, envolveu etapas de entrevista técnica, dinâmica de grupo e entrevista psicológica. Ao final, os cinco servidores com melhor desempenho foram escolhidos: Júlio Cesar da Silva Gomes, Jacikley da Costa Ribeiro, Vanuza Maria Félix dos Reis Feitosa, Francisco Antônio Franco de Souza e Rodrigo Marques da Costa Queiroz.

Essa foi a segunda seleção interna para composição do Escritório de Projetos, unidade de planejamento e gestão do TJAC, que iniciou suas atividades em novembro de 2010.

Ao instituir o Escritório de Projetos em sua estrutura, o Tribunal de Justiça objetivou garantir um acompanhamento mais eficiente da execução dos projetos definidos em seu Planejamento Estratégico.

A partir de então, a nova unidade vem trabalhando na perspectiva de facilitar a elaboração, a condução e a execução de todos os projetos definidos no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Acriano, aprovado em 2010 e com previsão para cumprimento até 2014.

O Escritório atua como uma assessoria técnica e metodológica no auxílio à aplicação de padrões de gerenciamento de projetos, imprimindo transparência, agilidade e controle do Planejamento do Tribunal.

18.3. Meta 25 - Alcançar 75% das metas

Esta Meta mede o desempenho da estratégia, ou seja, tem como objetivo demonstrar o grau de comprometimento das pessoas com a melhoria do desempenho.

Resultado: **Meta cumprida parcialmente** 

O resultado foi de 71,88% de metas alcançadas.

Ações desenvolvidas:

1 Elaboração dos planos de ação das unidades

Cronograma de agendamento das reuniões com as unidades para elaboração do Plano de Ação 2011

UNIDADE	DIA	HORA	Nº PARTICIPANTES
ASCOM	18/03	09h30min	05
DRH	29 e 30/03	15h30min	05
DPO	31/03	09h30min	04
CORREGEDORIA e DJU	01/04	08h30min	02
DG	07/04	09h	02
ESMAC	05/04	09h	03



DFI	14/04		
DTI	08/04	09h	02
DAD	11,12 e 13 /04	15h	07

Tabela 29: Cronograma do agendamento das reuniões para elaboração dos planos de ação
Fonte: NEGEST

Agenda de reunião para fechamento dos planos de ação de 2011

UNIDADE	DATA	HORA
DG	07/12/2012	9h
CONTROLE INTERNO	12/12/2012	9h
DRH	13/12/2012	16h
ASCOM	14/12/2012	9h
DAD	15/12/2012	16h
DPO	16/12/2012	9h
DTI	16/12/2012	16h
SINDICATO	19/12/2012	9h
NEGEST	19/12/2012	16h
ESMAC	14/12/2012	16h

Tabela 30: Cronograma do agendamento das reuniões para fechamento dos planos de ação
Fonte: NEGEST

A metodologia usada na elaboração dos Planos de Ação das unidades objetivou o máximo de cumprimento das metas estratégicas de forma planejada, alinhada e organizada.

Inicialmente, elaboraram-se os planos juntamente com as unidades responsáveis pelas metas do Planejamento Estratégico, foram validados pela Presidência e no final do exercício foram encerrados com as análises dos resultados alcançados pela própria unidade executora.

Dessa forma, o plano serviu não somente para o acompanhamento mensal das metas, ações e projetos, como também para fortalecer o conhecimento estratégico da Instituição.

Durante o exercício de 2011 ficou exposto, em cada unidade administrativa, um mapa do Plano de Ação para colagem dos *botons* mensalmente. Essa ação fez parte da comunicação da estratégia do TJAC, de modo que todos os membros da equipe tivessem acesso às ações a serem desenvolvidas na unidade, bem como às metas a serem alcançadas.

Segue o modelo do Plano de Ação adotado no TJAC (página 103):

2 Metas do Judiciário Nacional 2010

Dentre as Metas Prioritárias, o Tribunal de Justiça Acriano cumpriu sete integralmente (100%): as de número 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

Em relação à Meta 1 - "Julgar quantidade igual de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com o acompanhamento mensal", o TJAC alcançou 93,15%, alcançando resultado superior ao de 15 tribunais estaduais.

O Tribunal de Justiça do Acre também se destacou com 85% de cumprimento da Meta 2 - "Julgar todos os processos de conhecimento até 31 de dezembro de 2006 e, no caso da competência do Tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007".

Nesse caso, o TJAC desponta à frente de 24 tribunais do País, só estando atrás do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), que chegou a 99,04%, e do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), com 95,97%.

Já a Meta 10 definia que os tribunais deveriam “realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, inclusive cartas precatórias e de ordem”. O Tribunal Acriano obteve 26,18% de cumprimento, enquanto 9 tribunais estaduais não saíram de 0%. Os dados confirmam o empenho conjunto de magistrados e servidores, com o intuito de oferecer à sociedade acriana uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente.



Foto 35: Des. Adair Longuini recebendo certificado do CNJ

19. Compartilhar as boas práticas com o Poder Judiciário Nacional.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 50%

As metas 26 e 27, estabelecidas no Planejamento Estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

19.1. Meta 26 - Implantar uma prática de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário – CNJ

Esta Meta tem como objetivo garantir a difusão de boas práticas de gestão no Poder Judiciário, compartilhando soluções e evitando retrabalho.

Resultado:

Meta não cumprida 

Não foi implantada nenhuma boa prática do Banco de Boas Práticas do CNJ.

Ações desenvolvidas:

Foi identificado uma boa prática que consiste em divulgar alguns direitos do cidadão, mas não houve a implementação da prática no TJAC.



19.2. Meta 27 - Aumentar para cinco a quantidade de parcerias estratégicas internas ao Judiciário nacional

Esta Meta tem como objetivo avaliar e aumentar a sinergia entre os Segmentos de Justiça.

Resultado: **Meta cumprida** 

Atualmente existem 20 parcerias estratégicas formalizadas.

Ações desenvolvidas:

O TJAC procurou efetivar parcerias que realmente fossem estratégicas, como demonstrado na planilha abaixo:

CONVÊNIO	OBJETO	VIGÊNCIA	PRAZO
Convênio nº 37/2011 – TJAC e M. da Justiça	Tem por objeto a Aquisição de <i>Software</i> para Gravação de Audiências no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, nos termos da Proposta e Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria de Reforma do Judiciário.	29/12/2011 a 31/05/2012	
TS - 004/2011 – TJAC e CNJ	Cessão do direito de uso do Sistema de Ouvidoria, com os respectivos manuais de instalação, para o registro e a tramitação das manifestações recebidas pelo cessionário.	12/07/2011 a 12/07/2012	
Convênio nº 33/2011 – TJAC e M. da Justiça	Tem por objeto “Implantar o Juizado de Trânsito, Projeto “Justiça Volante”, do Tribunal de Justiça do Acre nas Comarcas de Cruzeiro do Sul e Brasileira/AC”, nos termos da Proposta e Plano de Trabalho aprovados pela Secretaria de Reforma do Judiciário.	29/12/2011 a 31/10/2012	
Convênio nº 66/2011 – TJAC e M. da Justiça	Tem por finalidade a implementação de 05 núcleos de Justiça Comunitária nas cidades de Rio Branco, nos bairros Tancredo Neves, Sobral; na cidade de Bujari, no Bairro Centro; na cidade Plácido de Castro, no Bairro Olaria; na cidade de Acrelândia, no Bairro Centro, objetivando contribuir para a democratização do acesso à Justiça, por meio da mobilização e capacitação de agentes comunitários em mediação de conflitos, contratação de equipes multidisciplinares, aquisição de equipamentos, adequações de espaços físicos conforme as diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e de acordo com Proposta e Plano de Trabalho aprovados pela Secretaria de Reforma do Judiciário.	29/12/2011 a 28/07/2013	
TC nº 04/2010 – TJAC e TRT-14ª Região	Tem por objeto permitir o uso pelo TRT-14ª Região de salas, para audiências e tomadas de reclamação, instaladas nos prédios dos Fóruns das comarcas do interior do Estado do Acre, a fim de atender àquelas populações, principalmente as mais carentes cujas localidades não dispõem de varas do trabalho, viabilizando a distribuição da justiça de forma célere e eficiente.	18/12/2010 a 18/12/2015	



TC nº 35/2009 – TJAC e STJ	Tem por objeto a conjugação de esforços para a implementação e efetividade da transferência eletrônica dos recursos especiais e agravos remetidos pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE ao SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, bem como do retorno ao Tribunal de origem através de sistemas de informação, utilizando-se os <i>links</i> de comunicação existentes ou a Internet.	03/09/2009 a 03/03/2016	
AC nº 04/2010 – TJAC e TRT-14ª Região, TRE/AC, PR/AC, MP/AC e JF/AC	Tem por objeto o estabelecimento de Cooperação Técnica entre os partícipes, com a finalidade de promover parcerias no desenvolvimento e aplicação de procedimentos administrativos, comuns às suas áreas meio (administrativa), visando à economicidade, celeridade e transparência nos gastos da administração pública.	22/06/2010 a 22/06/2050	PRAZO INDETERMINADO
TC-S/Nº/2010 – TJAC e TRE/AC	Tem por objeto o estabelecimento de cooperação entre os partícipes, com a finalidade de promover parceria no desenvolvimento e aplicação de procedimentos administrativos, comuns às suas áreas meio (administrativa).	13/10/2010 a 30/09/2050	PRAZO INDETERMINADO
T. Adesão – 017/2010 – TJAC e CNJ	Tem por objeto a doação de equipamentos de informática e <i>softwares</i> , conformidade com as disposições constantes no Termo de Compromisso nº 014/2009 firmado entre partes.	24/11/2010 a 31/12/2050	PRAZO INDETERMINADO

Tabela 31: Parcerias estratégicas do TJAC com instituições do segmento de justiça
Fonte: DPO

20. Promover a incorporação de valores éticos e morais nos atores integrantes do Sistema de Justiça.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 100%

A Meta 28, estabelecida no Planejamento Estratégico, orientou as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com a Meta.

20.1. Meta 28 - Aumentar para cinco o número de ações relacionadas à disseminação de valores éticos e morais

Esta Meta tem como objetivo avaliar o comprometimento do TJAC na disseminação de valores éticos e morais.

Resultado: **Meta cumprida** 

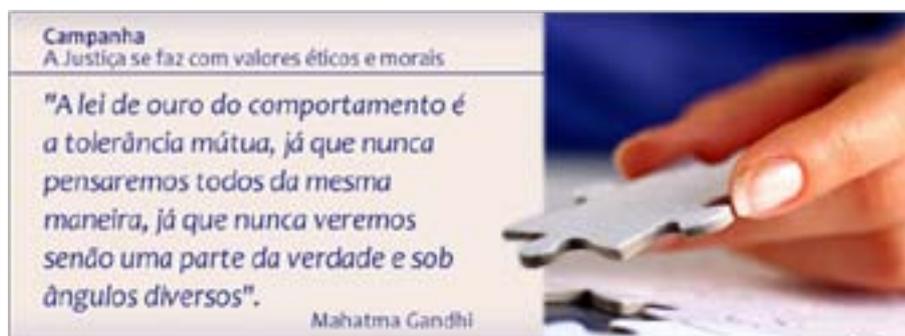
Foram realizadas cinco ações durante o ano.



Ações desenvolvidas:

1 Campanha da Diretoria de Recursos Humanos por valores éticos e morais no Judiciário Acriano

Mensagens semanais divulgadas no portal de intranet.



2 O Tribunal de Justiça do Acre, por meio do Centro de Capacitação (CECAP), promoveu Ciclo de Cursos de Capacitação, voltado para os novos servidores que atuarão nas unidades da capital e do interior do Estado

Dentre os temas abordados durante o Ciclo estavam “A História do Judiciário Acriano”, “Estrutura e Funcionamento do Poder Judiciário”, “Redação e Linguagem Jurídica”, de acordo com o Novo Acordo Ortográfico, curso sobre o Sistema de Automação da Justiça (SAJ). Os Oficiais de Justiça tiveram curso de aperfeiçoamento voltado para sua área de atuação, o curso “Ética Profissional e Excelência no Atendimento ao Usuário” também foi paralelamente oferecido aos servidores que atuam no interior do Estado.

3 Curso: O Juiz e a Ética, promovido pela ESMAC

O curso, credenciado pela ENFAM, Portaria nº 50/08 – 15h/a, foi ministrado pelo docente: Prof. Dr. José Ricardo Cunha, no período de 17 e 18 de junho de 2011, com a participação de 38 (trinta e oito) alunos.



Foto 36: Curso “O Juiz e a Ética”

21. Garantir a qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciárias.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 75%

A Meta 12, estabelecida no Planejamento Estratégico, orientou as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com a Meta.

21.1. Meta 12 - Aumentar para 95% o índice de atendimento à demanda

Para avaliar a necessidade de ampliação da capacidade de atendimento às demandas.

Resultado:

Meta cumprida parcialmente 

O resultado desta Meta revela a necessidade ou não de se aumentar a capacidade produtiva das Unidades Judiciárias. Os resultados foram:

Área	Meta	Resultado
1º Grau	95%	102,67%
2º Grau		38,71%
Juizados Especiais		111,63%
Turmas recursais		75,12%

Portanto, conclui-se que as unidades do 2º grau e Turmas recursais deverão receber maior atenção para cumprimento da Meta. Meta cumprida parcialmente.

O gráfico abaixo apresenta um comparativo da evolução da litigiosidade do 1º grau entre os anos de 2010 e 2011.

Observa-se que em 2011 a quantidade de processos entrados foi de 6.904 a mais que no ano de 2010. O número de processos sentenciados em 2011 foi de 3.040 acima do ano de 2010. E o número de processos arquivados em 2011 foi de 7.173 a mais do que no ano de 2010.

Mediante tais informações, afirma-se que a Justiça Acriana, apesar do crescimento no número de processos em trâmite, vem a cada ano melhorando seu desempenho em relação às demandas da sociedade.

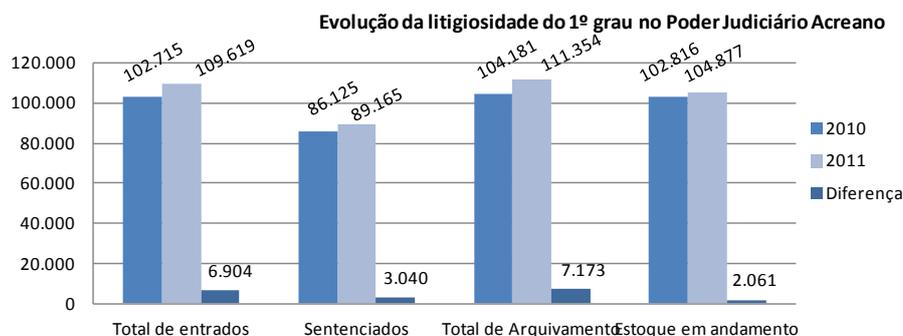


Gráfico 21: Evolução da litigiosidade do 1º grau
Fonte: NEGEST

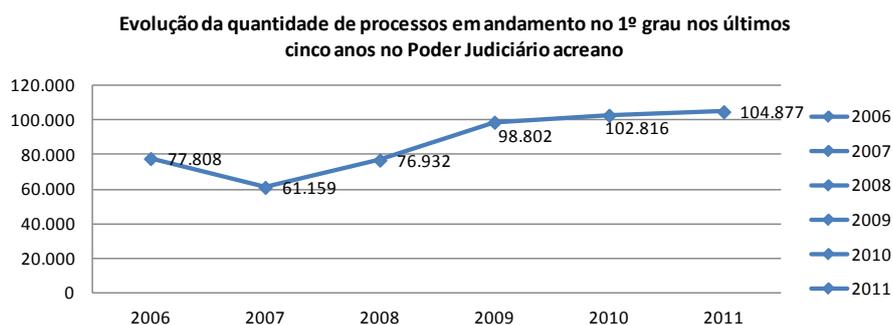


Gráfico 22: Evolução da quantidade de processos em andamento no 1º grau nos últimos 5 anos
Fonte: NEGEST

Ações desenvolvidas:

1 Atividades jurisdicionais desenvolvidas pela Câmara Cível

No período, por força da Resolução nº 721, de 31 de março de 2009, foram convocados para compor a Câmara Cível os juízes de direito Lílian Deise Braga Paiva (Portaria nº 1.117, de 23/03/2011, DJe nº 4.399, de 24/03 a 16/04/2011); Maria Penha Sousa Nascimento (Portaria nº 1.560, de 20/05/2011, DJe nº 4.439, de 23/05 a 06/10/2011) e Anastácio Lima de Menezes Filho (Portaria nº 2.272, de 30/08/2011, DJe nº 4.509, de 1º.09 a 22/11/2011).

Para integrar o quórum nas sessões de julgamentos nos auxiliaram os eminentes Desembargadores Samoel Evangelista, Vice-Presidente (art. 6º, parágrafo único); Pedro Ranzi, Presidente da Câmara Criminal; Francisco Praça e Feliciano Vasconcelos, Membros da Câmara Criminal.

Durante o período, foram realizadas 45 sessões ordinárias e 5 extraordinárias.

Gráfico do número dos processos distribuídos por magistrados.

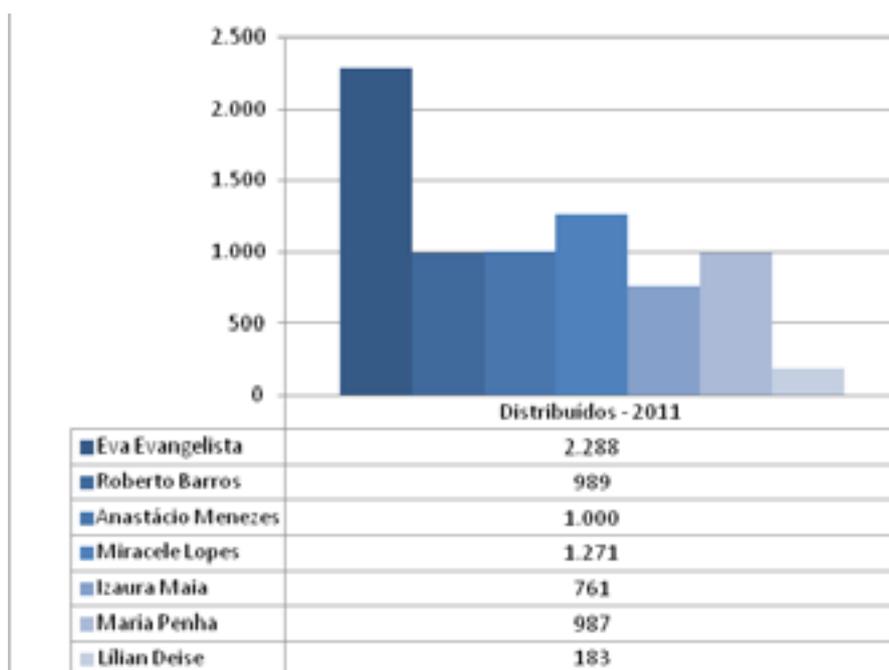


Gráfico 23: Demonstrativo dos processos distribuídos por magistrado
Fonte: Câmara Cível

Gráfico dos números de julgados pelo colegiado

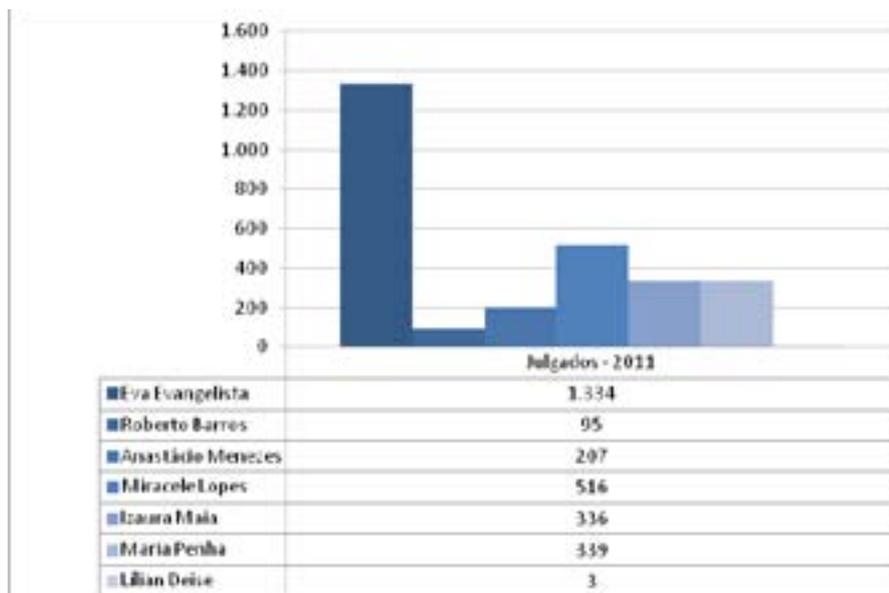


Gráfico 24: Demonstrativo dos julgados da Câmara Cível pelo colegiado
 Fonte: Câmara Cível

Gráfico do número das decisões monocráticas por magistrado

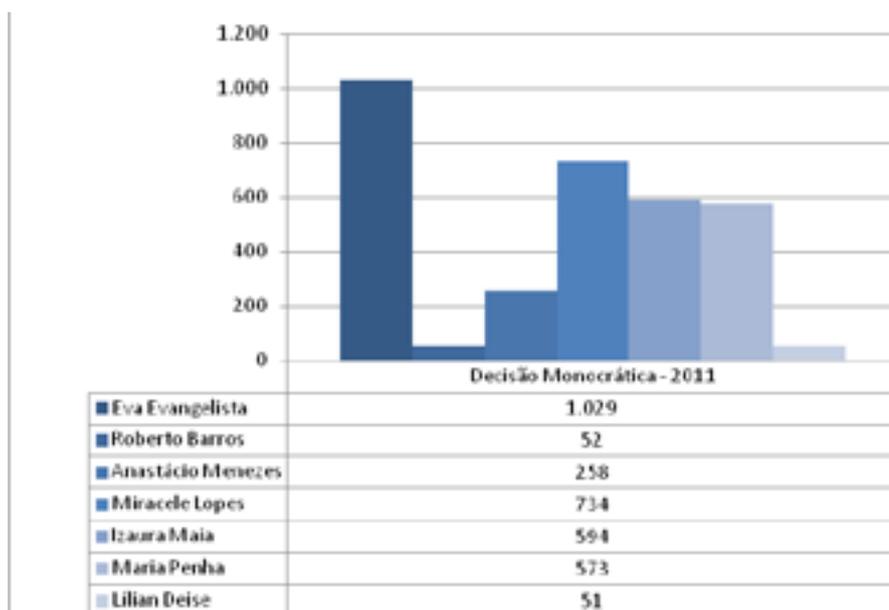


Gráfico 25: Demonstrativo das decisões monocráticas
 Fonte: Câmara Cível

Acervo transferido para o ano seguinte no total de 1.597 (mil quinhentos e noventa e sete) processos.

No exercício, foram expedidos 6 (seis) Alvarás de Desinternação, 1 (um) Alvará de Soltura e 2 (dois) Salvos-Conduitos.

Para dar cumprimento às decisões dos membros da Câmara Cível, foram expedidas em torno de 920 (novecentas e vinte) comunicações aos Juízes de Primeiro Grau.

Dentre as atribuições da Secretaria da Câmara Cível, está a expedição de certidão (art.18, k, da Resolução nº 90/96). No ano de referência, foram expedidas 60 (sessenta) certidões a advogados, juízes de direito e partes interessadas.

2 Atividades jurisdicionais desenvolvidas pela Câmara Criminal

Por relator:

Desembargadores e Juízes Convocados	Pendentes de Julgamento Dez / 2010	Distribuídos	Redistribuídos	Reconsideração de Decisão Monocrática	Redistribuídos/Impedimento/Término da Substituição - outros	Decisões		Acórdão		Votos	Pendentes de julgamento em Janeiro de 2012
						Colegiado	Monocrática	Publicados	Rel. Designado		
Des. Pedro Ranzi	-	553	50	1	2	450	-	438	5	1300	150
Des. Francisco Praça	132	368	49	-	7	344	1	353	17	912	195
Des. Feliciano Vasconcelos	150	530	80	-	-	466	-	461	16	1186	293
Des. Samoel Evangelista	-	-	-	-	-	-	-	2	2	193	0
Des. Eva Evangelista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Des. Arquilau Melo	128	105	-	-	-	243	-	278	5	307	0
Des. Adair Longuini	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0
Des. Roberto Barros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	0
Juiz Francisco Djalma	-	-	-	-	32	101	1	87	1	389	0
Juiz Leandro Gross	-	-	-	-	24	145	-	151	5	249	0
Total	410	1556	209	1	68	1749	2	1770	51	4573	638

Tabela 32: Tabela das atividades desenvolvidas pela Câmara Criminal, por relator
Fonte: Câmara Criminal

Por incidentes:

Desembargadores e Juizes Convocados	Pendentes de Julgamento/Dez / 2010	Distribuídos	Redistribuídos	Reconsideração de Decisão Monocrática	Redistribuídos/Impedimento Término da Substituição - outros	Decisões		Acórdão		Pendentes de julgamento em Janeiro de 2012
						Colegiado	Monocrática	Publicados	Rel. Designado	
Des. Pedro Ranzi	-	22	-	-	-	21	-	21	-	0
Des. Francisco Praça	4	17	-	-	-	21	-	22	1	1
Des. Feliciano Vasconcelos	4	19	-	-	-	22	1	23	-	0
Des. Samoel Evangelista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Des. Eva Evangelista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Des. Arquilau Melo	6	30	-	-	-	36	-	36	-	0
Des. Adair Longuini	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Des. Roberto Barros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Juiz Francisco Djalma	-	2	-	-	-	2	-	2	-	0
Juiz Leandro Gross	-	3	-	-	-	3	-	3	-	0
Total	14	93				105	1	107	1	1

Tabela 33: Tabela das atividades desenvolvidas pela Câmara Criminal, por incidente
Fonte: Câmara Criminal

3 Atividades desenvolvidas pelo Conselho da Magistratura

Composição do Órgão

CARGO	DESEMBARGADORES
Presidente	Samoel Martins Evangelista
Vice-Presidente	Eva Evangelista de Araújo Souza
Corregedor-Geral da Justiça	Arquilau de Castro Melo

Tabela 34: Composição do Conselho da Magistratura em 2011
Fonte: COMAG



Expedientes:

Item	Quantidade
Atas de Audiência de Distribuição	19
Atas de Audiência de Redistribuição	2
Processos Administrativos Registrados	21
Processos Administrativos Redistribuídos	-
Processos Administrativos Arquivados	10
Provimentos	9
Sessão Ordinária	1
Sessões Extraordinárias	13

Tabela 35: Tabela dos expedientes do Conselho da Magistratura em 2011
Fonte: COMAG

4 Movimentação Processual – Presidência

Discriminação	Quantidade
Recebidos	21
Decisões por Despacho	10
Conclusos	1
Resíduo	36

Tabela 36: Tabela da movimentação processual da Presidência
Fonte: COMAG

5 Movimentação Processual – Conselho da Magistratura

Discriminação	Quantidade
Recebidos	34
Julgados	28
Conclusos	2
Resíduo	6
Votos Proferidos	63
Acórdãos Lavrados	8

Tabela 37: Tabela da movimentação processual do Conselho da Magistratura
Fonte: COMAG

6 Quadro de Magistrados

O Poder Judiciário Acriano encerrou o ano de 2011 com um quadro de 63 Magistrados, sendo 8 Desembargadores, 29 Juízes de Direito de Entrância Final, 22 Juízes de Direito de Entrância Inicial e 4 Substitutos.

Aposentadoria de Desembargadores

Desembargador	Portaria	Processo Administrativo
Izaura Maria Maia de Lima	1.514, de 17/5/2011	0000012-86.2011.8.01.8000
Miracele de Souza Lopes Borges	1.968/2011, de 18/7/2011	0000020-63.2011.8.01.8000

Tabela 38: Tabela das aposentadorias de desembargadores

Fonte: COMAG

7 Nomeação de Desembargador

Foi nomeado o Advogado Roberto Barros dos Santos, para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Decreto nº 2.617, de 20/9/2011, pela vaga destinada à classe de Advogados, e empossado em Sessão Solene, realizada em 7 de outubro de 2011, no Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Promoção dos Juízes de Direito Substitutos

Foram promovidos 19 Juízes de Direito Substitutos à categoria de Juiz de Direito de Entrância Inicial.

Juízes de Direito	Vara	Documento
Gilberto Matos de Araújo	Vara Cível da Comarca de Plácido de Castro	Portaria nº 1.423, de 2/5/2011
Clóvis de Souza Lodi	2ª Vara Cível da Comarca de Cruzeiro do Sul	Portaria nº 1.411, de 2/5/2011
Andrea da Silva Brito	2ª Vara Criminal da Comarca de Cruzeiro do Sul	Portaria nº 1.412, de 2/5/2011
Robson Ribeiro Aleixo	Vara Única da Comarca de Epitaciolândia	Portaria nº 1.441, de 6/5/2011
Daniel Gustavo Bomfim Araújo da Silva	Vara Cível da Comarca de Brasileia	Portaria nº 1.438, de 6/5/2011
Shirlei De Oliveira Hage Menezes	Vara Criminal da Comarca de Plácido de Castro	Portaria nº 1.442, de 6/5/2011
Francisco das Chagas Vilela Júnior	1ª Vara Cível da Comarca de Cruzeiro do Sul	Portaria nº 1.439, de 6/5/2011
José Wagner Freitas Pedrosa Alcântara	1ª Vara Criminal da Comarca de Cruzeiro do Sul	Portaria nº 1.440, de 6/5/2011
Zenice Mota Cardozo	Vara Criminal da Comarca de Sena Madureira	Portaria nº 1.443, de 6/5/2011
Alesson José Santos Braz	Vara Única da Comarca de Capixaba	Portaria nº 1.462, de 10/5/2011
Manoel Simões Pedroga	Vara Única da Comarca de Bujari	Portaria nº 1.463, de 10/5/2011
Maria Rosinete Dos Reis Silva	Vara Única da Comarca de Acrelândia	Portaria nº 1.460, de 10/5/2011
Adamácia Machado Nascimento	Vara Única da Comarca de Mâncio Lima	Portaria nº 1.466, de 10/5/2011
Joelma Ribeiro Nogueira	Vara Única da Comarca de Tarauacá	Portaria nº 1.461, de 10/5/2011
Ivete Tabalipa	Vara Única da Comarca de Manoel Urbano	Portaria nº 1.464, de 10/5/2011
Gustavo Sirena	Vara Única da Comarca de Feijó	Portaria nº 1.465, de 10/5/2011
Hugo Barbosa Torquato Ferreira	Vara Única da Comarca de Assis Brasil	Portaria nº 1.467, de 10/5/2011
Adimaura Souza da Cruz	Juizado Especial Cível da Comarca de Cruzeiro do Sul	Portaria nº 1.872, de 30/6/2011
Luís Gustavo Alcalde Pinto	Vara Única da Comarca de Xapuri	Portaria nº 2.501, de 7/10/2011

Tabela 39: Tabela dos juízes de direito substitutos promovidos

Fonte: COMAG



8 Remoção de Juiz de Direito

Foram removidos 4 (quatro) Juízes de Direito de Entrância Final.

Juízes de Direito	Vara	Documento
Maria Penha Sousa Nascimento	Juizado da Fazenda Pública	Portaria nº 1.048, de 10/3/2011
Maha Kouzi Mansfi e Manasfi	Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas	Portaria nº 2.500, de 7/10/2011
Mirla Regina da Silva Cutrim	Vara de Execução Fiscal	Portaria nº 2.666, de 10/11/2011
Afonso Braña Muniz	Vara Cível da Comarca de Senador Guiomard	Portaria nº 2.858, de 19/12/2011

Tabela 40: Tabela das remoções de juízes
Fonte: COMAG

9 Promoção de Juiz de Direito

Foram promovidos 4 (quatro) Juízes de Direito de Entrância Inicial para Entrância final.

Juízes de Direito	Vara	Documento
Rogéria José Epaminondas Tomé da Silva	1ª Vara da Infância e da Juventude	Portaria nº 1.115, de 23/3/2011
Zenair Ferreira Bueno Vasques Arantes	2ª Vara do Tribunal do Júri e Auditoria Militar	Portaria nº 1.825, de 24/6/2011
Anastácio Lima de Menezes Filho	1ª Vara da Fazenda Pública	Portaria nº 2.110, de 9/8/2011
Luana Claudia de Albuquerque Campos	Vara de Execuções Penais	Portaria nº 2.635, de 4/11/2011

Tabela 41: Tabela da promoção de juízes de direito
Fonte: COMAG

10 Provimentos Aprovados

1. “Cria o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.”
2. “Estabelece regras de transição para implantação do sistema de processo judicial em meio eletrônico.”
3. “Dispõe sobre os Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.”
4. “Estabelece vedação ao recebimento de petições em papel em varas com sistema de processo judicial em meio eletrônico.”
5. “Disciplina sobre a substituição de livros de acórdãos por registros eletrônicos no Sistema de Automação do Judiciário.”
6. “Prorroga os prazos para recolhimento de custas processuais nas situações que estabelece.”
7. “Altera o Provimento nº 4, de 30 de maio de 2011, do Conselho da Magistratura, que estabelece vedação ao recebimento de petições em papel em varas com sistema de processo judicial em meio eletrônico.”
8. “Disciplina sobre a substituição automática dos juízes titulares em decorrência de faltas, suspensões, impedimentos, afastamentos e licenças.”
9. “Altera, parcialmente, no período de 07/01 a 07/02 de 2012, o Provimento nº 08/2011, do

Conselho da Magistratura, que disciplina a substituição automática dos magistrados de primeira instância.”

Demonstrativo da Movimentação Forense em 2011.

Relator	Resíduo De 2010	Processo			Impedimentos suspeitos e outros	Resíduo	Processo		Processos administrativos			
		Distrib.	Redistrib.	Julgados			Acórdãos proferidos	Votos proferidos	Resíduo	Reg.	Arq.	Resíduo
Des. Adair Longuini	--	9	1	7	--	3	4	21	25	21	10	36
Des. Samoel Evangelista	--	3	4	6	--	1	--	21	--	--	--	--
Des. Arquilau Melo	--	10	--	7	1	2	3	20	--	--	--	--
Des. Pedro Ranzi	5	1	1	1	6	--	1	1	--	--	--	--
TOTAL	5	23	6	21	7	6	8	63	25	21	10	36

Tabela 42: Demonstrativo da movimentação forense em 2011

Fonte: COMAG

11 TJAC instala Vara de Execução Fiscal em Rio Branco - 12 de agosto de 2011

O Tribunal de Justiça do Acre instalou mais uma unidade judiciária: a Vara de Execução Fiscal da Comarca de Rio Branco.

Com a instalação de uma vara especializada em execução fiscal, a Direção do TJAC pretende contribuir para maior eficiência e produtividade dos litígios. Nesse sentido, a unidade instalada tem competência de processar e julgar as ações de execução da dívida ativa, do Estado do Acre, do município de Rio Branco e suas autarquias, bem como os embargos a ela referentes.

Logo na abertura do evento, Adair Longuini assinalou que, além de necessária, a criação da Vara especializada era uma aspiração antiga do Tribunal. “Estamos instalando mais uma unidade jurisdicional, que era um antigo projeto pleiteado pela Magistratura Acriana. Esta Vara especializada irá desobstruir a 1ª e a 2ª Varas da Fazenda Pública, já que nessas unidades tramitavam um grande número de processos de execução. Além disso, como ela já nasce virtual, iremos ganhar na economia de papel e de recursos, em celeridade e segurança”, afirmou.



Foto 37: Solenidade de instalação da Vara de Execuções Fiscais de Rio Branco

A Juíza Regina Longuini, titular da 2ª Vara da Fazenda Pública e que teve sua competência prorrogada para responder pela nova unidade, destacou o caráter de cidadania da Vara de Execução Fiscal. “Esta é uma Vara cidadã, que apresentará um resultado mais útil, mais efetivo e mais célere em favor de nossa população. Ela favorecerá a sociedade na medida em que ajudarmos a Fazenda Pública a receber os impostos que não foram pagos pelos cidadãos contribuintes. Nesse sentido, esses impostos voltarão em recursos que poderão ser aplicados. Assim, quanto mais impostos arrecadados, teremos mais asfalto, mais esgoto, mais escolas públicas, mais benfeitorias e melhorias para a população”, considerou.

A criação da Vara de Execução Fiscal atende o disposto no artigo 230, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 47/95, e está de acordo com a Lei Complementar nº 161/06, ambas do Estado do Acre. Para criação da nova unidade, o Tribunal de Justiça Acriano considerou também as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.419/06, que alterou o Código de Processo Civil e dispõe sobre a informatização do processo judicial. A unidade foi criada por meio da Resolução nº 154/2011 e teve suas atividades jurisdicionais regulamentadas pela Resolução nº 156/2011, ambas do Tribunal Pleno.

12 TJAC instala Ouvidoria de Justiça em 28 de julho de 2011

Em solenidade conduzida pelo Desembargador-Presidente Adair Longuini e pelo Juiz-Ouvidor, Elcio Sabo, o Tribunal de Justiça do Acre instalou na quinta-feira (28) a Ouvidoria de Justiça.

“Estamos dando início hoje às atividades desse novo órgão, que vem em uma boa hora, neste Estado onde as pessoas sabem exigir os seus direitos. Pretendemos, com isso, ampliar o acesso dos cidadãos à Justiça, tornar o Judiciário Acriano mais transparente e aperfeiçoar os nossos serviços”, disse Adair Longuini.



Foto 38: Solenidade de instalação da Ouvidoria de Justiça do Acre

Elcio Sabo assinalou a contribuição do povo acriano, para que o novo setor fosse implementado. “Eu vejo como estrela desta cerimônia o povo do Acre, que provocou a instalação da Ouvidoria. A intenção é que, por meio desse órgão, possamos sugerir à Presidência do TJAC encaminhamentos, propostas e mudanças, advindas dos cidadãos, com o intuito de melhorar o nosso trabalho e, conjuntamente, construímos um Judiciário mais forte e melhor”, afirmou o Juiz-Ouvidor.

A ata de instalação foi assinada pelo Desembargador-Presidente, Adair Longuini, e pelo Juiz-Ouvidor, Elcio Sabo, em conformidade com a Resolução nº 24, do Conselho de Administração do TJAC, editada em abril deste ano, bem como de acordo com a Resolução nº 103, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que definiram a criação da Ouvidoria. Além disso, a Ouvidoria de Justiça integra o conjunto de projetos do Planejamento Estratégico do Tribunal Acriano.



O propósito é atender às demandas dos cidadãos, tornar mais transparente e aperfeiçoar a prestação jurisdicional. Segundo as normas que criaram o órgão – Resolução nº 103, do CNJ, e Resolução nº 24, do Conselho de Administração do TJAC – não serão recebidas consultas, reclamações, denúncias e postulações que exijam providência ou manifestação de competência do Plenário ou da Corregedoria-Geral de Justiça.

Os registros também não poderão ser anônimos. Não serão recebidas denúncias de fatos que constituam crimes, por serem de competência do Ministério Público e das polícias.

Por outro lado, o cidadão poderá reclamar, denunciar, criticar, elogiar, esclarecer suas dúvidas e apresentar sugestões sobre os serviços e atividades do Judiciário. As manifestações serão encaminhadas aos setores administrativos competentes e o interessado será informado sobre as providências adotadas.

A Ouvidoria de Justiça funcionará de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 18h. Os serviços do órgão podem ser solicitados pessoalmente, na sua sede, por carta, por *e-mail*, por telefone ou por meio de formulário eletrônico disponível no portal do TJAC na Internet (www.tjac.jus.br/ouvidoria).

Após serem recebidas na Ouvidoria, as solicitações serão encaminhadas aos setores competentes e os interessados serão informados sobre as providências adotadas. As unidades judiciais e administrativas do Poder Judiciário prestarão os esclarecimentos solicitados pela Ouvidoria para o atendimento das demandas dos cidadãos.

A instalação da Ouvidoria obedece aos princípios constitucionais da transparência e eficiência e está alinhada à necessidade de se ter um canal de comunicação direta com o cidadão, para orientar, informar e receber colaboração para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pela Justiça Acriana.

Ao longo dos últimos meses, o espaço físico da unidade foi constituído e a sua equipe de servidores foi selecionada e capacitada. O sistema de cadastramento e controle estatístico das manifestações, cedido ao TJAC pelo CNJ, foi implantado com sucesso. E, mais recentemente, o Tribunal Pleno Administrativo escolheu como Ouvidor do Poder Judiciário Acriano o Juiz de Direito Elcio Sabo Mendes Júnior, titular da Vara de Drogas (Portaria nº 1938, publicada no DJE de 12/07/2011, fl. 01), que exercerá esta função pelo período de dois anos.

O cidadão interessado em entrar em contato com a Ouvidoria de Justiça do Acre terá a sua disposição quatro canais de atendimento:

Internet: www.tjac.jus.br/ouvidoria (formulário eletrônico)
E-mail: ouvidoria@tjac.jus.br
Teleatendimento: 0800 721 0001
Atendimento pessoal / Endereço para envio de cartas: Rua Benjamin Constant,
nº 1.209, Centro. Rio Branco-AC.

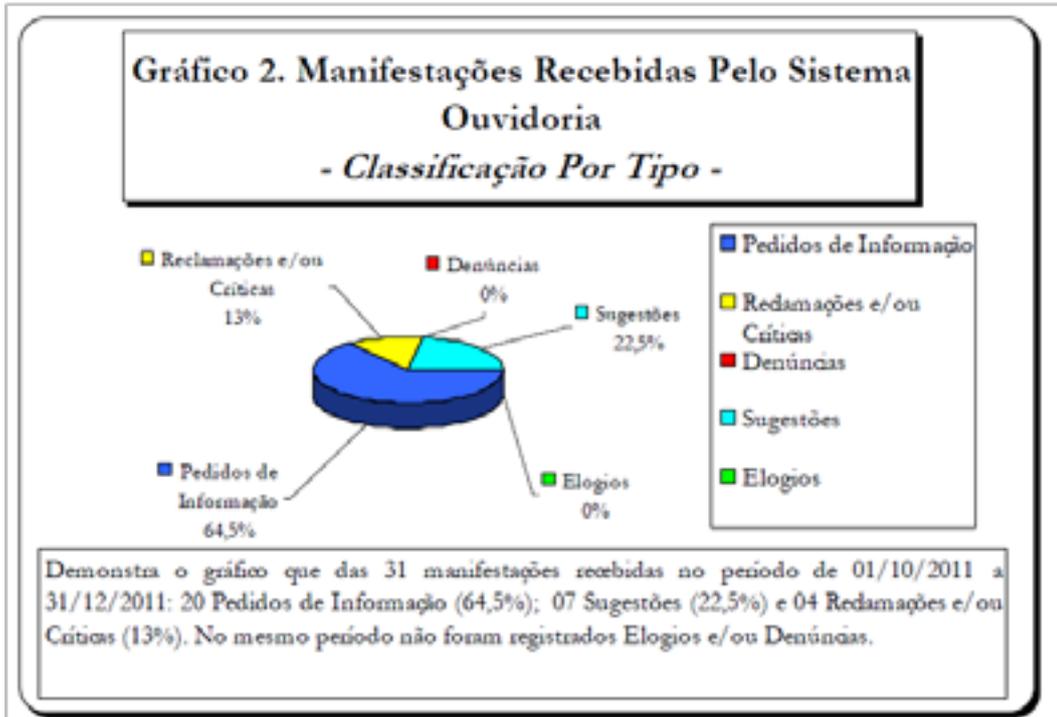


Gráfico 26: Manifestações recebidas pelo sistema da Ouvidoria
Fonte: Ouvidoria da Justiça

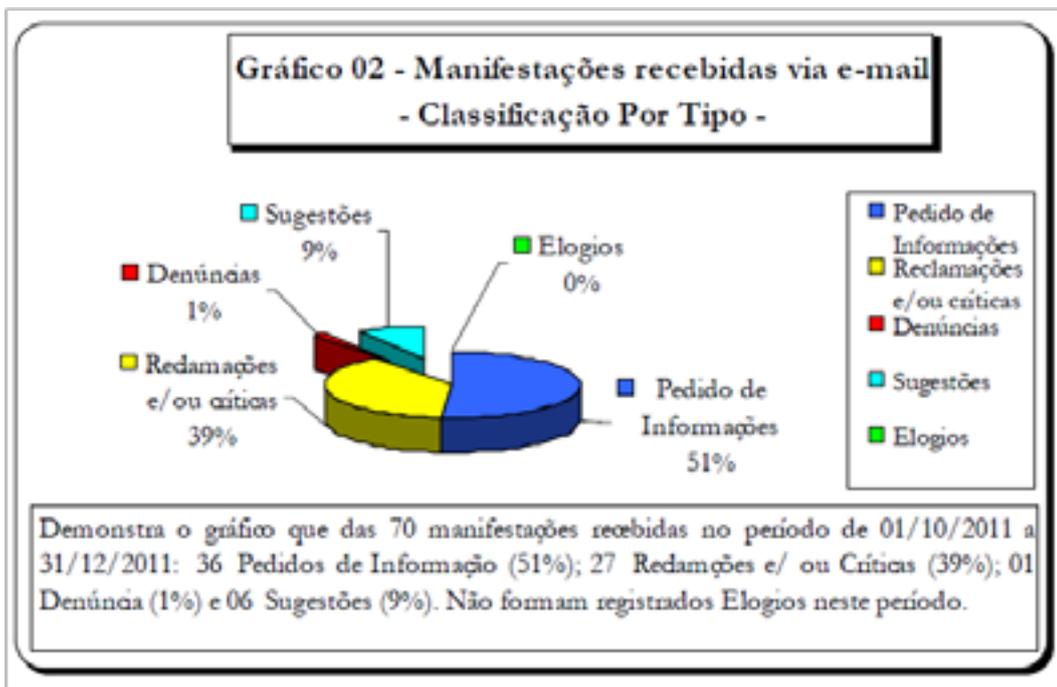


Gráfico 27: Manifestações recebidas por e-mail
Fonte: Ouvidoria da Justiça

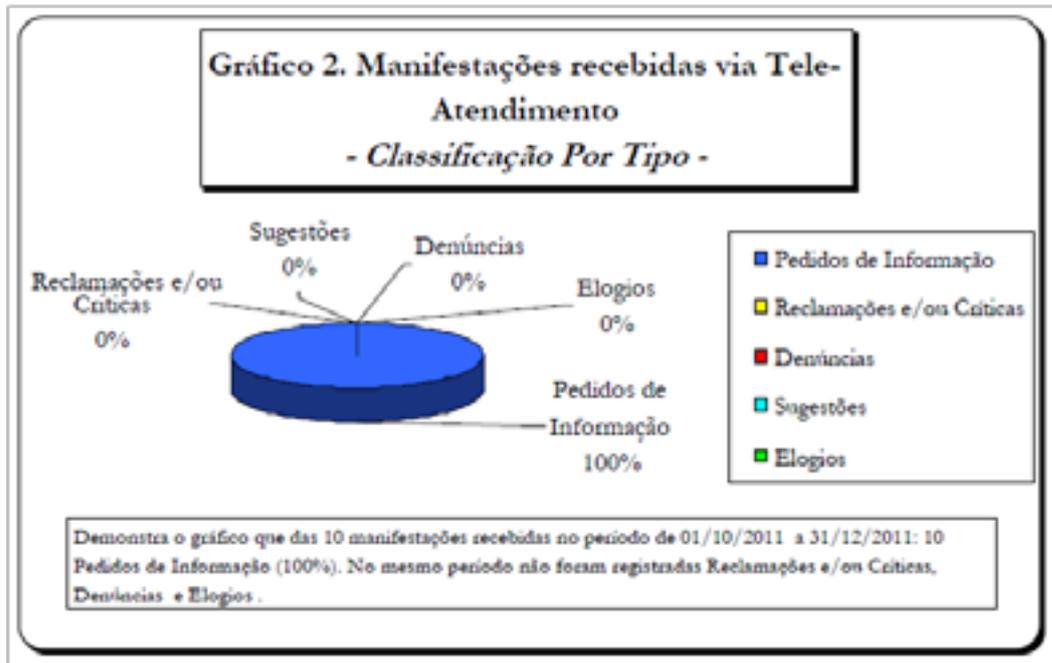


Gráfico 28: Manifestações recebidas via teleatendimento
Fonte: Ouvidoria da Justiça

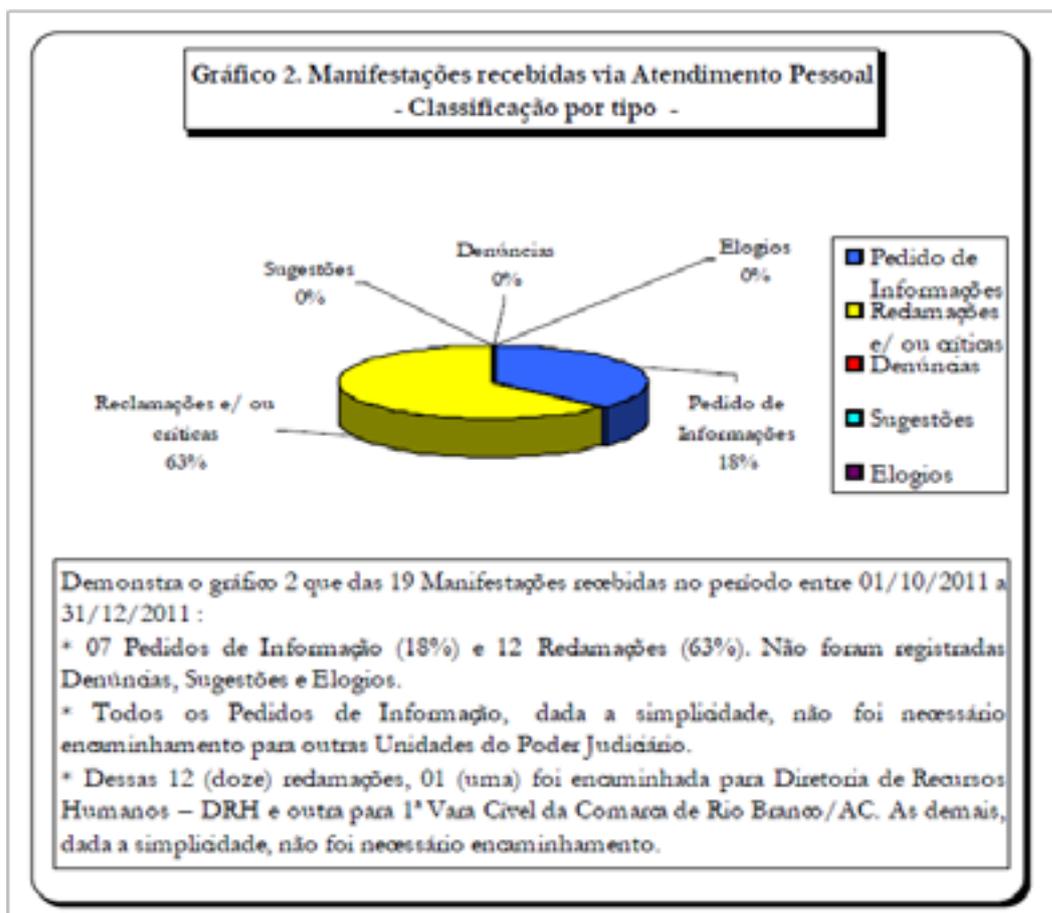


Gráfico 29: Manifestações recebidas via atendimento pessoal
Fonte: Ouvidoria da Justiça

IV

Gestão de Pessoas

**Resultado do cumprimento desse
tema estratégico: 53,5%**

22. Estimular e comprometer os Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas.

As metas 29, 30 e 31, estabelecidas no Planejamento Estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

22.1. Meta 29 - Aumentar para 70% o índice de avaliações positivas de clima organizacional

Esta Meta tem como objetivo subsidiar melhorias e ações corretivas levando em consideração a percepção do corpo funcional quanto aos fatores que causam impacto na motivação e produtividade no trabalho.

Resultado: **Meta não mensurada localmente** 

A pesquisa não foi realizada. Porém utilizando os dados da pesquisa nacional, tem-se um índice de 68,15%.

Ações desenvolvidas:

1 | Encontro de Servidores do Judiciário Acriano - 9 a 10 de setembro de 2011

O I Encontro de Servidores do Judiciário Acriano, iniciativa com o objetivo de integrar e valorizar os servidores da Justiça Estadual, envolveu mais de 450 participantes na sua primeira edição.

A programação do evento contou com homenagem aos servidores mais antigos, palestra motivacional, atividades culturais, esportivas e de lazer, serviços de saúde e beleza, sorteio de brindes e baile de confraternização.

Na área de esportes, ao longo do dia 10 de setembro, os mais concorridos foram o futebol e o voleibol, cujos torneios mobilizaram times compostos de servidores da capital e do interior. Os jogos de mesa também foram bastante concorridos. Sinuca, totó, tênis de mesa e xadrez agradaram a todos.

À tarde, a apresentação artística do grupo Jabuti-Bumbá Marupiara – um folguedo acriano surgido em 2005, que tem o jabuti como símbolo de resistência da devastação da floresta para a criação de pastos – encantou crianças e adultos. O espetáculo dançante e colorido estimulou a reflexão sobre ações concretas para a preservação da Amazônia.



Foto 39: I Encontro de Servidores do Judiciário Acriano

Também na parte da tarde foi realizado um animado sorteio de brindes. 30 prêmios, entre televisor, *dvd player*, microondas, passagem aérea, celular, batedeira, sanduicheira, garantiram a alegria dos participantes. Na mesma ocasião foram premiadas as equipes vencedoras dos torneios de futebol, voleibol e sinuca.

Ao longo do dia, os participantes do encontro puderam realizar uma diversidade de exames médicos, como vacinação, teste de glicemia capilar e aferição de pressão arterial, além de conhecer o programa de segurança alimentar e nutricional do SESC, chamado “Mesa Brasil”, que atua na conscientização e redistribuição de alimentos excedentes.

Muitos também procuraram os serviços de beleza. Corte de cabelo, penteado, maquiagem, além de massagem e limpeza de pele foram os mais procurados.

Promovido pelo Sindicato de Servidores do Poder Judiciário, o baile de confraternização do I Encontro de Servidores encerrou a programação do dia. A música ao vivo ficou por conta de Carlinhos Bahia e banda, que animou os participantes até às 2h da madrugada.

Todos os participantes reconheceram a importância da iniciativa e agradeceram a Direção do TJAC pela empreitada e organização do evento. “Valorização e integração dos servidores são os propósitos da atual gestão do Tribunal de Justiça. Vamos construir juntos um Poder Judiciário forte e respeitado”, afirmou o Diretor de Recursos Humanos do TJAC, Hiata-Anderson de Oliveira, membro da comissão organizadora do evento.

2 Projeto Saúde Preventiva

Este Projeto corroborou com essa meta mediante o comprometimento da Instituição com seus servidores. Projeto descrito no item 22.3.

3 Atividades desenvolvidas pela Diretoria de Recursos Humanos

DIA DO SERVIDOR PÚBLICO	DRH	SESC	28/10/2011
598 DECISÕES PROFERIDAS EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIDORES	Bel. Hiata-Anderson B. de Oliveira - Diretor	DRH	janeiro - dezembro/2011
243 APROVADOS NO CONCURSO FORAM CONVOCADOS	DRH	DRH	janeiro - julho/2011
ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DISCIPLINANDO O DESCONTO EM FOLHA DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS	DRH	DRH	fevereiro - abril de 2011

Tabela 43: Atividades da DRH que colaboraram com a Meta 29

Fonte: DRH

22.2. Meta 30 - Reduzir para 3% o índice de absenteísmo

Esta Meta tem como objetivo avaliar o nível de comprometimento dos servidores, bem como eventuais problemas relativos à gestão de RH que possam estar ocorrendo.

Resultado: **Meta cumprida** 

Esta Meta visa ao acompanhamento do número de faltas cometidas pelos servidores sem a devida justificativa. O resultado apresentado pode não representar a realidade haja vista a falta de mecanismos eficazes de marcação de ponto, ficando a Meta em 0,3% de faltas.

Ações desenvolvidas:

1 Atividades desenvolvidas pela Diretoria de Recursos Humanos

159 Consultas realizadas pelo psicólogo	Dr. Raimundo Alves de Souza Filho - psicólogo	Seção de Saúde	janeiro - outubro /2011
Elaboração de proposta de resolução e de manual do estágio sobre o estágio probatório e implantação	DRH	CECAP	fevereiro - junho de 2011

Tabela 44: Atividades desenvolvidas pela DRH para combater o absenteísmo
Fonte: DRH

22.3. Meta 31 - Alcançar 30% no índice de prevenção à saúde

Esta Meta tem como objetivo avaliar e aumentar a prevenção aos problemas de saúde dos servidores e magistrados.

Resultado: **Meta não cumprida** 

Como o TJAC não possui programa de saúde preventiva, este indicador foi calculado em função do número de atendimentos realizados durante o ano no Centro Médico. Resultado de 56% de pessoas atendidas.

Ações desenvolvidas:

Projeto Saúde Preventiva

NOME DO PROJETO	CÓDIGO
Implantação de Programa de Saúde Preventiva	3.4.13.27/2011

Objetivo

Implantar um programa de saúde, a ser gerido pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH) através do Centro Médico (CEMED), extensivo a todos os magistrados e servidores do Tribunal de Justiça

do Estado do Acre, com ênfase na melhoria geral da qualidade de vida e na criação de uma cultura de prevenção à saúde na Instituição.

Cronograma de Execução

FASE	MARCOS E ENTREGAS	2011		2012												
		Nv	Dz	Jn	Fv	Mç	Ab	M	Jn	Jl	Ag	Set	Ou	Nv	Dz	
INICIAÇÃO	Desenvolver o Termo de Abertura do Projeto	■														
	Definir os envolvidos no Projeto	■														
PLANEJAMENTO	Elaboração do plano de divulgação	■	■													
	Remessa do plano de divulgação ao gerente do Projeto		■													
	Envio do cronograma da ginástica laboral	■														
	Envio do relatório do diagnóstico ao gerente do Projeto	■														
	Desenvolver o plano de gerenciamento do Projeto	■	■													
	Remessa do plano ao gestor do Projeto		■													
EXECUÇÃO	Realização da campanha de divulgação			■	■											
	Realização da campanha de vacinação (3 fases) Hepatite A, B. * tétano/Coqueluche * Febre Amarela * Tríplice Viral (sarampo, caxumba e rubéola) * Influenza (GRIPE) * Raiva								■	■	■	■	■	■	■	■
	Realização do controle de pressão arterial e diabetes na CEMED				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	Realização das coletas para o exame papanicolau				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	Realização das atividades de ginástica laboral				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	Estudo de viabilidade: instrumentos corporativos de saúde	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	Relatórios das atividades desenvolvidas				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Avaliação das atividades															■	
ENCERRAMENTO	Solenidade com a presença do Presidente do TJAC															■

Tabela 45: Cronograma de execução do Projeto de Saúde Preventiva

Fonte: NEGEST/EPROJ

Atividades desenvolvidas pela Diretoria de Recursos Humanos

CAMPANHAS DE VACINAÇÃO: * Hepatite A, B. * tétano/Coqueluche * Febre Amarela * Tríplice Viral (sarampo, caxumba e rubéola) * Influenza (GRIPE) * Raiva ADMINISTRAÇÃO DE 734 VACINAS	Seção de Saúde	Unidades administrativas e judiciárias do TJ	janeiro - dezembro/2011
461 ATENDIMENTOS FISIOTERÁPICOS	Dr. Uriel Borges - Fisioterapeuta	Seção de Saúde	janeiro - outubro/2011
1.084 PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS	Dr. Samuel Alvim de Souza - Dentista	Seção de Saúde	janeiro - outubro/2011
1.746 CONSULTAS MÉDICAS	Dr. Wellyngton Menezes Melo - Médico	Centro Médico	janeiro - outubro/2011

Tabela 46: Atividades da DRH que colaboraram com a Meta 31
Fonte: DRH

22.4. Outras ações que indiretamente vieram a contribuir com o objetivo estratégico

1 Campanhas Publicitárias

No intuito de promover divulgação específica para algumas ações do Poder Judiciário, no ano de 2011, a ASCOM produziu algumas campanhas especiais de comunicação, entre elas:

- Campanha de Doação de Brinquedos Educativos
- Projeto Quintas do Araken
- Projeto Sebo do Centro Cultural
- Ouvidoria de Justiça
- Programa de Gestão Ambiental do Poder Judiciário Acriano
- Crack, Tô Fora!
- I Encontro de Servidores do Judiciário Acriano
- Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUS)
- Mutirão CEJUS e Seguro DPVAT
- Semana Nacional da Conciliação 2011 – Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos



As peças publicitárias utilizadas nas campanhas foram cartazes, *folders*, *banners* impressos e eletrônicos e ainda a cobertura jornalística com entrevistas e matérias em todos os veículos de comunicação.

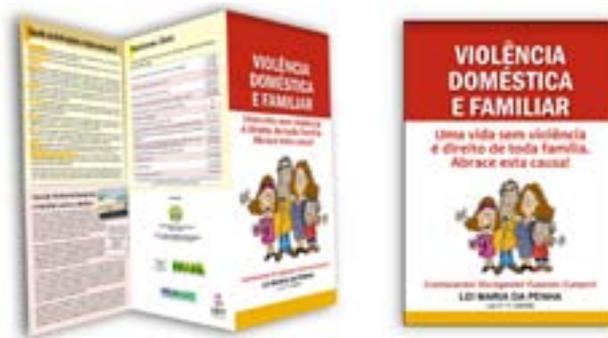
2 Publicações

No ano de 2011, a ASCOM viabilizou a reedição de cartilhas e *folders* sobre violência doméstica familiar, ação articulada aos projetos sociais desenvolvidos pela Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rio Branco.

- Cartilha e *Folders* “Violência Doméstica e Familiar – Uma vida sem violência é direito de toda família. Abraça esta causa!”

Desde o ano de 2009 o Tribunal de Justiça do Acre desenvolve o Projeto intitulado “Fortalecimento das atividades da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, que conta com financiamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça.

Como parte das ações previstas nesse Projeto está a produção de material didático (cartilhas e *folders*) para divulgação e conscientização sobre o tema. De forma simples, objetiva e ilustrada, o material, produzido e supervisionado pela ASCOM, explica o significado da Lei, as diferentes formas de violência praticadas contra as mulheres, o que são medidas protetivas e, ainda, orienta as vítimas como devem proceder diante dessas situações.



23. Revitalizar os recursos internos para prestação de serviços do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 75%

As metas 32, 33 e 34, estabelecidas no Planejamento Estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

23.1. Meta 32 - Aumentar para 70% o índice de capacitação nas competências estratégicas

Esta Meta tem como objetivo avaliar a necessidade de capacitação averiguando o grau de prontidão dos servidores com relação às competências necessárias à estratégia do Tribunal.

Resultado:

Meta não
cumprida



O desafio desta Meta é orientar o programa de capacitação do TJAC para que 70% dos cursos programados e executados estejam relacionados com a estratégia. O resultado final de 2011 foi de 50,72%.

Ações desenvolvidas:

1 Apresentado pelo NEGEST à Diretoria de Recursos Humanos o quadro das unidades administrativas para as quais capacitações estratégicas estavam programadas

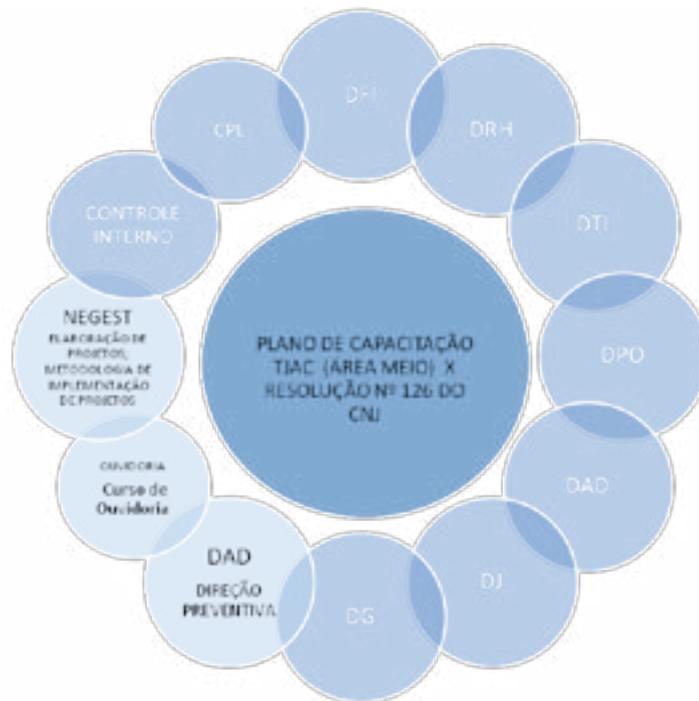


Gráfico 30: Gráfico das unidades administrativas que receberam capacitações nas áreas estratégicas
Fonte: NEGEST

	UNIDADES DA ÁREA MEIO QUE RECEBERAM CAPACITAÇÕES
	UNIDADES ÁREA MEIO QUE NÃO POSSUEM CAPACITAÇÕES PROGRAMADAS

2 Atividades desenvolvidas e/ou de que o Centro de Capacitação participou:

- Responsável pela Programação e Coordenação dos Cursos oferecidos mensalmente para os servidores do Poder Judiciário - Capital e Interior;
- Capacitação continuada voltada para os servidores das unidades judiciárias e administrativas;
- Coordenação e Organização das datas Comemorativas:
 - Dia Internacional da Mulher;
 - Dias das Mães;
 - Dias dos Pais;
 - Dia do Servidor Público;
 - Dia da Secretária.

- Responsável pela inscrição, seleção, lotação, acompanhamento, remanejamento e rescisão de estagiários;
- Elaboração e execução dos processos seletivos para:
 - Contratação de Conciliadores e Juizes Leigos (capital e interior);
 - Psicólogos e Assistentes sociais para a Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher;
 - Agentes Comunitários e profissionais da área de saúde.

3 Atividades das Ações Continuadas do CECAP:

Acompanhamento dos Convênios firmados com as Instituições de Ensino Superior para contratação de estagiários na modalidade de ESTÁGIO REMUNERADO E OBRIGATÓRIO; responsável, ainda, pela lotação, avaliação de desempenho, remanejamento e desligamento do estagiário;

Parceria de benefícios compartilhados com outras instituições governamentais e judiciais através de cursos de capacitação;

Agendamento para formalização de cessão de espaço físico do Centro para promoção de cursos, palestras, seminários e outros.

Parceria com o Instituto Euvaldo Lody – IEL na execução e fiscalização dos Termos de Compromisso de Estágio Obrigatório;

Convênio com as instituições de ensino: UFAC, UNINORTE, AESACRE, UNOPAR, COC, IEVAL, UNIP e FAAO, no intuito de contratar, através de processo seletivo, os estudantes das referidas instituições como estagiários do Tribunal de Justiça;

Cessão de salas e devidos equipamentos (computadores, *data show*, microfone, quadro branco, telão, etc.) para capacitação de estagiários e servidores.

23.2. Meta 33 - Atender 80% dos itens do Plano Nacional de Capacitação – CNJ

Esta Meta tem como objetivo acompanhar se o Plano Nacional de Capacitação está sendo implementado no TJAC.

Resultado: **Meta cumprida** 

Na avaliação desta Meta observou-se que 94,83% dos cursos programados atendiam ao Plano Nacional de Capacitação estabelecido pelo CNJ.

Ações desenvolvidas:

1 Capacitação dos servidores na comarca de Rio Branco

Nº	Curso	Carga horária	Período/Local	Nº de servidores	Investimento /facilitador
FEVEREIRO					
1	1º CICLO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	24H/A	02 A 04/02/11 08H ÀS 12H AUDITÓRIO FAAO E UNINORTE	117	SEM ÔNUS SERVIDORES DO TJ

2	1º CICLO DE CAPACITAÇÃO/SAJ NOVOS SERVIDORES E OFICIAIS DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR	4H/A	03 E 04/02/2011 08H ÀS 12H E 14H ÀS 18H LABORATÓRIO DA FFAO	47	SEM ÔNUS RONALEUDO DA SILVA SANTOS E ALESSANDRO MENDONÇA SERVIDORES DO TJ
3	1º CICLO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA	16H/A	07 E 08/02/11, DAS 08H ÀS 12 E DAS 14H ÀS 18H AUDITÓRIO DO CECAP	38	SEM ÔNUS GIORDANE DE SOUZA DOU- RADO E ANASTÁCIO LIMA DE MENEZES FILHO MAGISTRADOS DO TJ
4	SISTEMA DE AUTOMAÇÃO/SAJ	12H/A	21 A 23/02 LABORATÓRIO DE INFOR- MÁTICA.	45	SEM ÔNUS ALEXANDRE PRADO CASSEB, LUZIA CRISTIANE DA SILVA BAR- BOSA CUNHA E RONALEUDO DA SILVA SANTOS SERVIDORES DO TJ
Março					
5	ORÇAMENTO DO MÉS- TICO	12H/A	24 E 25/03 08H ÀS 12H AUDITÓRIO DO CECAP	23	SEM ÔNUS JOSÉ IDALÉCIO DE SOUZA GAL- VÃO SERVIDOR DO TJ
Abril					
6	ORGANIZAÇÃO JUDICI- ÁRIA E CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA	12H/A	18 A 20/04 08H ÀS 12H AUDITÓRIO DO CECAP	14	SEM ÔNUS TAINAH MENDES FONTENELE DA SILVA SERVIDORA DO TJ
Maio					
7	2º CICLO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	34H/A	02 A 13/05 AUDITÓRIO DO CECAP 08H ÀS 13H	84	SEM ÔNUS SERVIDORES DO TJ
8	CAPACITAÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS	18H/A	09 E 10/05 08H ÀS 13H AUDITÓRIO DO CECAP	19	SEM ÔNUS RONALEUDO DA SILVA SANTOS, GLÓRIA MARIA GOMES DA SILVA, MARIA GORETH DE AMORIM SERVIDORES DO TJ
9	CURSO BÁSICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	20H/A	16 A 20/05/ 14H ÀS 18H AUDITÓRIO DO CECAP	56	SEM ÔNUS/PARCEIRIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA
10	PALESTRA "PREVI- DÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO – CONHEÇA SEUS DI- REITOS"	2H/A	25/05 15H ÀS 17H AUDITÓRIO DO CECAP	20	SEM ÔNUS/PARCEIRIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA
Junho					
11	INFORMÁTICA BÁSICA	40H/A	06 A 10/06 08H ÀS 12H E 14H ÀS 18H AUDITÓRIO DO CECAP	15	R\$ 1.990,00 SAMIR DA SILVA ALMEIDA SENAC
12	MESA REDONDA "A DEFINIÇÃO DOS LIMI- TES ORÇAMENTARIOS PELOS PODERES DO ESTADO"	2H/A	10/06/2011 19H AS 21H AUDITÓRIO DA FFAO	93	
13	PRÁTICAS CARTORÁ- RIAS CÍVEIS	20H/A	13 A 17/06 08H ÀS 13H AUDITÓRIO DO CECAP	24	SEM ÔNUS ANA LÚCIA COSTA FELISBERTO SERVIDORA DO TJ
14	PRÁTICAS CARTORÁ- RIAS CRIMINAIS	20H/A	27 A 30/06 08H ÀS 13H AUDITÓRIO DO CECAP	26	SEM ÔNUS MARIA DO SOCORRO SILVA DE SOUZA MACHADO SERVIDORA DO TJ

Julho					
15	3º CICLO DE CAPACITAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES	34/A	02 A 12/07 08H ÀS 12H AUDITÓRIO DO CECAP	41	SEM ÔNUS SERVIDORES DO TJ
16	ÉTICA PROFISSIONAL E EXCELENCIA NO ATENDIMENTO AO USUÁRIO	20H/A	19 A 22/07/2011 AUDITÓRIO DO CECAP 08H ÀS 13H	21	SEM ÔNUS MARIA GORETH DE AMORIM SERVIDORA DO TJ
17	ÉTICA PROFISSIONAL E EXCELENCIA NO ATENDIMENTO AO USUÁRIO	20H/A	25 A 29/07/2011 AUDITÓRIO DA VARA DA VIOLÊNCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 14H ÀS 18H	20	SEM ÔNUS MARIA GORETH DE AMORIM SERVIDORA DO TJ
18	LICITAÇÕES E CONTRATOS	20H/A	25 A 29/07/2011 AUDITÓRIO DO CECAP 14H ÀS 18H	77	SEM ÔNUS/PARCELIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES JOÃO MANOEL MENDES E LOURIVAL DA SILVA NOLASCO
Agosto					
19	CURSO DE VIGILANTE	160H/A	01/08 A 25/08 MANHÃ E TARDE VIGIACRE	27	R\$ 13.500,00 MARCO ANTÔNIO SANTOS DA SILVA CARLOS ASMOUV GOMES BELARMINO ROZARIA MAIA DE LIMA IRIS PEREIRA DE ARAÚJO E SILVA JEAN CARLOS AMARAL GLADSON ROCHA ROQUE RAIMUNDO PERES LOPES JOSÉ MARCONDE DA SILVA (VIGIACRE)
20	OFICINA DE ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA	6H/A	08 E 09/08/2011 15H ÀS 18H AUDITÓRIO DO CECAP	33	SEM ÔNUS HELIO OLIVEIRA DE CARVALHO E SILVIA CRISTINE BEZERRA DA SILVA PEREIRA SERVIDORES DO TJ
21	CURSO GP-WEB	6H/A	11 E 12/08/2011 AUDITÓRIO DO CECAP	23	SEM ÔNUS NEILL ALEXANDRE AGUIAR SERVIDOR DO TJ
22	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CONCILIADORES	40H/A	15 A 26/08/2011 08H ÀS 12H AUDITÓRIO DO CECAP	17	SEM ÔNUS MIRLA REGINA DA SILVA CUTRIM MAGISTRADA DO TJ
23	FERRAMENTA DE QUALIDADE 5S	12H/A	17 A 19/08/2011 08H ÀS 12H AUDITÓRIO DO CECAP	14	SEM ÔNUS MARIA GORETH DE AMORIM SERVIDORA DO TJ
24	NOÇÕES BÁSICAS DE PERÍCIA DE TRÂNSITO E DIREÇÃO DEFENSIVA	20H/A	22 A 26/08/2011 AUDITÓRIO DO CECAP 14H ÀS 18H	28	SEM ÔNUS ERMARI MACAMBIRA BRAGA JUNIOR SERVIDOR DO TJ
25	PALESTRA POUPAR E CONTROLE FINANCEIRO	3H/A	26/08/2011 AUDITÓRIO DO CECAP 09H ÀS 12H	16	SEM ÔNUS/PARCELIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES CEL. RUYTER DUIZIT COLIN
Setembro					
26	MEIO AMBIENTE E A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	04H/A	08/09 9H ÀS 13H AUDITÓRIO DO CECAP	13	SEM ÔNUS/PARCELIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES BIÓLOGA DAISY GOMES DA SILVA

27	FICALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AMBIENTE	12H/A	12 A16/09 15H ÀS 18H AUDITÓRIO DO CECAP	08	SEM ÔNUS/PARCEIRIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES ALEX DA SILVA MACHADO
28	PRÁTICAS CARTORARIAS DAS VARAS DE FAMÍLIA	20H/A	12 A16/09 14H ÀS 18H AUDITÓRIO DO CECAP	18	SEM ÔNUS MARIA DARCY GOMES CARVALHO SERVIDORA DO TJ
29	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL X A NOVA REFORMA ORTOGRÁFICA	40H/A	19 A30/09 14H ÀS 18H AUDITÓRIO DO CECAP	65	SEM ÔNUS GLÓRIA MARIA GOMES DA SILVA SERVIDORA DO TJ
OUTUBRO					
30	UTILIZAÇÃO DO NOVO GED – GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS	4H/A	03 A 11/10 8H ÀS 12H E 14H ÀS 18H AUDITÓRIO DO CECAP	95	SEM ÔNUS NEILL ALEXANDRE NUNES AGUIAR SERVIDOR DO TJ
31	COMUNICAÇÃO ESCRITA E REDAÇÃO OFICIAL NA ADMINISTRAÇÃO	20H/A	17 A 21 14H ÀS 18H AUDITÓRIO DO CECAP	51	SEM ÔNUS ODSON LOPES MOREIRA SERVIDOR DO TJ
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS DA CAPITAL					509
TOTAL DE CURSOS OFERECIDOS NA CAPITAL					31
INVESTIMENTO FINANCEIRO					R\$ 15.490,00

Tabela 47: Capacitações oferecidas na comarca de Rio Branco

Fonte: CECAP

2 Capacitação dos servidores nas comarcas do interior

Curso	Comarca	Carga Horária	Período/ Local	Número de Servidores	Investimento/ Facilitador
ÉTICA E AS RELAÇÕES INTER-PESSOAIS NO TRABALHO	SENADOR GUIOMARD	04h/a	04/07/2011 08h às 12h Auditório da Comarca	14	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ
	CAPIXABA	04h/a	04/07/2011 14h às 18h Auditório da Comarca	08	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ
	PLACIDO DE CASTRO	04h/a	05/07/2011 08h às 12h Auditório da Comarca	14	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ
	ACRELÂNDIA	04h/a	05/07/2011 14h às 18h Auditório da Comarca	12	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ
	XAPURI	04h/a	06/07/2011 14h às 18h Auditório da Comarca	17	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ
	EPITACIOLÂNDIA	04h/a	07/07/2011 08h às 12h Auditório da Comarca	14	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ

	BRASILEIA	04h/a	07/07/2011 14h às 18h Auditório da Comarca	21	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ
	ASSIS BRASIL	04h/a	08/07/2011 08h às 12h Auditório da Comarca	11	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ
	BUJARI	04h/a	11/07/2001 08h às 12h Auditório da Comarca	09	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ
ÉTICA E AS RE- LAÇÕES INTER- PESSOAIS NO TRABALHO	SENA MADU- REIRA	04h/a	25/07/2011 08h às 12h Auditório da Comarca	24	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ
O PAPEL DO JUIZ E DO CARTÓRIO NA GARANTIA DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO		06h/a	10 e 11/03/2011 Auditório da Comarca	23	Sem ônus Edinaldo Muniz dos Santos Magistrado do TJ
PRÁTICAS CAR- TORÁRIAS MO- DERNAS NA ERA DO SAJ		40h/a	04 a 18/10/2011 das 07h30min. às 09h e das 17h30min às 20h	26	Sem ônus Edinaldo Muniz dos Santos Magistrado do TJ
ÉTICA E AS RE- LAÇÕES INTER- PESSOAIS NO TRABALHO	MANOEL UR- BANO	04h/a	13/07/2011 08h às 12h Auditório da Comarca	12	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ
	FEIJÓ	04h/a	14/07/2011 14h às 18h Auditório da Comarca	11	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ
	TARAUACÁ	04h/a	15/07/2011 08h às 12h Auditório da Comarca	25	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ
	MÂNCIO LIMA	04h/a	17/07/2011 Auditório da Comarca	10	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ
	CRUZEIRO DO SUL	04h/a	18 e 19/07/2011 08h as 12 e 14h às 18h Auditório da Comarca	85	Sem ônus Glória Maria Gomes da Silva e Graciane da Silva Bonfim Servidoras do TJ
Total de servidores capacitados no interior					336
Total de cursos oferecidos nas comarcas do interior					3

Tabela 48: Capacitações oferecidas nas comarcas do interior

Fonte: CECAP

3 Resultados obtidos no ano de 2011 com as capacitações dos servidores

- Total de servidores capacitados: 845
- Total de cursos oferecidos: 34
- Total de comarcas contempladas com cursos: 15

4 Atividades desenvolvidas pela Escola da Magistratura do Acre – ESMAC



Foto 40: Atividade de capacitação e aperfeiçoamento de magistrados

QUADRO GERAL DE ATIVIDADES REALIZADAS			
Período: janeiro a dezembro de 2011			
MÊS	ATIVIDADE	Nº DE INSCRITOS	Nº DE PARTICIPANTES
JANEIRO	Administração Financeira e Orçamentária (Promovido pela Enfam) Docente: Doutor Daniel Veloso Couri - Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU)	-	01 - magistrado
FEVEREIRO	Consumidor VI – Tutelas Administrativas e Penal no CDC - via web, disponibilizado pela Escola Paulista da Magistratura – EPM – 30h (14 a 28/02/2011)	07	03 – magistrados
	Gestão de Varas Criminal (promovido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam)	10	02 - magistrados
MARÇO	Consumidor VII – Teoria Geral do Direito do Consumidor – via web, disponibilizado pela Escola Paulista da Magistratura – EPM – 30h (21/03 a 18/04/2011)	04	02 - magistrados
ABRIL	I Jornada de Estudos - 1º dia - Homenagem Especial ao Desembargador Antônio Rulli Júnior - Atividade de Multiplicação – Filosofia do Direito e Magistratura	28	35 - magistrados
	I Jornada de Estudos - 2º dia - Mesa redonda (Contratos Bancários, DPVAT, Violência Doméstica e Teoria da Asserção)	28	34 - magistrados
ABRIL	I Jornada de Estudos – 3º dia - Curso Presencial: Influência da Personalidade do Magistrado no exercício profissional (credenciado pela Enfam, Portaria n.º 257/10 – 10h/a)	28	37 - magistrados
	I Jornada de Estudos – 4º dia - Curso Presencial: Influência da Personalidade do Magistrado no exercício profissional (credenciado pela Enfam, Portaria n.º 257/10 – 10h/a)	28	35 - magistrados
MAIO	Consumidor VIII – Responsabilidade Civil no CDC – via web, disponibilizado pela Escola Paulista da Magistratura – EPM – 30h (02/05 a 08/08/2011)	07	03 - magistrados
JUNHO	II Jornada de Estudos - 1º dia - Atividade de multiplicação – Administração Financeira e Orçamentária - Atividade de multiplicação – XXIX Fórum Nacional dos Juizados Especiais (promovido pela Fonaje) - Workshop – Virtualização de Unidade Jurisdicional – Processo Eletrônico – Capacitação - Atividade de multiplicação – II Encontro de Diretores e Coordenadores Pedagógicos das Escolas da Magistratura (Promovido pela Enfam)	23	28 - magistrados
	II Jornada de Estudos - 2º dia - Curso Presencial “O Juiz e a Ética” (credenciado pela ENFAM Portaria n.º 50/08 – 15h/a)	28	38 - magistrados

	II Jornada de Estudos - 3º dia - Curso Presencial "O Juiz e a Ética" (credenciado pela ENFAM Portaria nº 50/08 – 15h/a) Estudos de casos/avaliação	23	34 - magistrados
AGOSTO	Curso "A Fazenda Pública em Juízo" – via web, disponibilizado pela Escola Paulista da Magistratura – EPM (18/08 a 27/10/2011)	10	08 – magistrados
SETEMBRO	Consumidor IX – Oferta e proteção contratual no CDC – via web, disponibilizado pela Escola Paulista da Magistratura – EPM (22/08 a 12/12/2011)	10	Em andamento
	Grupo de Estudos "Filosofia Política e do Direito"	08	05 – magistrados 03 - servidores
	III Jornada de Estudos – 1º dia - Encontro com a Magistratura do Acre - Palestra: Invocação Organizacional no Setor Público - Palestra: Reunião de Trabalho com os Magistrados	22	38 – magistrados
SETEMBRO	III Jornada de Estudos – 2º dia - Atividade de multiplicação – Gestão de Varas Criminais – Promovido pelo Conselho Nacional de Justiça e Enfam. - Atividade de multiplicação – Direito Comparado do Consumidor - Mesa redonda – Procedimento da Execução Fiscal - Mesa redonda – Procedimento da Execução nas Varas de Família - Atividade de multiplicação – II Encontro de Diretores e Coordenadores Pedagógicos das Escolas da Magistratura (Promovido pela Enfam) e XXV Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais – COPEDEM	22	36 - magistrados
	III Jornada de Estudos – 3º dia - Oficina de Planejamento Estratégicos dos Juizados Especiais	22	36 - magistrados
	III Jornada de Estudos – 4º dia - Oficina de Planejamento Estratégicos dos Juizados Especiais (continuação) - Oficina para Padronização de Moldes Institucionais do SAJ (audiências, mandados etc)	22	35 - magistrados
	Grupo de Estudos "Filosofia Política e do Direito"	04	04 - magistrados
OUTUBRO	182º Concurso de Ingresso na Magistratura - curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento - via web, disponibilizado pela Escola Paulista da Magistratura - EPM (04/10 a 1º/12/2011)	06	Em andamento
	Grupo de Estudos "Filosofia Política e do Direito"	06	06 - magistrados
NOVEMBRO	Grupo de Estudos "Filosofia Política e do Direito"	08	08 - magistrados
DEZEMBRO	IV Jornada de Estudos – 1º dia - Informes sobre o XXVI COPEDEM e Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Magistratura - Curso: A construção da imagem institucional do Poder Judiciário - Palestra Inaugural: Judiciário, Mídia e Opinião Pública	15	31
	IV Jornada de Estudos – 2º dia - Curso: A construção da imagem institucional do Poder Judiciário - Mesa redonda Tema: Questões controvertidas nas execuções penais – Alimentação dos dados para formação do Relatório de Acompanhamento de Pena - RAP - Tema: Cálculo dos prazos nas Execuções Penais - Tema: Sugestões para uniformização dos procedimentos de execução penal	15	32
DEZEMBRO	IV Jornada de Estudos – 3º dia - Hora da Corregedoria - Atividade de multiplicação Tema: Os novos enunciados das Jornadas de Direito Civil - Atividade de multiplicação Tema: A intervenção de terceiros no Anteprojeto de Código de Processo Civil - Atividade de multiplicação Tema: O novo procedimento da fiança	15	30 - magistrados
TOTAL GERAL		377	489

Tabela 49: Quadro geral de atividades realizadas pela ESMAC

Fonte: ESMAC



Infraestrutura e Tecnologia

**Resultado do cumprimento desse
tema estratégico: 62%**

24. Fomentar o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos, habilidades e atitudes dos Magistrados e Servidores.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 33%

A Meta 35, estabelecida no Planejamento Estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com a Meta.

24.1. Meta 35 - Realizar 9 reuniões de Gestão do Conhecimento para magistrados e servidores

Esta Meta tem como objetivo incentivar a adoção de práticas relativas à Gestão do Conhecimento do TJAC.

Resultado:

Meta não cumprida 

Foram realizadas 3 reuniões, das 9 programadas.

Ações desenvolvidas:

1 Oficina de Planejamento Estratégico dos Sistemas dos Juizados Especiais

Esta ação está descrita no item 17.5, nas ações desenvolvidas, item 4.

2 Realizada oficina para construção do Termo de Referência padrão da Instituição

Foi desenvolvida uma oficina objetivando construir um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes a cerca da elaboração de Termo de Referência para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito do TJAC visando assim:

- Promover a padronização de procedimentos na formalização do termo de referência;
- Adotar um modelo padrão da Instituição;
- Construir, divulgar e manter a base de conhecimento gerada, proporcionando a sua utilização ao longo do tempo (manual de referências para elaboração de termo de referência).

Desenvolvimento da Oficina

- 1ª Etapa: Apresentação dos pressupostos legais atinentes à fase preparatória do processo de aquisição de bens e serviços;
- 2ª Etapa: Questões essenciais do planejamento do processo de compra;
- 3ª Etapa: Melhorias e validação do modelo de termo de referência da instituição;
- 4ª Etapa: Documentação (modelo e manual).

3 Processo de seleção de pessoas

A gestão de pessoas vem trazendo vantagens competitivas às organizações no sentido de lotar as pessoas certas nos lugares certos.

Seguindo essa metodologia, a Gestão de Pessoas do TJAC vem adotando a prática de processo de recrutamento e seleção e obtendo bons resultados.

Seguem alguns dos processos de seleção praticados no ano de 2011:

- Recrutamento interno para compor equipe da Ouvidoria

A equipe de servidores da Ouvidoria de Justiça foi composta a partir de recrutamento interno, realizado no primeiro semestre de 2011. Após a seleção, a equipe passou por capacitação e treinamento para atendimento ao cidadão e utilização do sistema de registro de demandas.



Foto 41: Solenidade de instalação da Ouvidoria de Justiça, em julho de 2011

- Recrutamento interno para compor equipe do Centro de Soluções de Conflitos e Cidadania de Rio Branco

A composição da equipe do CEJUS Rio Branco também ocorreu por meio de processo de seleção interna, realizado em julho de 2011. O recrutamento foi voltado para servidores efetivos da Comarca da Capital, com experiência em conciliação e mediação.

- Recrutamento interno para compor equipe do Núcleo de Programas Sociais

Com a criação do Núcleo de Programas Sociais (NPROS), órgão de apoio vinculado à Presidência do TJAC, o processo seletivo interno para formação da sua equipe de cinco servidores aconteceu no período de 11 a 15 de julho, em duas etapas, a primeira de avaliação psicológica e a segunda de avaliação técnica.

- Processo de seleção interno para compor o Escritório de Projetos do NEGEST

Ao longo do primeiro semestre de 2011 o NEGEST realizou processo seletivo interno para recrutamento de novos servidores, objetivando a composição do Escritório de Projetos do TJAC. O processo ocorreu com etapas de entrevista técnica, dinâmica de grupo e entrevista psicológica. Ao final, os cinco servidores com melhor desempenho foram escolhidos.

Essa foi a segunda seleção interna para composição do Escritório de Projetos, unidade de planejamento e gestão do TJAC, que iniciou suas atividades em novembro de 2010.

A partir de então, a nova unidade vem trabalhando na perspectiva de facilitar a elaboração, a condução e a execução de todos os projetos definidos no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Acriano, aprovado em 2010 e com previsão para cumprimento até 2014.

O Escritório atua como uma assessoria técnica e metodológica no auxílio à aplicação de padrões de gerenciamento de projetos, imprimindo transparência, agilidade e controle do Planejamento do Tribunal. Suas atividades são orientadas e coordenadas pelo NEGEST.

- Processo seletivo para Juiz Leigo destinado a 14 comarcas do Estado

As provas objetiva e subjetiva do processo seletivo para a contratação temporária de Juízes Leigos foram aplicadas no dia 6 de fevereiro de 2011.



Foto 42: Aplicação das provas objetiva e subjetiva do processo seletivo para Juiz Leigo, em fevereiro de 2011

Aberta pelo Edital nº 01/2010, a seleção destinou-se ao preenchimento de 16 vagas em 14 Comarcas: Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Acrelândia, Brasileia, Assis Brasil, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Feijó, Mâncio Lima, Sena Madureira, Senador Guiomard, Tarauacá e Xapuri.

Foi considerado habilitado à correção da prova subjetiva o candidato que obteve, no mínimo, 50% de pontuação na prova objetiva; e foi considerado aprovado no processo seletivo o candidato que obteve, no mínimo, 50% do somatório das notas das provas objetiva e subjetiva.

- Comarcas da capital e interior realizaram processos seletivos para estagiários

De acordo com os editais, puderam se inscrever os alunos que estavam regularmente matriculados e cursando a partir do 3º período, equivalente ao 2º ano, para cursos que tenham duração igual ou superior a quatro anos; e os acadêmicos que tenham atingido 25% do curso, para cursos que tenham duração inferior a quatro anos. Não foram aceitas inscrições de candidatos que estavam cursando o último ano da faculdade, de maneira que não poderiam cumprir, no ato da convocação, um ano de estágio.

Somente puderam participar das seleções candidatos estudantes de faculdades ou universidades conveniadas com o Tribunal de Justiça, a saber: Universidade Federal do Acre (UFAC),

Faculdade da Amazônia Ocidental (FAAO), União Educacional do Norte (UNINORTE), Associação de Ensino Superior do Acre (AESACRE), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), nas áreas de Letras, Pedagogia, Direito, História, Sistemas de Informação, Administração, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e Serviço Social.

O estágio tem duração de, no mínimo, um ano, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração do TJAC. A jornada de trabalho será de quatro horas diárias, ou seja, de 20 horas semanais.

O TJAC assegura aos estagiários uma bolsa-auxílio, correspondente a um salário mínimo vigente no País, mais auxílio-transporte, a redução da jornada de trabalho pela metade nos dias de avaliação, desde que comprovadas previamente pela Instituição de Ensino. Também é assegurado ao estagiário um período de recesso de 30 dias, além de inteiro acesso aos serviços do Centro Médico dos Servidores do Poder Judiciário.

- Vara de Violência Doméstica de Rio Branco também realizou processo seletivo para psicólogos e assistentes sociais

Realizada em dezembro de 2011, a seleção ofereceu seis vagas, sendo três para profissionais com curso superior na área de psicologia e três destinadas à área de serviço social. Com carga horária semanal de 35 horas, o contrato de trabalho terá duração de seis meses e prevê uma remuneração de R\$ 3.464,13.

25. Garantir às unidades do Judiciário infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 91%

As metas 36 a 43, estabelecidas no Planejamento Estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Segue abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

25.1. Meta 36 - Aumentar para 60% o índice de virtualização de processos

A Meta tem como objetivo fomentar o aumento do número de processos virtualizados.

Resultado:

Meta não
cumprida



Com a execução do Projeto de Virtualização dos processos na capital, foi possível fechar o ano de 2011 com 24,98% dos processos virtualizados. Sendo que o cálculo da Meta é: % de processos novos eletrônicos/ total de processos novos.

Ações desenvolvidas:

1 Projeto de Virtualização das Unidades Judiciárias da Comarca de Rio Branco

NOME DO PROJETO	CÓDIGO
Virtualização das Unidades Judiciais da comarca de Rio Branco	2.3.7.02/2011

Objetivo

Implantar o Sistema do Processo Judicial Virtual da comarca de Rio Branco.

Cronograma de execução

FASE	MARCOS E ENTREGAS	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Início	Termo de iniciação	24/3/11									
	Identificar as partes envolvidas	10/3/11									
Planejamento	Entrega do plano de Gerenciamento do Projeto	05/04/11									
Execução	Firmar parceria com o executivo		14/4/11								
	Parcerias c/ a OAB, SEJUSP, MP, DP							9/9/11			
	Aquisição de novos equipamentos				28/6/11						
	Normatização e padronização				15/06/11						
	Treinamento para servidores e magistrados										19/12/11
	Virtualizar os processos das unidades judiciais de 1º grau										19/12/11
	Monitoramento e controle	Monitorar as atividades das unidades envolvidas									
	Acompanhar a Implantação da virt. das varas da capital										19/12/11
Encerramento	Solenidades de encerramento da virtualização										23/12/11

Tabela 50: Cronograma de execução do projeto de virtualização

Fonte: Escritório de Projetos

TJAC inicia processo de virtualização de unidades judiciárias de Rio Branco.

A Vara de Registros Públicos foi piloto do Projeto, que irá abranger 29 unidades da Capital. Até o início desse Projeto, seis unidades já tinham sido virtualizadas:

- Vara de Delitos de Drogas e Acidentes de Trânsito
- Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
- 2ª Vara do Tribunal do Júri
- Vara de Execuções Penais
- Juizado Especial da Fazenda Pública
- Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas

Juiz Marcelo Badaró, titular da Vara de Registros Públicos, fez questão de destacar que a virtualização irá assegurar maior celeridade e transparência ao trabalho da Justiça:

“O impacto disso será positivo, porque toda a vida processual das pessoas será resolvida com muito mais agilidade, além de garantir maior transparência, já que não há mais necessidade de as pessoas se dirigirem aos fóruns para consultar os seus processos. Elas poderão consultá-los a partir de qualquer computador. A virtualização representa um grande avanço, pois, ao agregar tecnologia, iremos imprimir mais qualidade em nossos serviços.”



Foto 43: Virtualização da Vara de Registros Públicos de Rio Branco

Uma das vantagens imediatas do processo de virtualização é a possibilidade de se divulgar na Internet – com amplo acesso à população - os dados básicos de todos os processos em tramitação, incluindo o interior do teor das decisões.

A modernização diminui também os gastos com o transporte físico dos processos, permitindo a redução de despesas com gasolina e com remessas pelos Correios. Essa despesa se tornava ainda maior quando processos de muitos volumes eram remetidos a instâncias superiores, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Desde julho de 2009, o Tribunal de Justiça Acriano aderiu ao projeto de digitalização de processos em papel enviados ao STF. Com a medida, o conjunto de peças que documentam a atividade jurisdicional, desde então, chega ao Supremo eletronicamente, via Internet.

Para se ter uma noção da economia que a virtualização proporciona, com a remessa de processos por meio eletrônico, os tribunais de todo Brasil economizam conjuntamente cerca de R\$ 20 milhões por ano.

Além de otimizar a tramitação dos processos, o sistema facilita o acesso de advogados e partes aos recursos digitalizados. O acesso só podia ser feito na sede do STF e STJ, no horário de funcionamento dos tribunais, e agora pode ser realizado 24 horas por dia, de qualquer computador, em qualquer lugar com acesso à Internet.

Durante toda esta semana, equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação realizou o treinamento dos servidores da unidade judiciária, a fim de que estivessem capacitados para lidar com o processo judicial em meio eletrônico.



Foto 44: Desembargador-Presidente Adair Longuini (D), o Juiz Auxiliar da Presidência, Laudivon Nogueira (C), e o Juiz Marcelo Badaró (E), titular da Vara de Registros Públicos, acompanham os trabalhos

Progresso na informatização do Tribunal de Justiça: Unidades Virtualizadas em 2011:

Virtualização de 13 (treze) Unidades Jurisdicionais da Comarca de Rio Branco:

01	Vara de Execuções Penais
02	Vara de Penas e Medidas Alternativas
03	Vara de Registros Públicos
04	1º Juizado Especial Cível – FAAO – Trânsito
05	2º Juizado Especial Cível
06	3º Juizado Especial Cível – Justiça itinerante
07	1º Juizado Especial Criminal
08	2º Juizado Especial Criminal
09	1ª Vara da Infância e Juventude
10	2ª Vara da Infância e Juventude
11	1ª Vara Criminal
12	2ª Vara Criminal
13	4ª Vara Criminal

Tabela 51: Unidades virtualizadas em 2011

Fonte: DTI

Instalação de unidades virtuais, na Comarca de Rio Branco:

01	Juizado Especial da Fazenda Pública
02	Vara de Execução Fiscal

Tabela 52: Unidades instaladas com a tecnologia virtual

Fonte: DTI

25.2. Meta 37 - Atender 60% dos padrões mínimos de TI

Esta Meta tem como objetivo verificar o grau de maturidade da Tecnologia da Informação do TJAC com relação às diretrizes do CNJ.

Resultado: **Meta cumprida** 

A Meta foi cumprida com 75% dos padrões de TI atendidos.

Ações desenvolvidas:

1 Inovações na Página do Poder Judiciário na Internet:

- Instalação do Peticionamento Eletrônico no Portal e-SAJ;
- Instalação e Treinamento do Sistema e-Governo, Malote Digital nas comarcas do Interior;
- Implantação do Sistema e-Doc – GED na esfera administrativa do TJAC;
- Disponibilizado no Portal do TJAC os serviços: Localização de Servidores, GEPLANES-Planejamento Estratégico, Metas Prioritárias, Ações Estratégicas, Processo Seletivo para Concurso e Planejamento Estratégico.



2 Atividades desenvolvidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação:

- Atualização das tabelas de taxas e emolumentos do ano de 2011 em todo o Estado;
- Realização de treinamento no e-SAJ nas Varas da Capital e Juizados pela equipe SAJ;
- Disponibilização no portal e-SAJ do serviço de Consulta de Pauta de Audiência;
- Treinamento no PG5-Virtual para a Coordenadoria Criminal do MPAC, conforme Convênio nº 24/2010;
- Instalação e Treinamento do Sistema de Controle de Precatório na Assessoria responsável pelos Precatórios – Anexo do TJAC;
- Homologação do novo portal de consulta de Jurisprudência – 01/2011;
- Atualizado no PG5 a nova versão das tabelas unificadas do CNJ;
- Treinamento no PG5 para os novos funcionários do interior do Estado admitidos em 01/2011, totalizando 32 auxiliares e 16 Oficiais de Justiça, realizado na FIRB-FAAO;
- Reestruturado ambiente dos Servidores de aplicação Web-SAJ, incluídos 05 novos Computadores Servidores;
- Ajustado SAJ/PG5 conforme Resolução do TJAC nº 20/2011;
- Treinamento no PG5 para os novos funcionários da Capital admitidos em 01/2011, totalizando 45 auxiliares, realizado no Centro de Capacitação da Nova Sede;
- Levantamento para aquisição/treinamento/implantação de *Software* de Ouvidoria;
- Realizada análise/levantamento dos documentos de Acórdãos elaborados no SG5 a partir de 08/2010 para atualizar na consulta de Jurisprudência;
- Desenvolvido módulo de administração Web para publicar plantão Judiciário do 2º Grau;
- Realizado treinamento em 10/03/2011 na Diretoria Judiciária pelo Sr. Emerson (auxiliando Raimundo e Ismael) a respeito do funcionamento da assinatura de acórdãos vinculados à sessão de julgamento, para efetivar a disponibilização da Jurisprudência;
- Início da implantação da integração TJAC/MPAC em 14/03/2011, com a equipe da Softplan. Foram acompanhadas as integrações entre as Varas de Registros Públicos, Vara da Violência Doméstica, VEP, VEPMA e MPAC;
- Treinamento no PG5 para os 47 novos funcionários e os 24 estagiários admitidos em 04/2011, no Centro de Capacitação;
- Instalado sistema de cálculo em Manoel Urbano;

- Realizada Migração do Sistema de Folha de Pagamento para um novo servidor de banco de dados e aplicação;
- Treinamento oferecido a OAB/AC – Fórum Barão do Rio Branco, no Peticionamento Eletrônico do portal e-SAJ;
- Treinamento no módulo Virtual PG5 para as Varas Virtuais;
- Disponibilizado serviço de Depósito Judicial via BB;
- Criação do Localizador de Servidores - Sistema de Ramais;
- Criação da Calculadora de Taxas - Financiamentos com Prestações Fixas;
- Criação do Portal – FGV;
- Criação do *Blog* do Juizado de trânsito - Blog do Jtran/;
- Criação do índice de Análise de Tráfego Intranet;
- Criação do Portal da Transparência.

25.3. Meta 38 - Aumentar para 60% as unidades consideradas seguras (segurança armada e/ou eletrônica)

Esta Meta tem como objetivo acompanhar o nível de segurança das instalações do Poder Judiciário.

Resultado: **Meta cumprida** 

Resultado final da Meta foi de 74% das unidades consideradas seguras.

Ações desenvolvidas:

1 Direção do TJAC orienta sobre a utilização de crachá no prédio sede

Por meio de ofício circular encaminhado esta semana a todas as unidades assentadas na Nova Sede Administrativa, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Adair Longuini, orienta sobre a obrigatoriedade de utilização de identificação funcional (crachá) pelos servidores lotados no prédio sede.

A medida visa à instauração de um ambiente de trabalho mais seguro para todos, com a implementação de um controle rigoroso de acesso às dependências do prédio. Assim, em cumprimento à Resolução CONAD nº 04, de 05/12/2005, a Direção solicita aos servidores que estejam de posse de seus crachás de identificação para entrada e permanência nas dependências do Tribunal.

O expediente da Presidência do TJAC informa que, a partir do dia 25 de maio próximo, os agentes de segurança não mais permitirão o ingresso de servidores não identificados pelo crachá. Desse modo, recomenda-se a todos os servidores que ainda não possuam sua identificação funcional que façam a devida solicitação à Diretoria de Recursos Humanos, como forma de evitar transtornos e aborrecimentos desnecessários.

2 Tribunal de Justiça investe na capacitação de seus agentes de segurança - 2 de agosto de 2011

Como parte da política institucional de capacitação continuada de seus servidores, a fim de proporcionar excelência na prestação de serviços, o Tribunal de Justiça do Acre, por meio da sua Assessoria Militar, realizou no período de 1º a 25 de agosto, o Curso Básico de Formação de Vigilantes, voltado

à capacitação de 30 agentes de segurança que atualmente trabalham no Poder Judiciário.

O curso, de 160 horas de duração, foi ministrado no Centro Acriano de Formação de Vigilantes, e teve por objetivo capacitar aqueles que recentemente foram contratados, após seleção em concurso público, como também possibilitar a atualização de conhecimentos aos que estão há mais tempo no exercício do cargo.

Em quatro semanas, os agentes tiveram aulas sobre prevenção e combate a incêndios e primeiros socorros, relações humanas, legislação aplicada e direitos humanos, sistema de segurança pública, defesa pessoal, vigilância, armamento e tiro, entre outras. O Curso buscou estabelecer as diretrizes para atuação de um agente de segurança dentro das mais diferentes situações, priorizando o diálogo e as relações interpessoais.



Foto 45: Capacitação dos agentes de segurança do TJAC

3 Segurança de Magistrados

Todos os Magistrados que comunicaram formalmente ameaças relacionadas ao exercício da atividade jurisdicional ao Tribunal de Justiça, por meio da Comissão Permanente de Segurança, foram atendidos prontamente com o fornecimento de seguranças pessoais armados.

4 Patrulha Judiciária

Criada no mês de maio para patrulhar os prédios do Tribunal de Justiça e residências dos Magistrados, assim como atender a emergências de Juízes em situação de risco. A Patrulha é composta por dois Policiais Militares que se revezam em turnos de 12 horas de trabalho em uma viatura do Tribunal que fora devidamente equipada pela Polícia Civil.

5 Segurança das Instalações do Tribunal

Todos os prédios do Tribunal na Capital contam com um misto de medidas de segurança que vão desde o monitoramento eletrônico até a presença de policiais militares armados.

6 Estacionamentos

Todos os estacionamentos dos fóruns do Tribunal na Capital passaram a contar com a vigilância prestada por agentes de segurança.

7 Apoio aos Oficiais de Justiça

Os oficiais de justiça que cumprem mandados de prisão de natureza civil e de afastamento previsto na Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) contaram diariamente com uma dupla de policiais militares para garantir a integridade física dos referidos oficiais e o devido cumprimento da medida judicial.

8 Tribunal do Júri

Todas as sessões do Tribunal de Júri contaram com a segurança prestada por policiais militares da Assessoria Militar.

9 Cursos da VEPMA

Os cursos oferecidos pela Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA) ao reeducando egressos do sistema prisional por meio do Projeto Começar de Novo contaram com segurança de policiais militares armados com o intuito de garantir a ordem e a segurança das instalações e dos instrutores.

25.4. Meta 39 - Obter 65% de avaliações positivas sobre instalações físicas

Esta Meta tem como objetivo priorizar investimentos em obras e/ou reformas que possibilitem a melhoria das condições de trabalho.

Resultado: **Meta cumprida** 

Este indicador revela o quanto os investimentos em estrutura física realizados durante o ano promoveram sensação de bem-estar aos servidores. A Meta estabelecida para 2011 foi de 65% de satisfação e o resultado revelou 64,12%.

Ações desenvolvidas:

1 Nova sede do Tribunal de Justiça do Acre

O TJAC possui um novo endereço desde o dia 30 de dezembro de 2010, quando a obra da nova sede foi entregue pelo Governo do Estado.

A mudança para nova sede do Poder Judiciário aconteceu em fevereiro de 2011.

A sede do TJAC abrigou os setores administrativos e de atendimento ao público; os gabinetes dos desembargadores e da administração superior do Tribunal; as Câmaras Cível e Criminal e a Diretoria Judiciária, além das demais diretorias e assessorias; a Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC), o Centro de Capacitação dos Servidores (CECAP) e os setores de Almoxarifado, Arquivo e Patrimônio.



Foto 46: Nova sede administrativa do TJAC

Para se ter uma ideia da importância dessa mudança para o Tribunal Acriano, atualmente são gastos mais de R\$ 100 mil mensais com o aluguel dos imóveis que abrigam essas unidades, hoje espalhadas em vários pontos da cidade de Rio Branco.

Além disso, a nova sede possibilitou ao TJAC a redução de gastos com telefonia, serviços gerais, de energia e transporte, já que os setores funcionam no mesmo espaço, concentrando as atividades administrativas e jurisdicionais, modernizando os fluxos de atividades.

2 Projeto Cidade da Justiça de Rio Branco

Em ato realizado no Palácio da Justiça, foi oficializada a doação da área de terra onde o Tribunal de Justiça do Acre construirá a Cidade da Justiça – complexo arquitetônico planejado para centralizar todos os serviços da Justiça em um mesmo espaço físico, em Rio Branco.



Foto 47: Ato de doação da área da Cidade da Justiça de Rio Branco

Considerado um dos principais projetos da atual gestão do TJAC, a Cidade da Justiça será erguida em uma área de terra de 6 hectares, avaliada em mais de R\$ 5 milhões, doada pela empresa Ipê Empreendimentos Imobiliários ao Governo do Estado e afetada ao Poder Judiciário.

A área foi doada pelo empresário José Eduardo Leite, proprietário da Ipê Empreendimentos Imobiliários, ao justificar a doação do imóvel ao Estado do Acre, destacou o compromisso social das empresas que colaboram com a melhoria do serviço público e, assim, com o crescimento da cidade e do Estado.

A escritura pública de doação do imóvel ao Estado do Acre, com afetação ao Poder Judiciário, foi

assinada pelo proprietário da Ipê Empreendimentos, pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Chefe do Poder Judiciário.

A futura Cidade da Justiça irá promover economia de recursos, maior segurança patrimonial, integração funcional e tecnológica e acesso facilitado da população e da comunidade forense aos serviços da Justiça.

A ser erguida em área localizada nas mediações do Hospital das Clínicas (antiga Fundhacre), a Cidade da Justiça contempla, ao todo, seis blocos para abrigar unidades judiciais e administrativas, mais um centro de convivência e uma área de preservação ambiental. O primeiro bloco, de cinco andares, será construído até o final de 2012, para abrigar as 11 unidades criminais da Comarca de Rio Branco.

Em vista da dimensão e complexidade da obra, a sua execução acontecerá a longo prazo, com início ainda este ano e previsão de conclusão nos próximos quatro anos.

A partir de um acordo firmado pelo TJAC com o Governo do Estado, será repassado ao Judiciário um montante de R\$ 8 milhões ainda este ano para início da construção do primeiro bloco da Cidade da Justiça.

Para 2012 está previsto um repasse maior, em torno de R\$ 30 milhões, que viabilizará a execução das demais unidades do Projeto. Os recursos são provenientes de empréstimos do Governo Estadual junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

A empresa responsável pela elaboração do Projeto da Cidade da Cidade da Justiça estava representada pela arquiteta Regina Kipper e pela engenheira civil Eduarda Pinheiro.

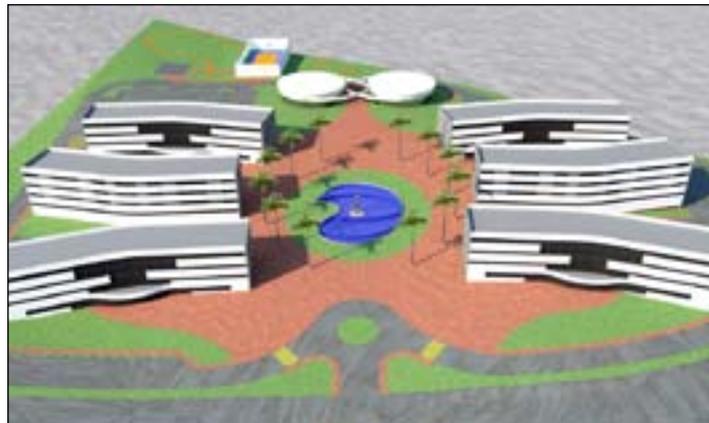


Figura 2: Projeto da Cidade da Justiça de Rio Branco

3 Obras e reformas executadas em 2011

- Reforma e readequação do térreo do anexo dos desembargadores para instalação da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas - VEPMA;
- Reforma e readequação do 1º pavimento do anexo dos desembargadores para instalação do Centro de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUS e o Núcleo de Programas Sociais - NPROS;
- Serviços de interligação da rede estabilizada entre a sede do TJAC e a DTI;
- Isolamento acústico das salas de sessão das Câmaras Cível e Criminal;
- Construção de uma cela para atender ao Fórum Criminal da Comarca de Cruzeiro do Sul.

Fonte: Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção

25.5. Meta 40 - Atender 40% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais

Esta Meta tem como objetivo identificar o nível de adequação das instalações físicas dos imóveis do Poder Judiciário do Estado do Acre em relação à Norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho.

Resultado:

Meta não
mensurada



Esta norma regulamentadora visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar o máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

Mediante os poucos recursos orçamentários e necessidade de priorizar outras ações que não fizeram relação a essa norma, ficou prejudicada a mensuração da Meta.

Ações desenvolvidas:

1 Contratação de empresa especializada para desenvolver a identidade visual do TJAC

A empresa foi contratada, mas não apresentou um produto de excelência para atender às necessidades do TJAC, assim sendo está em tramitação o processo de cancelamento do contrato e contratação de uma nova empresa.

2 Padronização do mobiliário

A Diretoria Administrativa está trabalhando com uma ação para padronização do mobiliário do Poder Judiciário, ainda não concluído.

25.6. Meta 41 - Alcançar 75% das metas do PETI

Esta Meta tem como objetivo medir a aderência da área de TI do Poder Judiciário do Estado do Acre à Estratégia de TI Nacional.

Resultado:

Meta cumprida



Esta Meta estabelece os desafios a serem perseguidos com intuito de atingir o maior número de metas do PETI. O resultado da Meta foi de 90% dos itens do PETI atendidos.

Ações desenvolvidas:

1 Mudança da DTI para nova sede

Com a mudança da DTI para as novas instalações, houve uma melhor qualidade nos serviços prestados, maior segurança dos equipamentos e consequentemente dos dados armazenados, como também uma melhor satisfação da equipe de trabalho.

2 Melhora no atendimento aos usuários

Existe uma política de melhoria constante nos sistemas disponibilizados aos usuários do Poder Judiciário.

3 Interligação de todas as comarcas:

A única comarca que ainda não foi integrada à rede WAN do TJAC é a comarca de Assis Brasil, devido à falta de infraestrutura de rede na cidade.

O Valor cobrado pela OI e Embratel, para acesso via satélite, fica em torno de 21.000,00/mês para *link* de dados, tornando-se inviável aos cofres do TJAC.

4 Atingir 100% das integrações aos sistemas do TJAC

Para atingir 100% das integrações aos sistemas do TJAC, apenas Assis Brasil não tem acesso ao SAJ. As demais comarcas têm acesso, mediante a instalação de uma antena V-SAT, doada através de parcerias firmadas entre TJAC x SIVAM x CNJ.

25.7. Meta 42 - Manter 99% do índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de TI

Esta Meta tem como objetivo controlar e manter o adequado nível de disponibilidade de equipamentos no TJAC.

Resultado: **Meta cumprida** 

Atualmente mantém-se a marca de 99% de infraestrutura disponibilizada.

Ações desenvolvidas:

1 Equipamentos adquiridos e/ou doados ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Equipamentos adquiridos e/ou doados ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre, durante o ano de 2011, conforme quadro demonstrativo abaixo:

ITEM	QUANTIDADE
Switches 48 Portas c/ 04 Fibras	02
Switches 24 Portas	10
Notebook	30
CPU	389
Monitor de Vídeo	389
Teclado ABNT II	389
Nobreak	389
Impressora Multifunção	10

Impressora <i>Laser</i> Monocromática	30
<i>Scanner</i>	50
Projektor Multimídia (<i>Datashow</i>)	05
<i>Webcam</i>	30
<i>Pen drive</i> (Diversos)	50
Telefones (Headset)	15
Gravador Telefônico Digital	10
Monitor 19" (avulso)	140
Placa de Vídeo (02 saídas)	140
TOTAL DE ITENS	2.078

Tabela 53: Equipamentos adquiridos e/ou doados em 2011

Fonte: DTI

25.8. Meta 43 - Aumentar para 71% o índice de disponibilização dos sistemas *online*

Esta Meta tem como objetivo reduzir as indisponibilidades de sistemas essenciais que interrompem os serviços prestados pelo TJAC.

Resultado:

Meta cumprida



Meta alcançada com 90% de disponibilidade dos sistemas.

Ações desenvolvidas:

As ações desenvolvidas para atingimento desta Meta estão diretamente ligadas à Diretoria de Tecnologia da Informação, conforme informações abaixo:

1 Construção de 04 (quatro) Torres de Comunicação, interligando o novo Prédio da DTI ao Fórum Barão do Rio Branco, Fórum Criminal e Juizados Especiais Cíveis:

- Torre I – Nova Sede da Diretoria de Tecnologia (42 metros);
- Torre II – Fórum Barão do Rio Branco (18 metros);
- Torre III – Fórum Criminal de Rio Branco (12 metros);
- Torre IV – Juizados Especiais Cíveis (06 metros).

2 Informações sobre novos *LINKS* e *ADSLs*:

Para que o projeto de virtualização dos processos se consolide, foi necessário investimento em interligação dos prédios e comarcas. Seguem as ações executadas:

- Aumento da capacidade de *Link* dedicado para Internet do Poder Judiciário para 24.000 Kbps;
- Fórum da Avenida Ceará (Antigo ANEXO), *Link* de dados dedicado com velocidade de 4.096 Kbps;



- 1º e 2º Juizados da Infância e da Juventude, *Link* de dados dedicado com velocidade de 2.048 Kbps;
- 1º e 2º Juizados Especiais Criminais, *Link* de dados dedicado com velocidade de 2.048 Kbps;
- Prédio do Centro Médico, atendido com ADSL de 1.024 Kbps;
- Núcleo dos Juizados Especiais Cíveis da FIRB-FAAO, atendido com ADSL de 1.024 Kbps;
- Dobrada capacidade do *Link* de dados da Comarca de Senador Guiomard, para 1.024 Kbps;
- Dobrada a capacidade do *Link* de dados da Comarca de Plácido de Castro, para 1.024 Kbps;
- Dobrada a capacidade do *Link* de dados da Comarca de Acrelândia, para 1.024 Kbps;
- Dobrada a capacidade do *Link* de dados da Comarca de Xapuri, para 1.024 Kbps;
- Dobrada a capacidade do *Link* de dados da Comarca de Bujari, para 1.024 Kbps;
- Dobrada a capacidade do *Link* de dados da Comarca de Sena Madureira, para 1.024 Kbps;
- Dobrada a capacidade do *Link* de dados da Comarca de Feijó, para 1.024 Kbps;
- Dobrada a capacidade do *Link* de dados da Comarca de Tarauacá, para 1.024 Kbps;
- Dobrada a capacidade do *Link* de dados da Comarca de Cruzeiro do Sul, para 1.024 Kbps;
- Dobrada a capacidade do *Link* de dados da Comarca de Mâncio Lima, para 1.024 Kbps;
- Triplicada a capacidade do *Link* de dados da Comarca de Capixaba, para 1.024 Kbps;
- Triplicada a capacidade do *Link* de dados da Comarca de Manoel Urbano, para 1.024 Kbps.

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação

VI

Orçamento

**Resultado do cumprimento desse
tema estratégico: 51%**

26. Gerir e assegurar, eficientemente, os recursos do Poder Judiciário, garantindo a execução orçamentária da Instituição.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 51%

As metas 44 e 46, estabelecidas no Planejamento Estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

26.1. Meta 44 - Aumentar em 3% a arrecadação de receitas próprias

Esta Meta tem como objetivo equilibrar e gerir o orçamento da Instituição.

Resultado:

Meta não cumprida 

Houve uma redução de 21% nas receitas em relação ao ano anterior em virtude da privatização dos cartórios.

Ações desenvolvidas:

1 Privatização dos cartórios: TJAC repassa últimas serventias

A Direção do Tribunal de Justiça do Acre repassou à iniciativa privada as serventias extrajudiciais da Comarca de Feijó. Essas foram as últimas unidades cartorárias entregues por meio do Concurso Público para Provimento de Vagas na Titularidade de Serviços Notariais e de Registro.



Foto 48: Instalação de cartórios na comarca de Feijó

Por ocasião da solenidade presidida pelo Juiz de Direito Substituto Francisco Vilela, foram instalados o Tabelionato de Notas; Tabelionato de Protestos de Títulos; Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais; Ofício do Registro de Imóveis e o Ofício do Registro de Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas.

2 Alteração da Lei nº 2.533

Alteração da Lei nº 2.533, de 29 de dezembro de 2011, que ampliou as hipóteses de receitas próprias do Poder Judiciário previstas no art. 17 da Lei nº 1.422, de 18 de dezembro de 2001. Publicada no Diário Oficial do Estado de número 10.707, em 30 de dezembro de 2011.

3 Fiscalização dos atos notariais e de registro pela Corregedoria-Geral da Justiça

Em razão da competência para fiscalizar os atos notariais e de registro prevista no art. 19, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 221/10, combinado com art. 41, da Lei Estadual nº 1.805/06, a Corregedoria-Geral da Justiça realiza o controle e distribuição de selos de fiscalização, bem como acompanha o recolhimento feito, pelos notários e registradores, ao Fundo Especial de Compensação e ao Fundo Especial do Poder Judiciário.

No ano de 2011, foram recolhidos aos Fundos Especiais (Fundo Especial de Compensação e Fundo Especial do Poder Judiciário), instituídos pelo art. 20, da Lei nº 1.805/06, o valor total de R\$ 1.280.728,39, e foram distribuídos às Serventias Extrajudiciais de Estado do Acre 1.180.600 selos. Do montante dos selos distribuídos, 54.100 referiam-se a selos de classe AB e 1.126.500 foram de classe AA.

Faz-se importante destacar que o Fundo Especial de Compensação - FECOM efetuou o pagamento, até dezembro de 2011, do valor de R\$ 172.655,00 (cento e setenta e dois mil seiscentos e cinquenta e cinco reais) a título de compensação pelos atos gratuitos praticados pelos notários e registradores.

4 Atividades desenvolvidas pela Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos

Processos movimentados pela Comissão:

0000835-04.2011.8.01.0000	Proposta de Anteprojeto de Lei. Alteração de lei. Regimento de Custa do Poder Judiciário.	Julgado em 5/10/2011	Proposta de Anteprojeto de Lei aprovada no Pleno Administrativo em 9/11/2011.
00001665-67.2011	Proposta de Anteprojeto de Lei que institui a renda mínima dos Cartórios de Registro Civil.	Julgado em 4/10/2011	Proposta de Anteprojeto de Lei aprovada no Pleno Administrativo em 5/10/2011.

Tabela 54: Processos movimentados pela Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos que colaboraram com o objetivo estratégico do item 26

Fonte: Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos

26.2. Meta 46 - Aumentar para 99% o índice de execução do orçamento

Esta Meta tem como objetivo acompanhar a execução do orçamento durante o exercício.

Resultado:

Meta cumprida parcialmente 

Alcançados 95,01% de execução do orçamento geral.

Ações desenvolvidas:

1 TJAC pede que STF assegure sua participação na discussão orçamentária do Estado

O Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Adair Longuini, pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) assegure a participação da Corte Estadual na elaboração do projeto de Lei de Diretrizes

Orçamentárias acriano para o exercício financeiro de 2012. A solicitação é feita na Ação Cautelar (AC) 2871, de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski.

De acordo com a ação, o Poder Judiciário do Acre tentou dialogar sobre a matéria com o Poder Executivo do Estado, mas não obteve “sucesso”. Afirma que nos últimos anos o Tribunal de Justiça “tem sido alijado, sistemática e propositalmente, das discussões preparatórias e, ainda, do processo legislativo para a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias”.

Diante disso, o Presidente do TJAC visou garantir que o Executivo acriano “forneça, de imediato, todas as informações técnicas necessárias” para a participação do Tribunal de Justiça nas discussões e elaboração do texto, que deve ser enviado para a Assembléia Legislativa do Acre até o dia 15 de maio.

O TJAC alicerça o pedido na regra constitucional da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário (caput do artigo 99), como também na que prevê que as propostas orçamentárias do Judiciário devem ser elaboradas em conjunto com os demais Poderes da República, por meio de Lei de Diretrizes Orçamentárias (parágrafo 1º do artigo 99).

Segundo o Presidente da Corte Acriana, há “necessidade de se evitar o agravamento de um conflito institucional de consequências imprevisíveis, que ameaça comprometer o princípio da segurança jurídica, subvertendo, irremediavelmente, o sistema de separação dos Poderes”. Ele afirma que o Judiciário Acriano está a “pão e água”, sobretudo em 2011.

Na ação, o autor faz um segundo pedido: pretende que o Supremo determine que o Executivo Estadual devolva valores da contribuição previdenciária descontada mensalmente dos servidores do Judiciário Acriano. Ele afirma que o Judiciário local paga, com recursos próprios, os seus servidores aposentados e pensionistas, que nada recebem do Fundo de Previdência do Estado do Acre.

A contribuição previdenciária recolhida dos servidores do Judiciário deve ser devolvida, mensalmente, pelo Fundo de Previdência Estadual, circunstância que desautoriza a contabilização do valor correspondente como parte do duodécimo. De acordo com as informações da ação, a suplementação devida ultrapassa R\$ 35 milhões.

2 TJAC requer que Legislativo Estadual assegure sua participação na construção da LDO

Em 26 de maio de 2011, o Desembargador-Presidente entregou às mãos de Elson Santiago um ofício no qual questiona o anteprojeto da LDO, construído pelo Executivo sem a participação do Judiciário Estadual.

O documento indicava que o anteprojeto “contém vício de inconstitucionalidade por violação ao disposto no artigo 99, parágrafo 1º da Constituição Federal. Anexa ao ofício está a proposta de redação da LDO conforme as necessidades orçamentárias do Poder Judiciário.

O Tribunal requeria que a LDO considere o percentual de 13,5% das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); do Imposto sobre Operação Relativa à Circulação de Mercadorias (ICMS); do imposto sobre a Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação e das demais receitas tributárias.

Acompanhado dos juízes Laudivon Nogueira (Auxiliar da Presidência do TJAC) e Giordane Dourado (representando a Associação dos Magistrados do Acre), e da servidora Rose Santana, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, ele foi recebido pelo Presidente da ALEAC, Deputado Elson Santiago e outros parlamentares.



Foto 49: Desembargador Adair Longuini, Presidente do TJAC, e o Deputado Elson Santiago, Presidente da ALEAC

3 Demonstrativo da execução das despesas por grupo

Quadro Execução das Despesas por Grupo		
despesas realizadas por grupo	Valor (R\$)	%
Despesas correntes - pessoal e encargos sociais	129.734.700,41	89%
Outras Despesas Correntes	14.013.834,29	10%
Despesas de capital	2.059.650,26	1%
Total: despesas realizadas*	145.808.184,96	100%

*consideradas também como realizadas as despesas liquidadas (inscritas em restos a pagar processados)

Tabela 55: Demonstrativo da execução das despesas por grupo

Fonte: DPO

4 Demonstrativo das movimentações

Movimentação	Valor
1-Dotação inicial	139.198.306,00
2-Dotação suplementar	31.027.468,02
3-Reduções (Remanejamentos)	14.696.552,14
Total: orçamento disponibilizado (1)+(2)-(3)	155.529.221,88

Tabela 56: Demonstrativo das movimentações

Fonte: DPO

5 Demonstrativo da execução orçamentária por unidade

Dotação	Tribunal de Justiça	Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNEJ	Fundo Especial de Compensação - FECOM	Total
Inicial	139.198.298,00	2,00	2,00	139.198.302,00
Atual	149.072.196,17	6.099.604,37	357.417,34	155.529.217,88
Empenhado	141.665.220,46	5.767.498,50	191.055,20	147.623.774,16
Liquidado	140.649.416,76	4.967.713,00	191.055,20	145.808.184,96
Pago	140.271.629,08	4.919.828,43	191.055,20	145.382.512,71

Tabela 57: Demonstrativo da execução orçamentária por unidade

Fonte: DPO

6 Demonstrativo da evolução orçamentária do TJAC nos últimos 4 anos

Ano	Orçamento inicial	Orçamento atualizado	Acréscimo % Orçamento Inicial x atualizado
2008	97.645.303,00	110.716.568,98	13,39%
2009	124.444.579,66	132.999.420,47	6,87%
2010	124.836.562,21	136.273.620,46	9,16%
2011	139.198.306,00	155.529.221,88	11,73%

Tabela 58: Demonstrativo da evolução orçamentária do TJAC nos últimos 4 anos

Fonte: Relatório de Gestão 2010 e sistema ERP

7 Demonstrativo das despesas com pessoal em cumprimento a LRF

Ano	Receita corrente líquida RCL	Despesa total com pessoal	% de Despesa total com pessoal sobre a RCL
2011	2.975.827.933,48	115.620.304,52	3,89

Tabela 59: Demonstrativo da Despesa com Pessoal em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal retirado pela DPO.

Vale salientar que o percentual Despesa total com pessoal sobre a Receita corrente líquida está bem abaixo do preconizado inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

8 Demonstrativo das despesas autorizadas X executadas

Demonstrativo da receita orçada X receita arrecadada

TÍTULOS Orçamentárias e suplementares	Autorizada				Realizada		Diferenças	Executadas
	Especiais e Extra-ordinários	Total	Mês Anterior	Mês Atual	Total Acumulado			
203	TRIBUNAL DE JUSTIÇA							
3.1.90.01.00.00.00.00	10.746.530,76	0,00	10.746.530,76		10.722.562,58	23.968,18	10.722.562,58	
3.1.90.03.00.00.00.00	5.718.347,77	0,00	5.718.347,77		5.682.052,67	36.295,10	5.682.052,67	
3.1.90.04.00.00.00.00	2.456.043,00	0,00	2.456.043,00		2.446.466,95	9.576,05	4.446.466,95	
3.1.90.08.00.00.00.00	27.000,00	0,00	27.000,00		17.668,72	9.331,28	17.668,72	
	21.378,00	0,00	21.378,00		21.204,00	174,00	21.204,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	95.481.553,33	0,00	95.481.553,33		94.818.716,35	662.836,98	94.818.716,35	
3.1.90.13.00.00.00.00	1.753.302,00	0,00	1.753.302,00		1.720.635,01	32.666,99	1.720.635,01	
3.1.90.16.00.00.00.00	6.917.827,36	0,00	6.917.827,36		6.868.860,51	48.966,85	6.868.860,51	
3.1.90.34.00.00.00.00	1.503.017,46	0,00	1.503.017,46		1.503.017,46	0,00	1.503.017,46	
3.1.90.91.00.00.00.00	537.200,48	0,00	537.200,48		466.820,80	70.379,68	466.820,80	
3.1.90.92.00.00.00.00	5.400.939,20	0,00	5.400.939,20		4.934.501,23	466.437,97	4.934.501,23	
3.1.90.94.00.00.00.00	610.000,00	0,00	610.000,00		532.194,13	77.805,87	532.194,13	
3.1.91.13.00.00.00.00	0	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
3.3.20.92.00.00.00.00	63.618,84	0,00	63.618,84		57.256,96	6.361,88	57.256,96	
3.3.50.41.00.00.00.00	12.000,00	0,00	12.000,00		12.000,00	0,00	12.000,00	
3.3.50.92.00.00.00.00	84.479,60	0,00	84.479,60		84.479,60	0,00	84.479,60	

3.3.90.14.00.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	514.313,39	0,00	514.313,39				475.521,72	38.791,67	475.521,72
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.963.495,83	0,00	2.963.495,83				2.653.878,82	309.617,01	2.330.814,60
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	169.806,20	0,00	169.806,20				169.806,20	0,00	128.949,11
3.3.90.34.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	597.091,04	0,00	597.091,04				585.069,30	12.021,74	558.879,30
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.450.001,00	0,00	2.450.001,00				920.000,00	1.530.001,00	920.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.770.182,86	0,00	1.770.182,86				1.718.808,88	51.373,93	1.671.847,30
TOTAL POR ÓRGÃO		155.529.221,88	0,00	155.529.221,88				147.623.774,16	7.905.447,72	145.808.184,96
TOTAL GERAL		155.529.221,88	0,00	155.529.221,88				147.623.774,16	7.905.447,72	145.808.184,96
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.876.568,07	0,00	8.876.568,07				7.690.093,51	1.186.474,56	6.671.056,60
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	141.402,47	0,00	141.402,41				115.326,22	26.076,25	115.326,22
3.3.90.49.00.00.00.00	AUXÍLIO - TRANSPORTE	257.045,36	0,00	257.045,36				245.865,20	11.180,16	245.865,20
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	70.096,37	0,00	70.096,37				43.060,86	27.035,51	41.227,30
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÕES	892.415,34	0,00	892.415,34				700.610,38	191.804,96	700.610,38
4.4.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00	0,00	100.000,00				58.567,82	41.432,18	29.580,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.210.001,00	0,00	3.210.001,00				651.473,28	2.558.577,72	497.337,07
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.183.565,15	0,00	2.183.565,15				1.707.255,00	476.310,15	1.532.733,19
4.4.90.61.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMOVÉIS	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00

Tabela 60: Demonstrativo da receita orçada X receita arrecadada
Fonte: Diretoria de Finanças

TÍTULOS	ORÇADA		ARRECADADA		PERCENTUAL	
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	138.803.901,00	149.748.353,94	101,88	%	
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	8,00	5.506.289,24	68.828.615,50	%	
1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	8,00	5.506.289,24	688.286,16	%	
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA MATRIMONIAL	0,00	1.036.416,38	0,00	%	
1.3.1.0.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	19.735,06	0,00	%	
1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	1.016.681,32	0,00	%	
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	1.150,00	0,00	%	
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	138.803.893,00	142.933.741,68	102,98	%	
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAIS	138.803.888,00	139.408.741,68	100,44	%	
1.7.3.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	3.500.000,00	0,00	%	
1.7.6.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO	5,00	25.000,00	500.000,00	%	
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	270.756,64	0,00	%	
1.9.1.0.00.00.00.00	MULTAS JUROS DE MORA	0,00	25.027,51	0,00	%	
1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÕES	0,00	216.164,79	0,00	%	
1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	0,00	29.564,34	0,00	%	
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	394.405,00	3.940.187,32	999,02	%	
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	39.405,00	3.940.187,32	999,02	%	
2.4.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	394.405,00	940.187,32	238,38	%	
2.4.3.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	3.000.000,00	0,00	%	
TOTAL		139.198.306,00	153.688.541,26	110,41	%	

Tabela 61: Demonstrativo da receita orçada X receita arrecadada

Fonte: Diretoria de Finanças

VII

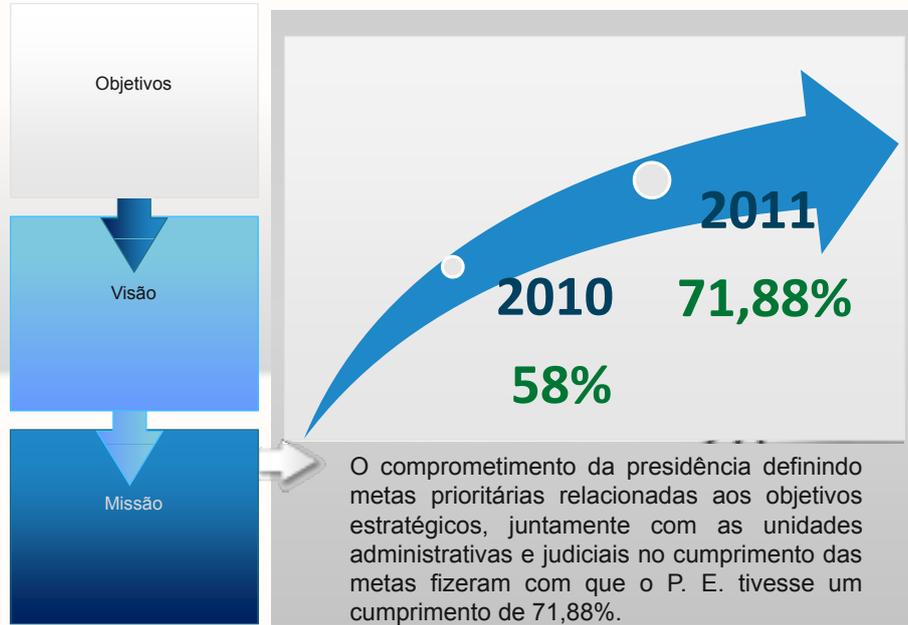
**Resultados Estratégicos
do Exercício 2011**



Figura3: Resultado da estratégia de 2011

Fonte: NEGEST

ANÁLISE ESTRATÉGICA



Análise estratégica

Resultado	As vulnerabilidades ou problemas	Atuação ofensiva
Após a apuração dos resultados dos indicadores constatou-se um alcance de 71,88% das metas institucionais, 12,63 % a mais que o desempenho de 2010. Podemos considerar o resultado satisfatório.	Focar as ações definidas nos Planos de Ação para cumprimento das metas.	As unidade deverão acompanhar seus indicadores em menores espaços de tempo.

Figura4: Quadro demonstrativo das vulnerabilidades e atuação ofensiva para 2012.

Fonte: NEGEST

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Presidência

ELABORAÇÃO

José Carlos Martins Junior

APOIO

Célio José Morais Rodrigues
Dr. Laudivon de Oliveira Nogueira
Francisco Arnaldo de Souza Ferreira
Hélio Oliveira de Carvalho
Jessé Azevedo Drumond
José Idalécio de Souza Galvão
Letícia Helena Mamed

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fernando de Castro Sobrinho

REVISÃO

Glória Maria Gomes da Silva

FOTOS

Assessoria de Comunicação Social

IMPRESSÃO

Parque Gráfico do Tribunal de Justiça

www.tjac.jus.br

